



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**“PRODUZIDAS NO POLO
INDUSTRIAL DE MANAUS”**



EXPERIÊNCIAS DE MULHERES TRABALHADORAS

VÍVIAN SILVA LIMA

Brasília
Julho – 2009

**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura**

**“PRODUZIDAS NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS”
EXPERIÊNCIAS DE MULHERES TRABALHADORAS**

VÍVIAN SILVA LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PsiCC), como requisito parcial à obtenção do grau de mestre.

ORIENTADORA: PROFESSORA GLÁUCIA RIBEIRO STARLING DINIZ, PhD

**Brasília
Julho – 2009**

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

“PRODUZIDAS NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS”
EXPERIÊNCIAS DE MULHERES TRABALHADORAS

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Gláucia Ribeiro Starling Diniz, PhD

Universidade de Brasília – UnB

Membro Externo: Dra. Lia Zanotta Machado

Universidade de Brasília – UnB

Membro Interno: Dra. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher

Universidade de Brasília – UnB

Membro Suplente: Heloísa Lara Campos da Costa

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Brasília, 31 de Julho de 2009

“Vou-me embora, vou-me embora
Vou buscar a sorte
Caminhos que me levam
Não têm sul, nem norte
Mas o meu andar firme
E meu anseio é forte”.

Paulo Diniz

À minha mãe, Denise e
Às minhas avós, Crisólita e Neide,
As estrelas Alfa da minha vida.

Agradecimentos

Não, não foi fácil. *Mas meu andar é firme e meu anseio é forte*, porque nunca estive sozinha. Agradeço...

A essa energia invisível que me move, que me ilumina e que sempre esteve comigo.

Ao meu pai pelo amor, pelo cuidado e pelas lágrimas de saudade. Agradeço à minha mãe pelo amor incondicional, pela força extraordinária e por ter me dito “vai, quando pensar em desistir, continua”. À minha irmã pelo carinho e atenção. Ao meu irmão simplesmente por ser o amor da minha vida.

Ao meu anjo Fabiano pelo apoio, pela paciência, pelo amor. Obrigada por ter ensolarado meus dias mais nublados.

Em ordem alfabética para evitar brigas, às minhas tias: Alba, Ana, Edineia, Ligia, Norma, Virgínia. Obrigada pelo carinho, pela torcida e pelas inúmeras recomendações, “qualquer coisa, liga pra sua tia”.

Aos/Às melhores amigos/as que alguém poderia ter – Rodrigo, Juliana, Lívia, Pollyanna, Fernanda e Aline. A vocês a minha gratidão pela amizade, pelo apoio e, principalmente, por segurarem a minha mão nos momentos mais felizes e mais difíceis da minha vida.

Às minhas irmãs de caminhada Marjorie e Gabi. Obrigada pela companhia, pelo ombro, pelos sorrisos. Mas, principalmente, pela oportunidade de compartilhar sonhos, angústias e conhecê-las verdadeiramente.

Aos/às colegas do grupo de pesquisa que me proporcionaram as melhores lembranças do Planalto Central. Em especial, a Lú, o Bill, a Marcela, a Loló e a Cris.

À minha orientadora por ter acolhido algumas ideias e por ter rejeitado outras. Agradeço a confiança e o entusiasmo depositados na execução deste trabalho. Também agradeço os bordados à mão com canetas coloridas.

Às doutoras Heloísa Lara Costa, Júlia Bucher e Lia Zanotta Machado por terem aceitado esse diálogo e pelas contribuições ditas e escritas.

À Universidade de Brasília – UnB – pelo ensino de qualidade e por ter acolhido tão bem alguém de tão longe.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM – pela bolsa concedida, mas principalmente por incentivar a produção de conhecimento e por acreditar nos/as pesquisadores/as amazonenses.

À Prefeitura Municipal de Manaus por compreender e apoiar a qualificação dos/as seus/suas servidores/as públicos/as.

Às minhas estrelas. Devo às participantes desta pesquisa mais que um agradecimento. Devo a elas a concretização deste trabalho, devo a elas a oportunidade de conhecer uma constelação de experiências e sonhos em cada feixe de luz.

RESUMO

Trata-se de pesquisa qualitativa, cujo objetivo geral foi entender o significado de ser mulher e suas implicações para a saúde mental em mulheres trabalhadoras do Polo Industrial de Manaus – PIM. Os objetivos específicos foram: 1. Entender a realidade social das mulheres participantes; 2. Entender o significado de ser mulher e a visão que as participantes têm do seu papel na e para a sociedade; 3. Investigar o processo de desenvolvimento da sexualidade, ao longo do ciclo vital, e o olhar dessas mulheres sobre o próprio corpo; 4. Compreender a visão que as participantes têm sobre relacionamentos e família; 5. Explorar, a partir do ponto de vista das mulheres, a visão que os homens têm delas; 6. Entender o significado de ser trabalhadora e de trabalhar no PIM; 7. Pesquisar as expectativas e o projeto de vida das mulheres participantes. Participaram da pesquisa 14 mulheres amazonenses, com idades entre 18 e 50 anos, funcionárias de 4 empresas do PIM, sendo 6 delas trabalhadoras da linha de produção, 6 do setor administrativo, e 2 ocupantes de cargos executivos. Foram utilizadas quatro estratégias de coleta de dados: grupo focal, entrevista individual semi-estruturada, questionário sócio-demográfico e o Questionário de Saúde Geral de Goldberg – QSG. O material coletado nos grupos focais e nas entrevistas foi submetido à análise de conteúdo temática. O QSG foi analisado conforme instruções do manual. O material foi agregado em categorias de acordo com os objetivos específicos. Os pontos cruciais revelados pelas participantes como geradores de dilemas foram: 1. Na família: educação rígida e grande exigência quanto às atividades domésticas, já na infância, que tornaram a vivência familiar sofrida; pouca participação dos companheiros na divisão das obrigações domésticas e no cuidado dos filhos; as múltiplas jornadas de trabalho; a falta de lazer. 2. No trabalho: as desvantagens salariais e as menores chances de ascensão profissional; a carga horária de trabalho excessiva que gera dilemas e culpas, pois obriga as funcionárias a passarem longos períodos longe da família. Essas situações podem tornar o ambiente de trabalho hostil e desmotivador, pois interferem na confiança, no desempenho, e na auto-estima das trabalhadoras; 3. Em relação ao corpo e à sexualidade: a exigência de boa aparência para a contratação, somada aos rígidos padrões estéticos presentes na cultura contemporânea podem implicar em distorções na autoimagem e despertar sentimentos de autodesvalorização; preconceitos atribuídos às mulheres, muitas vezes são revertidos em atos de violência – assédios sexual e moral. 4. Saúde mental: Foram identificados fatores de risco para a saúde mental e a presença de transtornos mentais comuns, do tipo não-psicótico, em diferentes níveis, para cada grupo de trabalhadoras. As trabalhadoras da linha de produção tiveram resultado no QSG que indica maior vulnerabilidade. Novos estudos utilizando o QSG em maior número de trabalhadoras da produção são indicados para que possamos conhecer melhor essa condição de vulnerabilidade. Esta pesquisa buscou dar visibilidade às condições femininas na Amazônia, em especial, àquelas referentes a um grupo de mulheres trabalhadoras do PIM. Os vários benefícios, dilemas e desafios apontados pelas participantes revelaram a complexidade do significado de ser mulher no PIM. Esperamos que esta pesquisa possa dar subsídios para futuros estudos sobre a saúde mental de mulheres no Amazonas.

Palavras-Chave: Gênero; Condições femininas; Família; Trabalho; Saúde Mental; Polo Industrial de Manaus.

ABSTRACT

This was a qualitative research. The general objective of the study was to understand the meanings of being women and its implications for the mental health condition of female workers of the Manaus Free Trade Zone – MFTZ. The specific objectives were: 1. To understand the social reality of the participants; 2. To understand the workers' visions on being women and on their roles in and for society; 3. To investigate the development of sexuality throughout the life cycle, and the participants' perspectives regarding their bodies; 4. To understand the participants' perspectives on relationships and family life; 5. To investigate, from the perspective of the female workers, the point of view of men about their roles; 6. To understand the meanings of being a worker in the MFTZ; 7. To search for the expectations and life projects of these women. The participants were 14 women born in the State of Amazonas. Ages varied from 18 to 50 years old. They were all workers of the MFTZ – 6 worked in the assembly lines; 6 in the administrative sector and 2 held executive positions. Four data collection strategies were used: focal groups, semi-structured interviews, a socio-economic questionnaire and Goldberg's General Health Questionnaire – GHQ. The data collected in the focal groups and interviews were submitted to a thematic content analysis. The GHQ was scored according with the manual. Several factors were identified by the participants as potential stressors: 1. In the family area: strict educational rules and strong demands to perform household chores at an early age, made family life difficult; little to no partners' participation in household chores and child care; multiple labor journeys; lack of leisure time. 2. In the work area: lower wages and less access to promotions when compared to male workers; long labor hours and the pressure to work double shifts which generate dilemmas and guilt as they keep them away from the family and loved ones; 3. In relation to perceptions of the body and sexuality: personal appearance is seen as an important factor to be hired – such demand together with rigid aesthetic patterns present in contemporary society add stress for women workers and may provoke distortions in their self-image and generate feelings of self-devaluation; many prejudices surround women that work at the MFTZ and reverberate in the form of sexual and moral harassment; 4. In the mental health area: several risk factors were identified and GHQ scores showed the presence of mental health problems of a non-psychotic nature for all participants. The assembly line workers had scores that indicated the presence of greater vulnerability. Further research with a larger number of assembly workers are needed in order to provide a better understanding of such vulnerability. This research aimed to give visibility to the feminine conditions in the Amazon region, specially those pertaining to a group of women workers at the MFTZ. The voices of the participants revealed several benefits, dilemmas and challenges which point to the complexity of their lives' experiences and of being women. We hope that this research will serve as an incentive for future studies regarding the interaction between gender-work-family and its impacts on the mental health of women from the Amazonas.

Key-Words: Gender; Female Conditions; Family; Work; Mental Health; Manaus Free Trade Zone.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
É possível caracterizar a Amazônia?	1
O espaço, o povo e o mito amazônico	3
Categorias analíticas: gênero e etnia.....	9
CAPÍTULO I: CONDIÇÕES FEMININAS	13
1.1. Condições femininas e mulheres em movimento	13
1.2. Condições femininas na Amazônia	24
1.3. Mulheres no Polo Industrial de Manaus – PIM	33
1.4. Condições femininas no PIM	36
1.5. Movimentos de mulheres no Amazonas.....	41
CAPÍTULO II: DIMENSÕES DA VIDA DE MULHERES: TRABALHO, CASAMENTO, FAMÍLIA, SEXUALIDADE E SAÚDE	47
2.1. Condições femininas e histórias de mulheres brasileiras	47
2.2. Condições femininas e trabalho	53
2.3. Condições femininas, casamento e família	60
2.4. Condições femininas, corpo e sexualidade.....	65
2.5. Condições femininas e saúde	72
2.6. Condições femininas e saúde mental	76
CAPÍTULO III: CAMINHOS METODOLÓGICOS	81
3.1. Objetivos.....	82
3.2. Bases metodológicas	83
3.3. Contexto da pesquisa.....	85
3.4. Participantes	86
3.5. Delineamentos e Estratégias da pesquisa	87
3.6. Questões Éticas	93

3.7. Importância e limitações da pesquisa.....	95
CAPÍTULO IV: VOZES E VIDAS DE MULHERES NO PIM.....	97
4.1. Constelação Andrômeda: Trabalhadoras da Linha de Produção.....	97
4.2. Constelação Virgem: Trabalhadoras da Administração	125
4.3. Estrelas Alfa Antares e Alfa Veiga: Executivas	144
4.4. Estrelas no firmamento: uma reflexão sobre a vida de trabalhadoras do PIM	163
CAPÍTULO V: “PRODUZIDAS NO PIM”: CONTRIBUIÇÕES À VISIBILIDADE DAS CONDIÇÕES FEMININAS NA AMAZÔNIA.....	175
REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179

ANEXOS

Anexo I: Processo de Análise de Projeto de Pesquisa emitido pelo CEP/FS

Anexo II: Roteiro dos Grupos Focais e das Entrevistas Semiestruturadas

Anexo III: Questionário Sociodemográfico

Anexo IV: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

INTRODUÇÃO

A Amazônia sempre despertou interesse por sua exuberância e diversidade. Os primeiros relatos sobre a gigantesca floresta eram verdadeiras odisséias fantásticas, atravessados por mitos, lendas e desejos de aventureiros. Interessante notar que, com a mesma extraordinária percepção, as mulheres amazônicas foram criadas. Elas – a Amazônia e as mulheres – nascem juntas, durante a busca pelo Jardim do Éden perdido. O Éden foi encontrado e, de certa forma, o colonizador percebeu que no corpo – sim, no corpo, pois os/as indígenas não tinham alma – de cada uma daquelas nativas, reencarnava uma Eva pecadora. Este trabalho trata das condições femininas de mulheres trabalhadoras do Polo Industrial de Manaus – PIM. Isso implica na necessidade de apresentarmos uma contextualização das características sociais e culturais da região, pois entendemos que toda a experiência de vida, é uma experiência socialmente localizada.

É possível caracterizar a Amazônia?

“Falar da Amazônia, em qualquer dos seus aspectos –
fisiográfico, social, intelectual – é aventurar-se alguém a enfrentar
se não o infinito, pelo menos o indefinido”.

Djalma Batista

Depois de meses navegando por longínquos mares e terras, sofrendo com fome, sede e doenças, heroicamente conquistadores espanhóis, comandados por Frei Gaspar de Carvajal e Francisco Orellana viveram uma batalha sangrenta. Os bravos navegadores lutaram contra uma nação de 13 mil mulheres bonitas, bem alimentadas e destros nas flechas. Até então, elas eram figuras mitológicas da literatura grega, mas agora se corporificaram em guerreiras cruéis, habilidosas e desumanas. Como aqueles pobres homens se salvariam? Talvez com ajuda divina. E o milagre aconteceu...

O duelo vencido pelos espanhóis em 1541/1542 teve como cenário uma inexplorada e mágica floresta, banhada por um imenso e encantado mar de água doce. A epopeia de questionável veracidade deu ao maior rio do mundo o nome Amazonas e, por conseguinte, aos seus habitantes, povos amazônicos. O que é Amazônia?

Definir a Amazônia é um trabalho fadado ao erro e à injustiça, pois sempre trará à tona a relação conflituosa entre natureza x cultura. Esse erro vem sendo repetido por séculos e hoje continua a ser reproduzido e legitimado pela ciência e pela tecnologia. Luiz Carvalho¹ (2007) aponta que o perfil socioambiental da Amazônia vem sendo desenhado por um processo de europeização e ocidentalização [mais recentemente americanização]. Com bases muito arraigadas numa ciência positivista e maniqueísta que cinde o mundo em ocidental/primitivo, cultura/natureza, as explicações sobre a Amazônia e seus povos são, muitas vezes, preconceituosas, etnocêntricas, incompletas. Esclarecemos, assim, que o nosso objetivo não é definir a Amazônia, muito menos, definir uma suposta cultura amazônica, mas trazer informações que sejam pertinentes para, em breve, refletirmos sobre a condição feminina na Amazônia e a sua ressonância na realidade das mulheres trabalhadoras do Polo Industrial de Manaus – PIM.

“A Amazônia é tanto um território datado e situado como é uma ideia, uma fabulação, uma utopia” (Marilene Silva *apud* Carvalho, 2007, p. 78). É um sublime fractal da natureza cujas representações conceituais são “sequelas” de processos ora cientificistas de caráter naturalista, ora literários e mitológicos (Carvalho, 2007). Em ambas as descrições, o olhar é incompleto e as comunidades amazônicas são invisíveis. Essas comunidades estão a mercê do olhar ocidental e de decisões políticas importadas.

Na tentativa de fugir desses modelos metodológicos, Carvalho (2007) propõe uma opção epistemológica crítica, interativa e indissolúvel de três componentes ambientais amazônicos: o natural, o social e o produzido. Assim, buscaremos nossa compreensão, pensando as mulheres amazônicas dialeticamente como naturais, sociais e detentoras de uma imagem criada por olhos estrangeiros. Ademais, é também nosso objetivo percebê-las no seu

¹ Este é um trabalho atravessado por ideias e conceitos do feminismo. Ao longo do trabalho, na primeira menção a um/a autor/a, explicitaremos além do sobrenome, o primeiro nome. Essa é uma sugestão da metodologia feminista para dar visibilidade às pesquisas realizadas por mulheres.

contexto regional sim, mas levando em consideração que são mulheres que vivem dramas humanos comuns a outras culturas, rompendo a fronteira entre o universal e o regional.

Antes, porém, é preciso ressaltar que a Amazônia tratada neste trabalho será a Amazônia Legal ou Amazônia Brasileira, pois é nela que está situada a cidade de Manaus e seu parque industrial, cenário da vida das participantes dessa pesquisa.

O espaço, o povo e o mito amazônico

Longe de aceitar o fatalismo do meio, o entendimento de certos aspectos geográficos dá subsídios para a compreensão de questões relacionadas à demografia e à cultura. O clima, a vegetação, o regime das águas, o isolamento, etc., podem atuar diretamente no modo de vida – vestuário, habitação, alimentação, processos produtivos, etc. – de uma determinada sociedade (André Araújo, 2003). Por esse motivo, definir a Amazônia implica primeiramente em situá-la no espaço geográfico, o que possibilitará, posteriormente, defini-la em função do tempo, ou seja, em função da história e da cultura.

Geograficamente, a Amazônia é uma imensa depressão com cerca de três e meio milhões de quilômetros quadrados, que se estende entre as Guianas e o Planalto Central Brasileiro. A vegetação densa, fechada e, em muitos pontos, alagável é típica do clima equatorial – quente e úmido, com índices pluviométricos elevadíssimos. As riquezas naturais – da fauna e flora – e minerais (incluindo a água) presentes na Amazônia são incalculáveis, o que desperta o interesse de nações do mundo inteiro.

Apesar da gigantesca área, sua densidade demográfica é inferior a 4 pessoas por km² e grande parte da população residente se aglomera em núcleos urbanos. Seu descomunal volume d'água – com aproximadamente 6.500.000 km² – é a sua característica fundamental. Na Amazônia, os rios são vitais para as comunidades. Além de representarem veículos de sociabilidade, interligando-as, é a partir deles que o plantio e a colheita são programados e o comércio realizado (Araújo, 2003).

Nesse imenso ecossistema, as comunidades residentes são integradas com a natureza, na maior parte das vezes, de forma harmoniosa, o que torna o limite entre elas e a natureza bastante tênue. Embora essa intimidade com o meio ambiente seja positiva e represente o respeito do homem amazônico com relação ao meio ambiente, a colonização naturalizou esse homem para torná-lo um bárbaro irracional, um duende encantado, um ser mítico do mundo perdido. Torná-los mágicos facilitaria a docilização e a exploração dos habitantes da Amazônia.

A tarefa árdua de compreender os povos amazônicos exige um olhar sobre fatos e mitos. Amazônia foi concebida durante a busca pelo paraíso perdido, ela foi inventada por cronistas europeus que viajaram por seus rios. Relatos sobre guerreiras malévolas, cobras grotescas, espíritos malignos, ouro, pedras preciosas, uma abundante floresta, tornaram a Amazônia, ao mesmo tempo, um inferno e paraíso verde. Não houve descoberta ou construção da Amazônia. Ela foi inventada antes mesmo do seu descobrimento físico. No início da expansão marítima européia, a Amazônia foi depositária de desejos, aspirações e temores dos conquistadores. Antes de se constituir como realidade política, histórica e militar, o Eldorado já existia simbolicamente nos sonhos aventureiros (Neide Gondim, 1994; Sirlei Silveira, 2004). E simbolicamente ele continua existindo:

A continentalidade e a exuberância das terras amazônicas associadas à diversidade de seus povos e culturas ancestrais despertaram, e continuam despertando, encantos e perplexidades, mesmo nos dias de hoje (...). Tais características sugerem sempre um lugar a ser descoberto, conquistado e colonizado por parte daqueles que se vêem integrados ao mundo da cultura em oposição ao mundo da natureza, lido sob a ótica da incompletude, da não realização, do vir a ser (Silveira, 2004, p. 2).

Se a Amazônia foi inventada, o povo amazônico também o foi. O pensamento etnocêntrico transformou os habitantes da Amazônia numa espécie de atração quase inanimada, uma riqueza natural a ser conhecida e explorada, um povo inferior à margem da modernidade, um grupo de características próprias e homogêneas. Luiz Santos (2007) aponta que a Amazônia, desde a colonização até os dias atuais, tem se materializado de acordo com a

ideologia e com os interesses de quem a relata. São muitas Amazônias: a edênica, dos olhos aventureiros e esperançosos de uma Europa faminta e doente; a naturalista, de cientistas positivistas; a política, das disputas pelo controle das terras, das riquezas, do povo; e a mais atual, a Amazônia ambientalizada, que com o discurso – e muitas vezes engodo – salvacionista, transforma-se numa Amazônia internacional, controlada pelo capital estrangeiro. Com tantas ideologias e expectativas diferentes, são atribuídos à Amazônia novos significados e ressignificados, dependendo de quem a analisa. Se existem tantas Amazônias é possível falar numa única cultura amazônica?

A Amazônia é multicultural. Da mesma forma que não existe uma única Amazônia não existe uma cultura amazônica e sim culturas antagônicas em equilíbrio que se agregam e formam o complexo cultural amazônico (Odenei Ribeiro, 2007). A Amazônia, para além de uma área geográfica, é uma zona terrestre coberta por certos e determinados tipos de cultura, de acordo com o modo de vida de cada população (Araújo, 2003). A Amazônia seria assim uma imensa “floresta cultura” (William Balée *apud* Cristina Adams, Rui Murrieta & Walter Neves, 2008, p. 24) uma ilha cultural, “um sistema de regiões culturais interdependentes e interrelacionadas” (Leandro Tocantins *apud* Ribeiro, 2007, p. 333). A cultura amazônica é um quadro, pintado com distintas aquarelas. Entender a imagem na tela implica contextualizá-la historicamente.

No período pré-colonial viviam na Amazônia centenas de etnias indígenas diferentes, cada uma com seus costumes, mitos, organização. Por 400 anos, ela foi colonizada por portugueses que impuseram a sua cultura, sua língua, sua religião. E por todo esse período, o país das Amazonas, recebeu levas de imigrantes que trouxeram das suas regiões e países de origem o seu modo de viver. Negros africanos, brancos de outros países da Europa, árabes, japoneses e também brasileiros – em sua maioria, nordestinos. Todos esses imigrantes influenciaram o meio, as relações sociais e contribuíram ativamente para a composição de

uma cultura cabocla híbrida.

O caboclo é a mistura da raça branca com o índio, certo? Fazer essa afirmação seria uma atitude demasiado simplista. “A continuidade existente entre as identidades indígenas e as identidades caboclas é mais complexa do que normalmente considerado” (Adams, Murrieta & Neves, 2008, p. 16). A cultura cabocla não é simplesmente restos de sociedades indígenas, naturalizada, independente; é um projeto incompleto de criação de uma cultura brasileira que rompeu com seus antecedentes indígenas, negros, europeus (Adams, Murrieta & Neves, 2008). O caboclo não é artefato do Novo Mundo, mas artefato do empreendimento de povoação e colonização da Amazônia que vem se ajustando e se reinventando com certa flexibilidade em períodos de *boom* e estagnação no seu processo de desenvolvimento (Mark Harris, 2008; Stephen Nugent, 2008).

Foram inúmeras as tentativas de povoar e “civilizar” a Amazônia: catequização, inclusão do mercantilismo com especiarias silvestres (conhecidas como drogas do sertão), a produção gomífera e mais recentemente o projeto militar da Zona Franca de Manaus. Adams, Murrieta & Neves (2008) apontam que esse processo de incorporação de imigrantes nem sempre foi pacífico, pois envolveu a conquista dramática de sociedades indígenas e a necessidade urgente de mão-de-obra para substituir a nativa. Além disso, “envolveu trocas, abandonos, mudanças, adaptações, inovações, invenções e diversas formas de aculturação recíproca” (p. 16). O encontro da imposição de uma cultura estrangeira com a razoável receptividade dos nativos tornou a Amazônia uma sopa cultural, cozinhando em panela de pressão.

No Brasil, estudos preocupados com a cultura e com a situação das sociedades amazônicas estão em fase inicial. Essa inquietação sempre esteve no cerne desta pesquisa. Tanto as sociedades caboclas, quanto as indígenas sofrem de uma relativa invisibilidade sociopolítica. Entretanto, diferente dos indígenas, genuinamente amazônicos, o caboclo é

visto comumente como “o outro incompleto ou patológico”. É um “outro falsificado”, ora porque é o resultado das falidas tentativas em colonizar a Amazônia, ora porque é a prova viva da influência nociva da “civilização”. É interessante mencionar que essa invisibilidade se reflete também na academia, já que a contribuição da elite intelectual amazônica em desmistificar os “tipos amazônicos” é frequentemente desvalorizada (Adams, Murrieta & Neves, 2008). Por que falar na desvalorização da cultura cabocla em um trabalho sobre mulheres trabalhadoras do PIM?

A intolerância da cultura dominante que anteriormente dizimou milhares de nativos permanece presente até os dias atuais. De forma mais velada continua a estigmatizar, subjugar e lançar estereótipos aos povos amazônicos, vistos como seres naturais, preguiçosos, pouco produtivos intelectualmente e aproveitáveis para o trabalho manual. É uma ideologia cruel. O discurso dominante explica o estado limitado desses grupos como produto de fatores naturais e não históricos e os responsabiliza pelo pouco desenvolvimento da Amazônia (Adams, Murrieta & Neves, 2008).

O exotismo e a fantasia que caracterizaram a Amazônia e seus habitantes atravessaram séculos e ainda persistem nos dias atuais. A mulher amazônica, muitas vezes, aparece travestida de uma imagem que a desvaloriza, que a torna selvagem, sexualizada, primitiva. Índias, caboclas, ribeirinhas, mulheres de áreas rurais e urbanas ainda vivenciam, de diferentes formas, esses estigmas. O objetivo dessa pesquisa foi abordar a condição feminina de um grupo de mulheres amazônicas: as trabalhadoras do Polo Industrial de Manaus – PIM. Tentar compreender a vida de algumas dessas mulheres – seja como trabalhadoras, esposas, amantes, mães – assim como suas habilidades na coordenação das diferentes áreas da vida foi um desafio importante. Além disso, entender essa multiplicidade de papéis desvelou nuances distintas entre mulheres da Amazônia.

Harris (2008) aponta que existe uma contradição na Amazônia moderna: “ela é

capitalista no nome e no impulso para o lucro e a expansão, mas não é capitalista no seu caráter bem como nas suas relações, e nas noções de propriedade” (p. 91). Essa contradição entre uma Amazônia tradicional e o capitalismo, ocorre mesmo em grandes centros urbanos, como em Manaus, capital do Amazonas. O Projeto Zona Franca de Manaus surgiu para assegurar a soberania nacional e povoar a Amazônia a partir da imigração. O objetivo foi, em última instância, ocupar os vazios demográficos e levar modernidade “aos bons selvagens”.

É inegável a importância do PIM para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, entretanto, é comum trabalhadores/as industriais serem vistos/as como os/as novos/as seres da floresta, com pouca qualificação, mas com braços fortes para o trabalho, mãos delicadas para serviços repetitivos e corpos disponíveis para favores sexuais. O capitalismo e a industrialização aproveitaram-se dos estigmas utilizados durante a colonização para subordinar os povos amazônicos a seu favor. O estranhamento e a indiferença com que muitos estrangeiros e até brasileiros de outras regiões tratam a mão-de-obra local é, por vezes, bastante preconceituosa (Iraildes Torres, 2005). A cultura cabocla está presente no PIM, entretanto, muitos usam as diferenças culturais para atestar sua “superioridade” e desvalorizar os/as amazonenses.

Por que estudar especificamente mulheres trabalhadoras? O pensamento colonial que exalta o masculino, o branco/europeu, a cultura; em detrimento do feminino, da diversidade étnica e da natureza – tão presentes ainda hoje no PIM – desvaloriza duplamente a mulher amazônica (Torres, 2007). Esses estigmas que, em geral, falam de moralidade (homens preguiçosos, mulheres fáceis) podem trazer dilemas de identidade, interferindo na saúde mental desses/as trabalhadores/as. Todavia, o acúmulo de papéis e a cultura sexista que subjuga mulheres por milênios, somados a esses estigmas amazônicos construídos historicamente, colocam esse grupo de mulheres bastante vulnerável ao adoecimento psíquico.

Ademais, a literatura aponta que a multiplicidade de papéis e os desafios encontrados para coordenar as várias dimensões da vida – afetividade, sexualidade, questões profissionais e familiares – pode constituir um fator de risco para a saúde mental de mulheres (Gláucia Diniz, 1999; 2004). Os fatores de risco a que essas mulheres estão expostas, faz-nos supor que elas merecem uma atenção especial.

Categorias analíticas: gênero e etnia

O Censo populacional (IBGE, 2008) aponta que Manaus é uma capital com cerca de 50 mil mulheres a mais que homens. Grande parte dessas mulheres são as principais responsáveis pela renda familiar. Dados do Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM (2008) apontam que, no PIM – as mulheres representam 55% da força de trabalho. Para Jucelem Ramos (2003), mesmo a mão-de-obra da mulher sendo imprescindível para o PIM, elas sofrem constantemente preconceito durante processos de recrutamento, nas vantagens e benefícios, no que diz respeito à hierarquia dos cargos e, não incomum, muitas delas sofrem abuso e assédio sexual por parte de chefias, à custa de serem demitidas. Assim, ainda que Manaus seja uma capital de maioria feminina e que grande parte dessas mulheres seja economicamente ativa, o discurso sobre a diferença entre homens e mulheres “seja no âmbito do senso comum, seja no âmbito revestido por uma linguagem “científica”, enfoca a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual [e étnica], que serve para compreender – e justificar – a desigualdade social” (Guacira Louro, 2004, p. 21).

Entender a condição feminina na Amazônia e a saúde mental de algumas dessas mulheres é um desafio complexo. Um olhar que leve em conta a saúde geral e mental de mulheres trabalhadoras do PIM se constituiu um importante eixo dessa pesquisa. Com o objetivo de tornar essa leitura mais clara e crítica, adotaremos duas categorias de análise: a categoria gênero, amplamente utilizada em estudos feministas no mundo inteiro, e a categoria etnia que irá localizar essas mulheres num espaço histórico-cultural específico.

Joan Scott (1995) define gênero: “A palavra indica uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferenciação sexual’” (p. 72). E complementa:

Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (p. 75).

A adoção da categoria gênero surge como uma nova forma de enxergar as relações entre os sexos e de desnaturalizar o ser mulher. “Gênero é definido, portanto, como uma estrutura social que tem origem no desenvolvimento da cultura humana, ou seja, muito além da biologia ou das questões de procriação” (Judith Lorber *apud* Diniz, 2003, p. 17). As características dos sexos deixam de ser vistas puramente como herança biológica e genética e passam a ser notadas como construídas e atribuídas social e culturalmente.

Lourdes Bandeira & Fernanda Bittencourt (2004) chamam atenção para a necessidade da inserção da categoria gênero nas diversas áreas governamentais e nas ciências, com o intuito de amenizar a desigualdade econômica e social entre homens e mulheres, principalmente nos países em desenvolvimento. Para as autoras, as desvantagens sofridas pelas mulheres – tanto no âmbito econômico, quanto o social – enfraquece a cidadania feminina e impede que as próprias mulheres assumam ações políticas para mudar sua condição desfavorável. Além da adoção da categoria gênero é importante que a categoria etnia também seja tomada para a busca de um entendimento mais aproximado sobre a condição feminina na Amazônia.

A adoção da categoria gênero pelas feministas foi uma tentativa de fugir de estereótipos que fazem da biologia uma explicação para a situação desfavorável das mulheres. Assim como gênero, a categoria etnia se constitui como uma possibilidade de fugir de estereótipos e ideias que justificam a dominação de uma raça/etnia sobre outra. A problemática da mulher amazônica não pode ser abordada de forma linear. Elas são múltiplas e, por isso, não se pode

homogeneizar os problemas enfrentados por mulheres de distintas etnias e classes. Os problemas nunca foram iguais, principalmente quando se trata de Amazônia. Os processos sociais na Amazônia têm a cor vermelha, vermelha do derramamento do sangue de indígenas e caboclos em grande parte de sua história e devem ser cuidadosamente examinados.

Assim, a substituição da ideologia sexista e etnocêntrica, por uma noção mais crítica e contextualizada da experiência e dos papéis de homens e mulheres, na família e na sociedade é imperativa para se promover saúde e a criação de políticas públicas que resultem na igualdade de oportunidade para ambos os sexos, independente da etnia, nacionalidade, naturalidade. Promover mudanças, sobretudo nas políticas públicas destinadas às mulheres é um desafio a ser enfrentado. Caminhar nessa direção torna necessário: 1) que as perspectivas de gênero e de etnia sejam contempladas em estudos sobre a experiência feminina; 2) que existam pesquisadores/as motivados/as para a busca de uma compreensão da interação complexa entre gênero, papéis sexuais e saúde mental; 3) que tanto na produção do conhecimento, quanto nas ações políticas, o/a outro/a seja reconhecido/a como portador/a de direitos e interesses; 4) e principalmente, que as mulheres sejam ouvidas, compreendidas, dentro do seu contexto mais particular, partindo do lugar que elas ocupam na sociedade. Assim será possível compreender questões fundamentais relacionadas ao ser mulher e aos fatores que afetam a saúde geral e mental, tomados como processos que abarcam várias dimensões (Bandeira & Bittencourt, 2004; Ana Costa & Estela Aquino, 2000; Diniz, 1999; 2004).

Nossa proposta levou em conta reflexões sobre a condição das mulheres na Amazônia, e as tomou como alicerce para iniciar uma investigação sobre a saúde mental de mulheres amazonenses. O objetivo foi compreender a partir do ponto de vista das próprias mulheres, qual o significado de ser mulher e suas implicações para sua saúde mental, assim como investigar questões relacionadas ao trabalho, casamento, família, sexualidade e perspectivas

futuras na sociedade em que estão inseridas.

Compreender os desafios femininos na Amazônia não é tarefa fácil. Para tanto organizamos esse estudo da seguinte forma: no capítulo I, trataremos da condição feminina na cultura ocidental, na Amazônia e no PIM. O capítulo II é uma reflexão sobre a interação de quatro dimensões da vida de mulheres trabalhadoras – trabalho, casamento, família e sexualidade – e os reflexos desses múltiplos papéis para a saúde geral e mental. O capítulo III é uma apresentação sobre os caminhos metodológicos escolhidos. No capítulo IV demonstramos e discutimos os resultados encontrados nesta pesquisa. O quinto e último capítulo é dedicado para as considerações e reflexões finais. Entendemos este estudo como etapa inicial e fundamental para gerar subsídios para construção de políticas públicas que estejam verdadeiramente preocupadas com condição feminina e seu bem-estar, levando em consideração as especificidades das experiências de mulheres trabalhadoras do PIM.

CAPÍTULO I: CONDIÇÕES FEMININAS

1.1. Condições femininas e mulheres em movimento

Ele vem em um cavalo branco, espada em punho, com um sapatinho de cristal em suas mãos 'salvá-la' do seu nefasto destino de solteirona, e mais ainda, 'salvá-la' das garras da cruel e punitiva madrasta, da inveja e da feiura de suas meio-irmãs, das cinzas e o trabalho doméstico.

Conto de fadas? Estória de criança? De forma alguma, história de mulheres. Ser mulher não tem sido fácil. E isso não é brincadeira. Em muitas épocas da humanidade, mulheres vêm sendo oprimidas, silenciadas, preteridas, julgadas, subjugadas, marginalizadas, violentadas, sacrificadas, assassinadas. Foram tantas “gatas-borracheiras”, “madrastas malvadas” e “irmãs sem-beleza” que esmoreceram sem escolhas, alternativas e opções e viam no homem (pai, marido, filhos homens, senhor de engenho, donos de seringais, cafetões, chefes, padres) a sua única chance de exercerem os limitados papéis que lhes eram possíveis.

Chamamos condição feminina a subordinação das mulheres em relação aos homens, que, ao longo da história, resultou no seu lugar secundário e desvalorizado na sociedade (Diniz, 1999). A “natureza frágil e misteriosa” das mulheres foi, incontáveis vezes, utilizada para justificar o rígido controle sobre elas. Por milênios, o corpo da mulher fora vigiado pela Igreja e por alienistas; hoje seu algoz é também o capitalismo. Foi apenas nos séculos XIX e XX que essa subalternidade começou a ser verdadeiramente questionada. Muitas teorias feministas surgem para explicar e para promover mudanças na condição de vida das mulheres.

O feminismo é uma filosofia que aspira a equivalência nos direitos e nas oportunidades entre homens e mulheres. As várias linhas feministas – radicais, liberais, socialistas, marxistas e anarquistas, dentre outras – divergem em muitas questões, mas entre elas uma ideia parece ser consenso: a dominação de gênero, classe, raça/etnia tem perpassado várias sociedades ao longo do tempo e essas formas de opressão formam a base para outras práticas discriminatórias, como o racismo, a homofobia, a exclusão de grupos minoritários, etc. Para

além da importância social que os grupos feministas sempre exerceram sobre a condição das mulheres, muitos estudos e pesquisas foram realizados, inaugurando uma nova forma de fazer ciência: política e comprometida (Marta Narvaz & Sílvia Koller, 2006b).

Essas lutas, estudos e reivindicações ocorreram em momentos históricos diferentes, inspirados por ideais e necessidades também distintos. Por esse motivo, o movimento feminista pode ser dividido em duas fases ou períodos: 1) Feminismo moderno: na França, na Espanha e nos Estados Unidos, surgem grupos de mulheres que lutam para a garantia de direitos civis, como o voto e contra a discriminação. Nessa fase, a teoria do patriarcado surge como uma explicação para a histórica opressão feminina. Assim, contaminadas pelas propostas modernas de valores igualitários, as lutas feministas baseiam-se na reivindicação da ampliação de direitos já gozados pelos homens para mulheres; 2) Feminismo contemporâneo ou pós-moderno: o movimento ressurgido nas décadas de 1960 e 1970, ao contrário de atestar a igualdade entre os sexos, busca valorizar a diversidade, a especificidade, a experiência, a heterogeneidade e a pluralidade entre mulheres. Essa mudança de posição frente à questão igualdade/diferença será determinante para que, a partir daquelas décadas, as feministas adotem a categoria gênero em seus estudos (Lourdes Bandeira & Deis Siqueira, 1997).

Movidas por ideologias e momentos históricos tão diferenciados, as gerações do feminismo não poderiam deixar outro herdeiro senão o embate e a contradição no que tange às explicações sobre a dominação do homem em relação à mulher. Com o advento dos estudos de gênero, o patriarcado passa a ser questionado como uma impossibilidade de compreensão das especificidades do contexto histórico, sendo considerado um termo fixo e determinante. Estando o patriarcado presente em qualquer momento da história, ele representaria eternas amarras para as mulheres, sendo inútil qualquer tentativa de mudança.

Contudo, como afirma Lia Machado (2000) os termos gênero e patriarcado não precisam ser tomados como opostos, uma vez que são conceitos que se situam em dimensões

distintas. O patriarcado trata de modos de organização e dominação social, amparados pela figura do pai e da tradição; enquanto gênero, como já foi falado, é uma tentativa de desnaturalizar o lugar da mulher na sociedade, esclarecendo ser a cultura – e não a natureza – a responsável pelo seu lugar secundário.

O movimento feminista, conhecido como feminismo radical toma o sistema patriarcalista para explicar a tirania masculina. Para as feministas radicais a mais fundamental de todas as formas de opressão é a dominação masculina, mas ela também foi o alicerce para a construção de outras formas de opressão: as de classe, de raça, de idade, etc.

Dessa forma, a opressão fundamental vem do sistema de classe sexual, que se inicia na família biológica e se expande na divisão sexual hierárquica da sociedade e nos papéis sexuais que são atribuídos a uns e outros (Maria Cruz, 2005). Narvaz e Koller (2006b) apontam que, aliado ao capitalismo, o patriarcado tem sido utilizado para explicar a dominação e a violência perpetradas contra as mulheres na atualidade. Para as mesmas autoras (2006a) “valores patriarcais atravessaram os tempos e deixam suas marcas ainda na atualidade, a despeito das conquistas sociais e dos dispositivos legais que postulam a igualdade de direitos entre homens e mulheres” (p. 49).

Não há como negar que valores patriarcais ainda estão presentes na nossa sociedade. Contudo, concordamos com Machado (2000) quando afirma que a utilização do termo patriarcado não é suficiente para explicar as transformações sociais contemporâneas nos papéis atribuídos a homens e mulheres. Não é nosso objetivo levantar a bandeira de nenhuma das abordagens, mas trazê-las à discussão, já que entendemos que um fenômeno tão complexo deve ser analisado à luz de várias visões, que se por um lado são vistas como discordantes, veremos, aqui, como complementares e importantes para a compreensão feminina. Neste trabalho, tomamos os conceitos de patriarcado e de gênero como complementares.

Com tantas divergências e contradições, não seria mais fácil adotar uma das duas teorias

(patriarcado ou gênero) para buscar a compreensão sobre a condição feminina na Amazônia? Talvez sim, entretanto, não é de qualquer mulher amazônica que estamos nos propondo tratar. O foco dessa pesquisa está nas mulheres amazônicas, caboclas, nascidas no estado do Amazonas, mas inseridas no contexto da indústria e do capitalismo. Assim, como já foi enfatizado na introdução deste trabalho, adotamos as categorias gênero e etnia nas análises dos dados coletados, mas também consideramos indispensável uma reflexão a cerca do patriarcalismo, pois nele foram assentadas as bases para a colonização no Brasil e também na Amazônia.

Ao longo da história, homens exerceram poder sobre os corpos e o destino de mulheres. A busca pela compreensão da gênese da superioridade masculina levou Luciana Santos (2008) a apoiar-se em Engels e Marx para destacar a propriedade e o casamento monogâmico como peças chaves para esse entendimento. A autora aponta que o surgimento da agricultura, a produção e o conhecimento do homem sobre o seu papel na reprodução deram início à ideia de posse, de propriedade e da divisão sexual do trabalho. Diferente do cooperativismo de sociedades mais arcaicas, com produção coletiva; na nova ordem, os donos de terra precisavam de pessoas sobre o seu domínio para cuidar e tirar proveito delas. É nesse momento que surge o casamento monogâmico e conseqüentemente o sistema patriarcal:

Chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida, normalmente, por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas (Max Weber *apud* Cruz, 2005, p. 36).

Coincidência histórica ou não, foi no momento em que a família tornou-se estrutura social que surge a superioridade masculina e o seu domínio sobre a categoria feminina. O homem torna-se, assim, dono das terras, dos bens, da família e da mulher. A única possibilidade socialmente concebida para as mulheres, caso não seguissem a vida religiosa, era o casamento. O valor da mulher estava associado à sua capacidade reprodutiva e o homem detinha o total controle sobre o seu corpo para assegurar herdeiros legítimos. Assim, além do

controle sobre a sexualidade feminina – para fazer valer seus interesses – os homens conseguiram instalar modos de conduta e definiram o espaço privado como o lugar das mulheres, e o espaço público como essencialmente masculino (Luciana Santos, 2008).

A divisão sexual do trabalho foi fundamental para a construção e consolidação da dicotomia entre o público e privado. Até hoje, os homens são vistos como os responsáveis pela economia e política – ocupações da esfera pública – e as mulheres designadas para ocupações da esfera privada/doméstica, como a reprodução e cuidados com a higiene. Sendo vistas como “naturalmente” inadequadas ao domínio público, elas se tornaram dependentes dos homens e subordinadas às famílias. E esse lugar de submissão da mulher não é exclusividade do ambiente familiar, pois deixou grandes reflexos no mundo do trabalho e da política (Susan Okin, 2008).

Insatisfeitas com explicações marxistas, pautadas na divisão sexual do trabalho e na historicidade do patriarcado é que o feminismo contemporâneo propõe a categoria gênero, como alternativa para fugir de antigos estereótipos relacionados às diferenças sexuais biológicas. Assim, algumas feministas tomaram o pensamento renascentista, do fim da idade média, para entender, sob outro ângulo, a dominação masculina.

O teocentrismo medieval que dividia o homem (genérico) entre bom/mau, sagrado/profano, divino/pecador, certo/errado e, por conseguinte, homem/mulher, influenciou o pensamento iluminista, racional e cartesiano, que passou a dividir o homem em racional/emocional, corpo/mente, ocidental/primitivo. Como o “primeiro sexo”, a imagem masculina foi associada ao certo, ao bom, ao divino, ao racional. À mulher foi deixado um legado de culpabilização pelas desgraças mundanas. “A tradição judaica do paraíso genesiano cristalizou a imagem da mulher como um ser tentador que perturba a relação do homem com a divindade” (Torres, 2005, p. 75-76). Se a mulher, como representante do corpo e da emoção, desvia o homem da transcendência divina, é possível que ela também prejudique a

transcendência masculina obtida por meio da racionalidade e do positivismo – tão divinos para o pensamento iluminista.

Assim como o patriarcalismo, ainda que por motivos aparentemente diferentes, o teocentrismo e o antropocentrismo, também trancafiaram as mulheres na esfera privada. O primeiro, justificado pela crença edênica de serem elas culpadas por seduzirem os homens ao pecado, revivido por Maria Madalena e pelas bruxas medievais, e o último, baseado em explicações racionais e naturalizantes sobre o corpo da mulher e sua função reprodutiva, incompatível com a função racional e do pensamento – próprio do mundo masculino.

É interessante notar que o mesmo pensamento renascentista de dominação, que limitou a vida de mulheres, por séculos, é também o responsável pelas atrocidades sofridas pelos nativos das Américas, durante a colonização (Torres, 2005). A visão etnocêntrica que exaltava a raça ariana, como única e, o pensamento eurocêntrico de exploração das colônias, para riqueza das metrópoles, foram grandes responsáveis pelos genocídios que aqui ocorreram em 400 anos de colonização.

O maniqueísmo que dividiu o mundo em bom/mau, racional/emocional, homem/mulher, também dividiu o mundo em colonizador/colonizado, branco/primitivo, criador/criatura. Transformou, portanto, os “alienígenas” sobreviventes em escravos desalmados que deviam ser “salvos” da lascividade e do pecado. A maneira encontrada para sua redenção, caso não fosse o “céu” era o trabalho escravo e a catequese.

Torres (2005) considera o medo da perda da hegemonia como o algoz secular que subjuguou tanto as mulheres, quanto as etnias não-dominantes. Teorias e pressupostos filosóficos produziram eficientes aparelhos ideológicos que outorgaram às mulheres, negros/as e indígenas um estatuto inferior e subumano. Afastar e negar o/a outro/a como igual foi a estratégia encontrada pelo homem para controlar a mulher, e pelo branco para desvalorizar e massacrar centenas de culturas indígenas no Novo Mundo. Assim, pode-se

dizer que as nativas estavam duplamente condenadas: eram mulheres e não-brancas! É interessante como até hoje, o corpo das tupiniquins continua a ser explorado e visto como objeto, por meio do preconceito, da prostituição e do tráfico sexual. Não só os europeus, mas muitos/as brasileiros/as, herdeiros/as do pensamento colonizador, são preconceituosos/as em relação à cultura indígena e cabocla. Este é um ponto fundamental para futuramente entendermos as relações de poder no Polo Industrial de Manaus.

Essas culturas de dominação – sejam elas patriarcais, teocêntricas, antropocêntricas – têm um ponto comum: o rechaço da mulher, sua colocação em um lugar subalterno, inferior e secundário. Todas essas características contribuem para a construção de uma sociedade pautada no sexismo. Karin Smigay (2002) define:

Sexismo é uma posição, ou uma postura misógina, de desprezo freqüente ao sexo oposto. (...) É importante lembrar que se trata de uma posição, que pode ser perpetrada tanto por homens, quanto por mulheres; portanto, o sexismo está presente tanto intragêneros quanto entre gêneros (p. 34).

A autora enfatiza que tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas de sexismo. Contudo, aliado às culturas de dominação já citadas, o sexismo tornou-se uma ideologia que condicionou as formas de pensar, categorizar e excluir as mulheres. Ele impregnou o imaginário social com representações, opiniões, tendência e práticas, socialmente partilhadas, usadas para desprezar, desqualificar, desautorizar e violentar mulheres. Assim como no racismo, onde a cor da pele foi usada para justificar a discriminação, o sexismo, utiliza-se do mesmo dispositivo com explicações biológicas para justificar desigualdades sociais e a desvalorização da mulher (Rosário Pérez, 2007; Smigay, 2002).

Maria Ferreira (2004) aponta existirem duas formas de sexismo: o institucional e o interpessoal. O sexismo institucional “associa-se às práticas de exclusão promovidas por entidades, organizações e comunidades” (p. 120) para dificultar o acesso das mulheres às mesmas oportunidades que os homens, como no trabalho, na política e na ciência. Para a autora, o sexismo institucional cria o cenário ideal para que o sexismo interpessoal seja

praticado, a partir de atitudes e condutas negativas dirigidos às mulheres. Por fim, os sexismos são os filhos vivos da cultura patriarcal de desvalorização do feminino e que hoje encontram em instrumentos legais, médicos e sociais justificativas para normatizar a importância secundária das mulheres, nos mais diferentes contextos.

O sexismo, como arma ideológica de dominação, é o responsável pelo controle dos corpos e das atitudes de mulheres na contemporaneidade. Códigos legais foram substituídos por regras de etiqueta e padrões de beleza, e princípios pautados ora em uma cultura cristã, ora em uma sociedade de consumo, continuam vigiando as atitudes de homens e mulheres, principalmente no que diz respeito ao exercício da sexualidade. Embora, hoje as mulheres sejam menos reprimidas sexualmente, ainda são vistas de forma fragmentada, bem à moda renascentista,

(...) Essa ideologia [sexista] jogou principalmente com a mulher, definindo-a através de imagens popularizadas e extremas: santa, prostituta; mãe abnegada, madrasta cruel; mulher bondosa, “femme fatale” perigosa, etc. Esses mitos e estereótipos construídos socialmente foram incorporados pelas mulheres resultando na construção de uma identidade cindida (Rosine Perelberg, 1994, p. 17).

Para a mulher não há escolha: ou se está numa categoria, ou se está em outra. Torres (2005) exemplifica: “algumas mulheres como as Amazonas, tal como no mito grego, são tidas como malévolas ou perversas, ao passo que outras, como as da corte, honestas e puras” (p. 75). Nessa linha de pensamento, podemos supor que o preconceito sofrido pelas mulheres brasileiras, especialmente as amazônicas, transcende o preconceito de gênero. O exotismo criado a despeito do Novo Mundo e de seus habitantes, após meio milênio de colonização, revela também o preconceito étnico: seriam as europeias mais decentes que as brasileiras? E as brasileiras mais selvagens que as outras? A resposta parece clara.

Estudos recentes sobre mulheres hoje (Ferreira, 2004; Pérez, 2007; Silvia Yannoulas, Adriana Vallejos & Zulma Lenarduzzi, 2000) apontam que velhas atitudes tradicionais, como as que exigiam que mulheres fossem enclausuradas no âmbito doméstico, não deixaram de existir; mas paulatinamente, estão sendo substituídas por novas formas de sexismos. Ferreira

(2004) aponta que o novo sexismo ou o “sexismo moderno”, protegido por um discurso que nega a discriminação sexual, embora esteja encoberto, está presente na vida de mulheres ainda hoje. Sua forma mais indireta e simbólica traz dilemas e sentimentos ambivalentes sobre novos e antigos papéis femininos, que pode ser revertido em culpa e sofrimentos ligados à autoimagem.

Ferreira (2004) classifica ainda o novo sexismo em duas categorias: o sexismo hostil e o sexismo benevolente. Para ela, o sexismo hostil é mais intensamente sofrido por mulheres que desafiam o poder masculino, como as feministas, militantes, mulheres que ocupam altos cargos na política e em corporações privadas, e aquelas que têm alto poder de sedução sobre os homens. Ele se traduz em antipatias, fofocas, difamações a respeito da moral e da conduta de mulheres. Já o sexismo benevolente, apoiado em ideologias patriarcais sobre a inferioridade feminina (mulheres mais frágeis, sensíveis e emotivas), mascara o poder masculino sob falácias da maior competência e romantismo das mulheres em relacionamentos; e sob comportamentos de reverência e proteção dos papéis de esposa e mãe. Ele funcionaria, assim, como forma de levar as mulheres a aceitarem o maior poder dos homens, sob a égide de proteção e recompensa.

Questionadores da lógica patriarcal, sexista e falocêntrica, os movimentos de mulheres contribuíram muito para a melhoria na condição feminina hoje. Nos séculos XVIII e XIX, as conquistas alcançadas foram lutas isoladas, obra da coragem de mulheres e não se configuravam como um movimento feminista propriamente dito. Desde a primeira grande feminista, Olympe de Gouges, guilhotinada após escrever a “Declaração dos Direitos da Cidadã”, em 1791, muitas mulheres foram humilhadas e até condenadas por militarem a favor da causa feminina. Em 1857, em Nova York, 129 operárias foram carbonizadas vivas por reivindicarem diminuição da carga horária de trabalho e pelo direito à licença maternidade (Irecê Barbosa, 2007).

Nos dois períodos do movimento feminista, direitos distintos foram alcançados. A partir do final do século XIX, em muitos países, mas principalmente na Inglaterra, na Espanha e nos Estados Unidos, mulheres passaram a se organizar em grupos para reivindicar direitos civis, trabalhistas, políticos, sociais, reprodutivos e também familiares. Entre as maiores conquistas em mais de cem anos dos movimentos feministas estão: o sufrágio; direitos trabalhistas e reprodutivos; e denúncias de violência contra mulheres, sobretudo a violência doméstica (Narvaz & Koller, 2006b).

No Brasil, os movimentos só terão corpo na segunda onda do feminismo, na década de 1970. Nas décadas anteriores, porém, conquistas importantes foram logradas, tais como: publicação de jornais e periódicos destinados ao público feminino; a abertura das portas das universidades para mulheres; a fundação do partido Republicano Feminino, em 1910; e em 1932, no Governo Vargas, o direito de voto é garantido às brasileiras (Barbosa, 2007).

Há uma enorme polêmica sobre o ano da chegada e das responsáveis pela “fundação” do feminismo no Brasil. Formalmente, a segunda onda do feminismo chegou em 1975, com a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, durante a 1ª Reunião Feminista no Brasil, realizada na Associação Brasileira de Imprensa – ABI, no Rio de Janeiro. Entretanto, Joana Pedro (2006) aponta que já no início da década de 1960, a advogada Romy Medeiros começa a trazer para o Brasil ideias e movimentos que já aconteciam na França e nos Estados Unidos. Em 1972, Romy Medeiros organiza um congresso para mulheres, realizado pelo Conselho Nacional de Mulheres, também criado por ela, em 1949. Para Pedro (2006), pelo bom relacionamento da advogada com as elites do governo, em plena ditadura militar: “o evento não tem sido considerado um marco do feminismo da segunda onda no Brasil, diferente do evento de 1975, na ABI, certamente pelo fato de não ter sido promovido pelos grupos de esquerda” (p. 258). Aqui não nos interessa uma posição sobre o verdadeiro marco fundador do “novo feminismo no Brasil” e muitos menos sobre suas fundadoras, mas

reconhecer que mesmo diante dos fuzis da ditadura militar, grupos de mulheres, de diferentes ideologias, buscaram diversas estratégias para lutar por direitos iguais.

Vemos, assim, que muitas lutas foram travadas para dar às brasileiras, as mesmas oportunidades civis e políticas que os homens já gozavam. Mas, no Brasil, a luta pela igualdade de homens e mulheres, só foi legalmente concretizada na Constituição de 1988. Entre as mais importantes conquistas das feministas brasileiras estão: a isonomia em direitos e vantagens trabalhistas para homens e mulheres; a separação da sexualidade e reprodução, permitindo às mulheres maior autonomia sobre seu corpo; a maior participação de mulheres nas universidades, como alunas e cientistas; a possibilidade de fazer denúncias e a criação de legislações específicas que protegem a mulher da violência fora e dentro do âmbito doméstico, como é o caso da Lei Maria da Penha.

É inquestionável o valor das conquistas dos feminismos até os dias atuais; entretanto, as relações entre homens e mulheres, no Brasil e no mundo, estão longe de serem igualitárias. Mulheres ainda constituem um grupo em desvantagem evidente, seja no mercado de trabalho, nas instâncias de decisão, na vulnerabilidade à violência ou no acúmulo de atividades não remuneradas. Essa é uma realidade presente no Brasil, assim como em outros países da América Latina e do mundo. Os indicadores de renda, trabalho, saúde, educação e representação política apontam para relações desiguais de poder e distribuição de recursos entre os sexos. Essa desigualdade persistente gera o aumento do número de mulheres entre os pobres, o que, por sua vez, implica no aumento da violência doméstica, desvalorização do trabalho feminino, doenças sexualmente transmissíveis e sofrimentos psicológicos (Bandeira e Bittencourt, 2004).

O feminismo como um modo de agir político deve ser pensado no plural. É sua responsabilidade não apenas evidenciar as diferentes relações de poder entre gêneros, mas também intragêneros. Se aproximadamente metade da população, no mundo, é constituída por

mulheres, é fácil supor que elas estejam inseridas em contextos históricos, sociais e culturais distintos; e que possuem interesses convergentes e também contraditórios.

Nos primórdios do movimento feminista, os estudos eram pautados na oposição igualdade-diferença entre homens e mulheres. Depois passaram a se preocupar na diferença entre mulheres; hoje, estão sendo incorporadas aos debates de gênero, as categorias raça/etnia, classe e sexualidade (Dominique Fougeyrollas-Schwebel, Éléonore Lépinard & Eleni Varikas, 2006). Refletir sobre intersecção das múltiplas diferenças entre mulheres está no bojo deste estudo. Trazer à tona as especificidades históricas e culturais será imprescindível para uma melhor compreensão sobre a condição feminina na Amazônia.

1.2. Condições femininas na Amazônia

Bonita, sedutora, encantada, perversa. Diz a lenda que em noites de lua cheia, às margens do Rio Amazonas, com seus longos cabelos negros, a sereia Yara encanta os inofensivos pescadores com seu canto e sua beleza. Seu objetivo é atraí-los sexualmente, para que no fundo dos rios morram afogados. Aqueles que conseguem se salvar ficam loucos e passam o resto da vida ouvindo o seu canto ensurdecedor.

Pluralidade define o espaço e a cultura amazônica. E a condição e o modo de vida de homens e mulheres amazônicos também são múltiplos. Nossa ideia em problematizar a condição feminina na Amazônia não pretende abarcar toda a complexidade, muito menos tem a pretensão de dar definições e conclusões sobre o tema. Neste estudo priorizaremos a situação de mulheres caboclas em contextos urbanos. Contudo, entender a condição feminina deste grupo específico de mulheres, implica um breve percurso histórico sobre a colonização na Amazônia.

No período pré-colonial, relatos de aventureiros, naturalistas, historiadores apontam para uma participação ativa das mulheres na economia e nas decisões políticas das tribos nativas. Neste período, muitas mulheres foram usadas como instrumentos para ocupar a região, outras se organizaram em grupos para a luta pela igualdade de direitos. Hoje, 38,7%

da população economicamente ativa do Amazonas é composta por mulheres (IBGE, 2008). A mulher amazônica ocupou e ocupa um lugar de destaque nas lutas e no desenvolvimento da região. Contudo, é possível perceber também o quanto seu papel e participação foram escamoteados, traços da influência da cultura sexista e etnocêntrica dos colonizadores, que tornou a mulher amazônica invisível e desvalorizada.

No mundo ocidental a mulher sempre foi vista de forma ameaçadora. O poder patriarcal se apropriou do seu corpo, por objetivos econômicos. A igreja colocou-lhe cintos de castidade e embutiou nela toda a culpa pelo paraíso perdido, ou seja, o pecado era ela própria. Os renascentistas acusaram-na de desviar os homens do caminho da razão, uma vez que a paixão os levaria à insanidade.

No Brasil e, principalmente na Amazônia, esse controle foi ainda mais cruel. Aqui não se tratava de qualquer mulher: as brasileiras eram as mais primitivas, lascivas e perigosas. Foi essa imagem da mulher do Novo Mundo que foi disseminada. Com que objetivo? As políticas implementadas para povoar e ocupar o território conquistado, assim como para impedir possíveis invasões estrangeiras, usaram o corpo das nativas como um instrumento de dominação – delas e do território. Enquanto no Ocidente se exigia das mulheres um comportamento casto e virginal, na colônia, por motivos políticos e econômicos, a liberdade sexual, principalmente entre colonizadores e indígenas, foi estimulada. Estimulada de maneira “ordeira” sob os olhos e leis daqueles que estavam no poder. Aqui, a liberdade sexual não era liberdade, era lei. Porém, antes de tratarmos sobre o uso do corpo das mulheres nas políticas de ocupação da Amazônia, é importante mencionarmos como o sincretismo religioso entre a igreja católica e a cultura indígena contribuiu para essa dominação e desvalorização do feminino, tão presentes no ambiente fabril do Polo Industrial de Manaus – PIM – hoje.

O patriarcalismo na Amazônia deve ser cuidadosamente analisado, pois ele é uma espécie de mosaico, influenciado pelas crenças/ritos indígenas e pelo cristianismo dos

missionários (Heloísa Costa, 2000). O grande responsável pela invisibilidade e preconceito contra as mulheres amazônicas foi o colonizador. A cultura indígena apenas contribuiu para a dominação masculina. Atitudes como a supervalorização de ancestrais e autoridade máxima confiada aos homens mais velhos marcam uma tradição indígena com fortes traços falocêntricos. Relações patriarcais são percebidas no casamento. Em algumas culturas, a mulher goza de liberdade sexual enquanto solteira, mas após o casamento ela se torna propriedade do marido e, caso cometa adultério é punida com a própria vida.

Não se pode afirmar que nas sociedades indígenas, as mulheres sejam submissas aos homens. Em algumas tribos, é possível encontrar mulheres chefes. O que existe, é uma nítida divisão sexual do trabalho. Em geral, é responsabilidade das indígenas o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, mas não se vê nelas a passividade feminina nos moldes do patriarcalismo (Costa, 2000; Torres, 2005).

No Brasil, no início da ocupação europeia, o que mais espantou os colonizadores foi a espontaneidade e a naturalidade com que os indígenas vivenciavam a sexualidade (Gilberto Freyre, 2005/1933). Nas crenças indígenas, o/a homem/mulher e a natureza são vistos como um só e, sendo assim, a sexualidade é parte de sua natureza e, portanto, perfeitamente natural e espontânea. Os ritos de passagem que definem “ser homem ou mulher maduros” são sagrados e também sexuais, já que, nesse momento, também são definidos papéis e responsabilidades. Nesse ponto, nessa relação natural com o corpo, reside a maior diferença entre crenças e mitos indígenas e os dogmas cristãos que reprimem a vivência da sexualidade e enxergam-na como algo pecaminoso.

Diferente do que fora percebido pelos colonizadores, os indígenas não são permissivos sexualmente. Há, entre as sociedades nativas, uma maior liberdade sexual sim, mas sua prática é realizada dentro de regras e significados simbólicos específicos (Torres, 2005). Por motivos políticos e econômicos, os missionários, ora condenavam a naturalidade sexual dos

nativos, ora fechavam os olhos, de acordo com a conveniência, e a serviço dos processos de colonização e dominação, como fica claro no trecho abaixo:

(...) O fato é que o comportamento da Igreja era marcado pela plasticidade, fechando os olhos a princípios da doutrina frente a uma atitude de quase servilismo ao poder Real com o qual se mantinha atrelada. E o concubinato de brancos e índias proliferou na colônia livremente, absorvendo inclusive os clérigos (Costa, 2000, p. 59).

O estranhamento dos portugueses com a liberdade sexual nativa recaiu brutalmente sobre as índias. Utilizando-se da imagem da índia parideira e pervertida sexual, o governo lusitano implantou, na Amazônia, um verdadeiro comércio sexual, com claros objetivos militares e políticos.

A partir de 1750, no Governo de D. José I, a Coroa lusitana, regida pelo então Primeiro Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, tomou uma série de medidas para reorganização administrativa do Império. Entre as medidas estava o desenvolvimento de uma indústria manufatureira no reino; exploração sistemática dos recursos naturais e humanos das colônias; e uma série de ordens que norteavam as relações entre os nativos e os colonos – contidos num documento real denominado “Diretório Pombalino”. O Diretório Pombalino consistiu em um conjunto de medidas indigenistas tomadas por Marquês de Pombal. Entre elas, a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, para a exploração dos produtos da Amazônia; extinção do poder dos missionários; abolição da escravidão indígena; povoação e urbanização da colônia.

Na Amazônia, o Diretório Pombalino foi executado pelo governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, meioirmão de Marquês de Pombal. “É no contexto destas ações que se situa a promoção de uma política sistemática de casamento entre portugueses e mulheres indígenas de diversas etnias” (Décio Guzmán, 2008, p. 74). Para tanto, o diretório proibia a discriminação taxativa para os homens que se casassem com as nativas; proibia o uso do termo caboclo, pois, segundo o alvará régio, o termo “*cabouclo*” era injurioso e ofensivo; e dava àqueles que se fixassem em vilas e povoados da colônia “atenção especial” da Coroa,

honorarias, isenção de impostos e bens (Guzmán, 2008; Letícia Raymundo, 2006). Assim, “disseminava-se o mito de que as índias eram mulheres exóticas e dispostas a satisfazer a lascívia do homem branco, quando, na verdade, o objetivo era povoar a Amazônia” (Torres, 2005, p. 27).

A política de Pombal instala na Amazônia um comércio sexual. Para Torres (2005) o comércio sexual foi uma estratégia sexista para povoar a Amazônia, com base em práticas sexuais induzidas pelo poder lusitano e discretamente permitidas pela Igreja. Essas práticas atendiam tanto ao interesse da Coroa de ocupação, quanto o da Igreja de disseminar o catolicismo. Para que conseguissem sobreviver na Amazônia – material e politicamente – participar do comércio sexual foi compulsório para muitas das famílias indígenas. Em troca de alimentos, bebidas e, sobretudo, para fugir da exclusão social, muitos pais entregaram suas filhas; e maridos entregaram suas esposas para homens brancos que visitavam povoados indígenas em função de algum negócio.

Durante a colonização e até aproximadamente a primeira década do século XX, a economia da Amazônia era essencialmente extrativista. A busca pelo Eldorado, na “terra das Amazonas”, em muitos momentos da história, atraiu levas de imigrantes. A ocupação que se iniciou nos séculos XVIII e XIX, com a busca de especiarias, como pimenta, cravo, canela, cacau, baunilha, etc. – produtos que ficaram conhecidos como drogas do sertão – teve um enorme acréscimo no fim do século XIX, com o período áureo da borracha.

A exploração e a exportação da borracha trouxeram grandes mudanças sociais e econômicas para a Amazônia. O *boom* da borracha que aconteceu entre os anos de 1898 e 1912, tornou Manaus, capital do Amazonas, uma cidade com ares cosmopolita. Nesse momento, a economia de Manaus estava integrada às bolsas de valores mais importantes do mundo, como a de Londres e Nova Iorque. Grandes obras mudaram a fisionomia da cidade, até então bastante provinciana.

A “Paris dos Trópicos”, como Manaus ficou conhecida pela sua urbanização importada da França, foi uma das primeiras cidades brasileiras a instalar um bonde elétrico. A construção de um dos teatros mais luxuosos do mundo, o Teatro Amazonas, trouxe àquela capital importantes companhias internacionais de teatro e dança; e em 1909, as divisas geradas com a exportação da borracha, contribuíram para criação da primeira universidade brasileira: a Universidade Livre de Manaós – atual Universidade Federal do Amazonas – UFAM (Barbosa, 2007; Heloísa Costa, José Santana, Edila Moura, Eleonora Ferreira & Maria Maia, 1993).

A produção da borracha foi tão importante para economia do Brasil quanto o café. Em aproximadamente 15 anos, ela representou 20% das exportações brasileiras. Juntamente com o Pará, o Amazonas tinha uma das maiores rendas *per capita*s do hemisfério sul; entretanto, a riqueza obtida “não foi aplicada na produção da atividade econômica, mas em consumo supérfluo e em obras suntuosas” (José Oliveira, 2006, p. 5). Os benefícios advindos do “ouro branco” ficaram concentrados nas mãos de poucos. Os grandes seringais pertenciam a famílias tradicionais de Manaus e Belém, mas o sangue de indígenas destribalizados e de milhares de imigrantes, foi a seiva que financiou os caprichos e extravagâncias da elite dessas duas cidades (Oliveira, 2006; Thomas Orum, 2001).

Quem eram esses forasteiros? Os seringais eram formados majoritariamente por homens. Eram homens solteiros, em sua maioria, nordestinos, que deixaram suas famílias, na esperança de dias melhores, ou para retornar ou trazê-las para junto de si. Normas de proibição foram adotadas para manter mulheres e filhos longe dos seringueiros. O regime agroexportador promovia a vinda de homens solteiros, com o pretexto de que “Seringa não se dava com mulher” (Samuel Benchimol *apud* Torres, 2005, p. 22). Era preciso garantir que a elevada produção gomífera não fosse prejudicada por questões de ordem pessoal dos seringueiros. As péssimas condições de trabalho a que os seringueiros eram expostos

beiravam a escravidão e sem possibilidades financeiras, muitos deles nunca reencontrariam suas famílias. Torres (2005) considera a exclusão da mulher nos seringais como outra forma de política sexista:

Enquanto que, no período da política pombalina, as mulheres foram requisitadas para participar da política de expansão física do território amazônico, dando visibilidade à imagem da mulher parideira; no período da economia da borracha, a mulher foi preterida nos seringais amazônicos (p. 22).

A ausência de mulheres nos seringais, além de representar uma rígida divisão sexual do trabalho: “mulher não se dá com seringa”, aponta que a existência de famílias numerosas, ou do tipo nuclear eram raras. A ideia da Amazônia como inferno verde inibia a chegada de mulheres de outras regiões do país. Em relação às mulheres indígenas, elas eram proibidas de se relacionarem com forasteiros. Aos seringueiros transgressores a infração poderia colocar em risco a própria vida (Costa, 2000). As poucas mulheres brancas e mestiças existentes viviam em pequenos núcleos urbanos. Contudo, as diversas epidemias que chegavam com as embarcações vitimizavam principalmente as mulheres das áreas urbanas. Assim, fica claro que a Amazônia, nesse período, era um terreno extremamente hostil para as mulheres. Contudo, o luxo e riqueza ostentados pelas elites da borracha, despertaram o interesse de um grupo de imigrantes: mulheres europeias que vinham ao Brasil para trabalhar em cabarés ou para conseguir um bom casamento com um barão da borracha.

Orum (2001) aponta que enquanto nos seringais, a vida era árdua e solitária, nas capitais, a elite ostentava o luxo e o requinte importados da Europa. Paris foi escolhida com a principal rota de turismo para os ilustres comerciantes da borracha e a cultura francesa era copiada, no vestuário, na arte, na etiqueta e, também, na prostituição. Na ocasião, chegaram à Manaus e à Belém, levadas europeias, conhecidas como polacas, para trabalhar nos cabarés e teatros da região. A vida noturna era movimentada e as pálidas *cocottes* atraíam homens solteiros e casados. As prostitutas nativas foram desvalorizadas, ao passo que desfilar na companhia de uma mulher branca, estrangeira, bem vestida e penteada, representava

excelente status econômico:

A tradicional ausência de sucesso das amazonenses, além de a maior parte dos habitantes terem traços regionais garantiu às europeias, às imigrantes luso-brasileiras e a uma pequena porcentagem de mulheres brancas na região uma espécie de prêmio pela cor. (...) As mulheres de cor – mulatas, caboclas, cafuzas, pretas – eram adequadas para rebolar, mas as mais graciosas e as que detinham a atenção eram as brancas, essas mulheres eram o topo da realização sociopessoal (Orum, 2001, s/p)².

É possível inferir que a importação da cultura europeia estigmatizou as formas de vida que existiam na Amazônia antes do *boom* da borracha. Ser amazônico era ser primitivo. Era preciso ser europeu para que se alcançasse a modernidade. Era preciso ser branco/a pra ser bonito/a, para ser bom/a. O maniqueísmo renascentista volta a condenar indígenas e caboclos. A citação acima, se por um lado demonstra o prestígio e o valor que a sociedade da época atribuiu às *cocottes*, por outro, deixa entrever que mais uma vez as mulheres da Amazônia foram desvalorizadas, pela sua pele, sua origem, sua cor.

Embora os grandes navios a vapor tivessem trazido riqueza e luxúria para a linha do equador, o prazer e a diversão só eram permitidos aos homens. Para as cortesãs e *cocottes*, a prostituição não era um exercício da sexualidade, significava uma forma de sobrevivência. Como um “ganha pão”, o meretrício nas capitais da borracha foi tolerado, mas às prostitutas eram direcionadas todas as formas de punição e práticas coercitivas. Em muitos momentos, elas foram culpabilizadas pela disseminação de doenças venéreas (Fabiane Santos, 2007). Nesse período, em metrópoles do mundo inteiro, a cultura burguesa era exaltada, o casamento e o amor romântico dos folhetins eram altamente valorizados. Em Manaus e Belém não seria diferente.

Assim como a moda e os costumes, valores europeus foram importados para a Amazônia. O casamento passou a representar para as mulheres amazônicas *status* social, sobretudo para aquelas de famílias abastadas. Jovens de posses eram enviadas ao Rio de Janeiro, não incomum, à Europa para tornarem-se damas: além de concluir os estudos, deviam

² Livre tradução.

aprender costumes modernos e civilizados que as ajudariam a conseguir um vantajoso casamento. Para as moças de classe média o casamento também era referência, entretanto o pouco patrimônio da família tornava os compromissos menos rígidos. Sem posses ou negócios para manter e assegurar, elas tinham mais liberdade que as jovens ricas para escolher noivos e até para dispensá-los. Nas classes populares, casamentos civis e religiosos, pelo alto custo, eram mais raros. Entre as camadas mais humildes, ou seja, entre a maioria da população, predominava o concubinato. A formalização nos arranjos e termos de relacionamentos amorosos e sexuais – com coabitação, inclusive – embora fosse desejada como o ideal, para homens e mulheres pobres era incomum. Quanto mais pobres fossem as famílias, mais liberdade e flexibilidade nos arranjos maritais, as mulheres dispunham. Por que isso acontecia? Cristina Cancela (2008) aponta algumas explicações:

Entre os motivos que ajudam a pensar a presença dessa prática no universo desses casais, podemos amealhar as adversidades e limites materiais vividos por esses grupos; a ausência ou inexpressividade de bens patrimoniais; a instabilidade do trabalho e da moradia; a maior autonomia da mulher pobre e trabalhadora em relação aos homens, permitindo-lhe a auto-sustentação e, com isso, uma suposta independência e a dificuldade de o homem manter seu papel socialmente construído de provedor (p. 313).

Às mulheres ricas, brancas, em geral, descendentes de famílias colonizadoras era exigido um comportamento com raízes patriarcais e cristãs: era elegante e moderno copiar valores familiares europeus. Mulheres pobres, em geral caboclas e mestiças, gozavam de uma maior liberdade e autonomia, tanto na relação com o trabalho, quanto na escolha de seus parceiros – característica bastante comum na cultura indígena. Assim, a prostituição, o concubinato e a independência financeira das mulheres, apesar de ser uma realidade no período áureo da borracha, eram tolerados: “o que não significa dizer que essas práticas eram aceitas de forma homogênea, ou mesmo, sem reservas” (Cancela, 2008, p. 313). As mulheres caboclas, mais uma vez, foram desvalorizadas e responsabilizadas pela “imoralidade” percebida nas ruas de paralelepípedos importados da França.

Costuma-se relatar que, com o declínio da borracha, a partir de 1910 a economia de

Manaus entra em colapso. Ostentação, cafés e *boulevards* perdem espaço em função da queda nas finanças públicas, falência e desemprego. Os cinquenta anos seguintes são comumente descritos como “período da escuridão”, momento em que o glamour de Manaus é substituído pela crise econômica. Esta se constitui uma falácia etnocêntrica e preconceituosa, pois coloca em destaque uma suposta incompetência da população local para sustentar a economia, como se extrair látex fosse a única habilidade dos/as caboclos/as.

Assim, diferente do que é disseminado, não houve na Amazônia uma completa estagnação. Essa ideia foi utilizada para marginalizar as populações caboclas amazônicas e responsabilizá-las pela queda na exportação gomífera brasileira. Com o declínio da borracha, os problemas sociais tornaram-se mais visíveis. Entretanto, a riqueza, concentrada na mão de poucos, já havia promovido intensa desigualdade social em Manaus (Nugent, 2008; Torres, 2005).

Depois de “anos de escuridão”, foi com o discurso salvacionista de desenvolver e povoar a Amazônia Ocidental, que na década de 1950 a Zona Franca de Manaus – ZFM – foi concebida. *Ora, era preciso levar modernidade às pobres e primitivas populações caboclas e isso só seria possível por meio da industrialização.* É incontestável a importância do Projeto ZFM para o desenvolvimento da cidade. Entretanto, a visão colonialista dos dirigentes dessas empresas promoveu no Polo Industrial de Manaus – PIM – uma política preconceituosa e sexista que permanece em vigor até os dias atuais. Passamos a falar agora do PIM e de suas trabalhadoras.

1.3. Mulheres no Polo Industrial de Manaus – PIM

O PIM é um parque industrial, com aproximadamente 400 indústrias, localizado na cidade de Manaus. São médias e grandes empresas que produzem, entre outras coisas, artigos dos setores eletroeletrônicos, veículos de duas rodas, relojoeiro, ótico, metalúrgico,

termoplástico, químico, entre outros. Empresas brasileiras e multinacionais provenientes da China, Japão, Coreia, Estados Unidos, França, Holanda, etc. contribuem para que o Amazonas seja o 4º maior estado brasileiro em captação de renda. Essas empresas são atraídas a se instalar no PIM devido à isenção de imposto como: o I.P.I. (Imposto sobre Produto Industrializado), I.I. (Imposto de Importação) e o I.C.M.S. (Imposto sobre Circulação de Mercadoria). Esses incentivos fiscais são parte do Projeto Zona Franca de Manaus – ZFM, criado na década de 1950 e implementado na década de 1960, durante a ditadura militar, pelo Decreto-Lei 288, de 28/02/1964:

Criar uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitissem o seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância em que se encontram os centros consumidores dos seus produtos.

Implantada inicialmente em Manaus, e depois estendida a toda Amazônia Ocidental, o principal objetivo da ZFM foi ocupar a Amazônia para garantir a soberania nacional e impedir que o avanço comunista, nos países da América Latina, também chegasse ao Brasil (Barbosa, 2007; Edila Moura, Eleonora Ferreira, Maria Maia, Heloísa Costa & José Santana, 1993). Por motivos, sobretudo, militares, foi criado no seio da Amazônia um centro comercial, industrial e agropecuário. Na primeira década de implantação da ZFM, o setor que mais se desenvolveu foi o comércio, atraído pela isenção de impostos. Em 1971, de forma precária, as primeiras indústrias começam a se instalar em Manaus. E foi somente em meados da década de 1970 que, verdadeiramente, é iniciado em Manaus, um processo de produção industrial (Cheywa Spindel, 1987; SUFRAMA, 2006).

A partir da década de 1970, começam a chegar à Manaus, grandes multinacionais a procura de mão-de-obra barata e mercado consumidor. O interesse nas riquezas e na imensa biodiversidade amazônica, somados às ideias preconceituosas sobre o acesso a uma mão-de-obra indígena subserviente, barata, desqualificada, adestrável aos propósitos do capitalismo explicam, sob outro ângulo, o projeto ZFM (Torres, 2005).

A grande oferta de empregos das grandes multinacionais, na capital; e as dificuldades de acesso à saúde, educação e trabalho, provocaram na década de 1970, no Amazonas, o início do êxodo rural, que continua intenso até os dias atuais. Uma política agrícola ineficiente, incapaz de desenvolver as regiões ribeirinhas, estimulou a imigração de caboclos/as do interior para a capital, e uma grande parte do exército de trabalhadores foi absorvida para “apertar parafusos”. A mão-de-obra cabocla foi aproveitada no chão de fábrica, em serviços e atividades que exigiam força física e habilidades motoras.

Além disso, nos primeiros anos, a ZFM se tornou uma imensa montadora, sem contrapartida para um desenvolvimento científico e tecnológico na região. Trabalhadores mais qualificados, para cargos técnicos e de gerência foram arregimentados das regiões sul e sudeste do Brasil, sobretudo de São Paulo. O discurso desenvolvimentista da implantação da ZFM encobre a exploração e as relações pautadas no poder: entre chefes estrangeiros e proletariado caboclo e, paralelamente, entre países desenvolvidos e regiões em desenvolvimento. As relações de trabalho no PIM são amplamente perpassadas pelo preconceito étnico (Spindel; 1987; Torres, 2005).

“É tudo índio”, “amazonense é preguiçoso”, “o calor deixa o caboco³ burro”, “o caboco é acomodado”, “as amazonenses são fáceis”, “as operárias são vagabundas”. Esses são alguns dos estereótipos utilizados para menosprezar a mão-de-obra cabocla no PIM. Suposições sobre a incapacidade e a incivilidade do/da indígena e do/da caboclo/a são responsáveis pela invisibilidade e desqualificação dos povos amazônicos até os dias atuais. É possível que esses estereótipos tenham ressurgido durante a implantação da ZFM. Advindo de uma cultura industrial, ocidental e eurocêntrica, o “novo colonizador” desvalorizou a cultura cabocla, em um eficiente dispositivo de docilização. Mais uma vez, ser branco, europeu – e agora, provenientes das regiões sul e sudeste do Brasil – representava status e modernidade; ser da

³ O termo caboco/caboca - e não caboclo/cabocla - é amplamente utilizada na região.

Amazônia voltou a representar atraso e incapacidade. Alguns costumes e valores do caboclo foram utilizados pelo dominador para atestar sua “superioridade”: o alto absenteísmo nos dias de chuva; a “insubordinação” dos/as operários/as, contrários/as à agressividade das chefias; a alta incidência de relações conjugais consensuais; e a maior liberdade das mulheres ao se vestir, se comunicar e se relacionar com parceiros afetivossexuais (Spindel, 1987). Homens e mulheres do PIM ainda são vítimas desses tipos de desvalorização, mas acreditamos serem as mulheres as que mais sofrem com essa cultura capitalista, baseada em valores patriarcais e etnocêntricos.

1.4. Condições femininas no PIM

No Amazonas, 51% da população urbana é feminina. As mulheres correspondem a 38,7% da população economicamente ativa. Em todas as faixas etárias, o grau de escolaridade e a quantidade de anos de estudos são favoráveis às amazonenses. No ensino superior, o número de homens é 15% menor que o de mulheres. Elas são maioria nas ciências e artes, em cargos técnicos de nível médio, em áreas administrativas e no comércio (IBGE, 2008).

No PIM elas representam 55% da força de trabalho, absorvidas, em sua grande maioria, por empresas produtoras de eletrônicos e componentes. A maioria dessas mulheres ocupa cargos de menor nível hierárquico – e de menores salários – como os de montadora, operadora de produção e calibradora. Em geral, elas são alocadas em setores onde são exigidos: ritmo acelerado, concentração, tensão, habilidade manual, acuidade visual e, sobretudo, paciência, dado o caráter repetitivo das tarefas (Costa, 2000/2001; IBGE, 2008).

Os processos de seleção são mais rigorosos para as mulheres. Pela natureza dos trabalhos, que envolvem grande desgaste físico e psíquico, as empresas de eletroeletrônicos dão preferência à contratação de mulheres jovens. Essas mulheres possuem o seguinte perfil: com até 25 anos de idade, solteiras, de preferência sem filhos, com boa aparência, altura e peso compatíveis, braços longos, mãos delicadas, ensino médio completo e sem experiência

profissional anterior. Além desses pré-requisitos, a indicação de alguém influente é um ponto a mais para as candidatas. As empresas dão prioridade para mulheres tranquilas, otimistas, receptivas, com comportamento discreto e que tenham hábitos adequados de higiene. Até muito recentemente, teste de gravidez fazia parte de uma lista de exame médicos a que as candidatas eram submetidas (Barbosa, 2007; Heloísa Costa, 2000/2001; Spindel, 1987). Resultados positivos eram desfavoráveis para a contratação, o que implicava, na maioria das vezes, na desclassificação das candidatas.

Alguns dos critérios exigidos durante o processo de seleção deixam nítido o viés sexista. Pela sua “pouca resistência física”, as mulheres ocupam cargos “mais fáceis e mais leves”. Esse tipo de classificação, além de expressar uma lógica patriarcal, desvaloriza as atividades desempenhadas por mulheres, contribuindo para a manutenção de menores salários e piores condições de trabalho. Ademais, serviços que sempre foram atribuídos às mulheres, no espaço doméstico, fazem com que, desde cedo, elas tenham uma maior habilidade em organizar o tempo. A facilidade em desempenhar atividades múltiplas e delicadas (cozinhar, costurar, cuidar de crianças e idosos, etc.) exige paciência e disciplina, o que no espaço fabril se converterá em maior lucro e produtividade, atendendo à lógica capitalista.

Os homens são, em geral, contratados para cargos que exigem força física, ou seja, cargos técnicos e de manutenção. Assim, desempenham atividades “mais difíceis e complexas”. Os setores onde predominam homens são mais bem remunerados. Cargos onde o sexo é indiferente não apresentam discrepâncias salariais. Aqueles ocupados apenas por mulheres têm os menores vencimentos. Nos cargos de maior nível hierárquico, as mulheres são minoria, elas são contratadas apenas para chefias menores. Em cargos de supervisão e gerência, os homens são maioria. As empresas do PIM que, em geral, são filiais, com matrizes no sul do Brasil ou em outros países, têm critérios distintos para a contratação de chefias. Para coordenar grupos e assumir gerência, as empresas ainda contratam a mão-de-obra local,

entretanto, para cargos mais altos, de diretoria e presidência, a quase totalidade é composta por funcionários da matriz ou estrangeiros (Costa, 2000/2001).

Seleção mais rigorosa, atividades exaustivas e desvalorizadas, salários inferiores e menores possibilidades de promoção para as mulheres, seriam informações suficientes para afirmar a existência de uma política sexista no PIM. Entretanto, estudos realizados em diferentes momentos (Barbosa, 2007; Costa, 2000/2001; Spindel, 1987; Torres, 2005) apontam a existência de um rígido controle sobre o corpo e o comportamento das mulheres trabalhadoras do PIM, trazendo à tona estigmas seculares sobre a moral das amazônidas. O domínio sobre o corpo feminino já aparece durante a seleção: boa aparência, planotestes (teste de gravidez), e “comportamento discreto” colocam em evidência como o uso do corpo e a sexualidade podem interferir na contratação das candidatas.

Nas décadas de 1980/90, a distribuição de pílulas anticoncepcionais às mulheres e o financiamento de cirurgias de laqueadura eram promovidas por empresas do PIM. Nessa mesma época, absurdos como a exigência de um atestado de laqueadura para a contratação e exames realizados pelas líderes de linha, nos genitais e nos absorventes das operárias, foram práticas comuns de controle sobre a vida sexual e reprodutiva das operárias. O medo de demissão e de retaliação induziu – e induz até hoje – muitas trabalhadoras do PIM a realizarem abortos clandestinos, muitas vezes, nos banheiros das próprias fábricas. Além disso, foi proibido às mulheres, o uso de decotes e minissaias, como tentativa de moralizar o ambiente de trabalho.

Casos amorosos, assédios sexuais e até estupros acontecem com bastante frequência entre chefes e operárias. Na década de 1980, algumas indústrias chegaram a proibir ligações amorosas e sexuais entre operárias e chefes de qualquer nível. Embora, atualmente não exista uma política explícita e formal sobre essa prática, atitudes vexatórias que desqualificam a moral das mulheres: “ela tem caso com o chefe porque é fácil”, colocam-nas em um lugar de

responsabilidade pela conservação da moral. Dessa forma, aceitando ou não as investidas dos chefes elas estão vulneráveis às retaliações que partem tanto das chefias, quanto dos/das colegas de trabalho.

A falta de informação, o medo de demissão e a possibilidade de obter vantagens salariais ou promoções levam algumas delas a aceitarem o assédio sexual como uma das atribuições dos cargos que ocupam. Muitas vezes, são os próprios chefes, atores do assédio que ridicularizam as operárias, denegrindo sua imagem. Fica perceptível assim que, independente da decisão que tomam sobre se envolver ou não com um colega ou chefe de trabalho, são elas que estão sendo vigiadas. Seu corpo está sendo constantemente usado e controlado de acordo com interesses masculinos.

Além do assédio sexual, a política sexista do PIM contra as trabalhadoras é também refletida em práticas menos visíveis. Torres (2005) afirma que uma das violências mais sofridas pelas mulheres, trabalhadoras do PIM é a utilização de estereótipos para colocar em xeque a capacidade e a moral dessas mulheres com forma de negar a elas condições de trabalho equivalentes às dos homens. A opressão específica e particular é a depreciação de sua imagem diante da sociedade e a criação e manutenção de um sistema de valores que exige que ela viva cotidianamente com essa violência. A mulher, mesmo quando consegue ocupar lugares hierárquicos mais altos, está constantemente sendo vigiada por olhares jocosos. Ela tem que provar continuamente que mereceu aquele lugar – profissional e moralmente porque ela tem competência e não porque foi pra cama com um diretor.

Traçado um breve panorama sobre as condições de trabalho no PIM, podemos afirmar o seguinte: 1) a grande maioria das chefias das fábricas do PIM ainda é ocupada por homens de outros países ou das regiões sul do Brasil; 2) muitas fábricas que funcionam em Manaus são meras filiais, com pouco incentivo para o desenvolvimento de tecnologias próprias; 3) as mulheres têm mais dificuldade de ascensão a cargos hierarquicamente maiores; 4) seus

salários continuam inferiores aos dos homens; 5) as condições de trabalho, nos setores que elas são alocadas, são mais precárias; 6) seus corpos e a sua vida reprodutiva são vigiados; 7) estereótipos sobre a capacidade intelectual dos homens e sobre a moral das mulheres continuam vivos. A partir disso, fica claro que, trinta anos após a efetiva implantação do modelo ZFM, o preconceito étnico e de gênero, embora menos perceptível, é ainda uma dura realidade no PIM (Costa 2000/2001; Spindel, 1987; Torres, 2005; Vieira, 2002).

O que tem sido feito para mudar essa situação? No PIM, as lutas do operariado são bastante recentes. O Distrito Industrial nasceu em plena ditadura militar, período em que a repressão desestruturou sindicatos e organizações reivindicatórias. Nos primeiros anos da ZFM, o sindicato existente era pouco atuante. Em 1982, quando uma crise econômica reduziu cerca de 50% da força de trabalho nenhum tipo de manifestação ou paralisação foi realizada. A primeira greve realizada em Manaus foi em agosto de 1985, comandada pela CUT – Central Única dos Trabalhadores – e reivindicava aumentos salariais. Embora as reivindicações não tenham sido concedidas pelas empresas e pelo TRT – Tribunal Regional do Trabalho, o movimento foi um marco. Ele representou o início de sucessivos movimentos trabalhistas que ocorreram na segunda metade da década de 1980.

O que nos interessa mencionar é que a participação das mulheres operárias foi imperativa para o sucesso dessas greves. Além de comporem a maior parte do comando de greve, elas lideraram os movimentos. Embora seu papel imprescindível não tenha tido o seu devido reconhecimento no sindicato, na mídia e nos partidos, foi a partir da luta trabalhista que as amazonenses começaram a se organizar em grupos para lutar por direitos especificamente femininos (Spindel, 1987; Torres, 2005; Ivânia Vieira, 2002). O movimento de mulheres toma forma na luta sindical, mas a força e autonomia das guerreiras amazônidas já é percebida durante a colonização.

1.5. Movimentos de mulheres no Amazonas

A influência da cultura indígena e as grandes dificuldades que os povos amazônicos atravessaram em ciclos de *boom* e estagnação econômicos parecem ter contribuído para que as mulheres da região gozassem de uma maior autonomia na sociedade e na família. Estudos anteriores (Costa, 2000; Fabiane Santos, 2005; 2008; Torres, 2005) apontam para uma maior liberdade nas áreas social e sexual das mulheres amazônicas. Em contrapartida, Costa (2000) aponta que essa “autonomia parece não corresponder, em termos políticos, à sua participação para conquista de direitos civis, sociais e políticos” (Costa, 2000, p. 6). A autora atribui a uma ordem de dominação patrimonial, na Amazônia, o atraso de uma consciência política entre as amazonenses:

Quando se analisam as relações políticas no Amazonas, quer na esfera política institucional (governo, partidos, sindicatos), quer na esfera política informal (relações interpessoais, movimentos sociais, associações, grupos etc.), a característica relevante é o paternalismo que desenvolve estreitas relações de dependência entre dominante e dominado e tem servido ao exercício do poder patronal (...). A hipótese que levanto é que esse paternalismo que atravessa todas as instâncias da política e detém o crescimento dos agentes políticos, tenha suas raízes na história da colonização da Amazônia (Costa, 2000/2001, p.4-5).

No período colonial, a região amazônica foi governada diretamente por Portugal, que detinha seu monopólio sobre os produtos extrativos. Por esse motivo, os agentes colonizadores foram, em sua maioria, missionários, comerciantes e financistas, cooptados com a Coroa. As terras conquistadas pelos confrontos entre portugueses e nativos eram entregues a homens brancos que detinham total poder sobre elas. Índios/as destribalizados/as foram homogeneizados/as na grande categoria “índios” e transformados/as em escravos/as na extração das drogas do sertão.

Para sobreviver, os/as índios/as destribalizados/as precisavam negar a sua etnia e servir aos “coronéis de barranco”, como ficaram conhecidos os donos das terras. Assim, o primeiro produto da tentativa de europeizar a Amazônia foi o caboclo, que despersonalizado da sua etnia original é levado a identificar-se com o branco. Na tentativa de ser aceito, o/a caboclo/a

passa a exaltar o branco que o despreza e a rejeitar sua origem e a desqualificar os/as índios/as. Isso o/a torna fraco em termos políticos, pois docilizado/a, ele/a se sujeita mais facilmente à dominação do homem branco (Costa, 2000; 2000/2001).

E o que isso tem a ver com lugar das mulheres? A Amazônia colonial além de ter sido assentada em uma cultura tradicional e patriarcal teve como base uma ordem social nada democrática: o patrimonialismo. Assim, a exclusão política das mulheres não foi um privilégio delas, mas um retrato da estrutura social da época. Favoritismo, nepotismo e o clientelismo dificultaram a criação de uma consciência política e crítica, sobretudo nas mulheres. Aquelas que conseguiram alguma ascensão política eram meras auxiliares de homens influentes. Assim, embora as mulheres amazônicas gozassem de uma maior liberdade social e sexual, elas não tiveram o mesmo sucesso em âmbitos políticos (Costa, 2000; 2000/2001).

Na educação, as mulheres também tiveram uma inserção precoce. As dificuldades na Amazônia, em meados do século XIX, tais como: o isolamento, o abandono, a falta de recursos e de pessoas preparadas para o magistério, obrigaram o Estado a aproveitar um contingente disponível: esposas de estrangeiros e de homens ricos. Em 1859, a entrada das mulheres para o magistério foi facilitada pela política de apadrinhamentos e trocas de favores. Como eram mulheres de famílias importantes, os salários das professoras eram equiparados aos dos professores. “Como um tiro que saiu pela culatra”, o poder patronal, na Amazônia, promoveu uma influência positiva sobre as mulheres estrangeiras e as da elite. A abertura da contratação de mulheres para o magistério no Amazonas teve como desdobramento a contratação de mulheres para exercerem cargos burocráticos para o Estado. Assim, em relação às mulheres do sul e sudeste do Brasil, as nortistas também foram pioneiras na educação. O caminho aberto pelas ricas, devido o privilégio que dispunham, trouxe benefícios também para as mulheres de classes populares (Costa, 2000).

A educação foi a porta de entrada para que as mulheres da elite começassem a se organizar em termos políticos. O primeiro relato sobre um movimento de mulheres, no Amazonas, aconteceu no fim do século XVIII. O movimento “Amazonenses Libertadoras” foi idealizado por mulheres de famílias tradicionais que lutavam por igualdade e cidadania. Sua influência na sociedade foi tão importante que juntamente com o movimento abolicionista promoveu a libertação dos escravos no Amazonas. Em 10 de julho de 1884, quatro anos antes da Lei Áurea ser assinada, o presidente da província, Theodoro Souto, proclamou a emancipação dos escravos no Amazonas (Almino Affonso, 2000; Denison Silvan, 2008).

Por um longo período não há notícias sobre movimento de mulheres no Amazonas. Só é apenas em 1976, que algumas estudantes da Universidade do Amazonas – UA, coordenadas pela professora Selda Vale, reúnem-se para discutir a questão da mulher. Em 1980, nasce o Comitê da Mulher Universitária. Presidido pela estudante Lucia Antony, o grupo lutava para a aprovação do programa de controle de natalidade do Governo Figueiredo.

Divergências ideológicas, a exemplo do que aconteceu nos movimentos feministas no mundo inteiro levou à criação, em 1981, de dois grupos de mulheres: a União de Mulheres de Manaus – UMM – e o Comitê da Mulher Trabalhadora – CMT. A preocupação de ambos era a situação das mulheres operárias no PIM. Entre as principais reivindicações da UMM estavam: o combate à discriminação da mulher no mercado de trabalho, creches para as trabalhadoras do PIM, criação de lavanderias coletivas e restaurantes comunitários. Por sua vez, o CMT, ansiava por uma articulação entre as operárias do Distrito Industrial. Entretanto, a Organização da Mulher Trabalhadora – OMT – só será viabilizada após a criação de um departamento feminino dentro do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Amazonas. A principal atuação da OMT foi dar visibilidade às denúncias das trabalhadoras do PIM sobre a discriminação no ambiente de trabalho e os recorrentes casos de assédio sexual (Ramos, 2003).

Nos dias sete e oito de março de 1985, acontece o primeiro grande evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher em Manaus: o I Encontro da Mulher Operária. A política sexista e o assédio sexual foram os temas em destaque no encontro. Outros eventos foram realizados com o objetivo de discutir a questão das trabalhadoras do PIM, contudo, o segundo grande evento só acontecerá em março de 1986.

O 7º Encontro da Mulher Trabalhadora Amazonense reuniu cerca de 300 mulheres. Entre os temas discutidos estavam: saúde feminina, aborto, sexualidade, reprodução, violência e educação. Na ocasião do evento foram feitas denúncias relacionadas à obrigatoriedade do planoteste durante os processos de seleção, induzindo muitas candidatas a realizarem abortos; à distribuição de pílulas anticoncepcionais para menores de 15 anos; e à crescente prostituição das funcionárias dentro das fábricas. A gravidade desses fatos levou à elaboração de um documento encaminhado para a imprensa e para o Ministério Público a fim de exigir providências das autoridades sobre as denúncias realizadas (Ramos, 2003; Torres, 2005).

Na década de 1980, os movimentos de mulheres, em Manaus, não lutavam apenas a favor das causas femininas, mas em prol de toda a classe trabalhadora. Entre os anos de 1987 e 1989 aconteceram grandes greves no Parque Industrial de Manaus. Mulheres eram maioria entre os grevistas e as lideranças. Elas não apenas participaram ativamente, mas tinham poder de paralisar fábricas inteiras.

Paradoxalmente, a representação feminina nos sindicatos da categoria e nas CIPA's – Comissão Interna de Acidentes – dentro das fábricas, era e ainda é mínima. Nos jornais destinados ao operariado, como o “Linha de Montagem”, reportagens sobre a participação e a condição da mulher operária é praticamente inexistente. Mesmo com papel reconhecidamente mais forte dentro dos aparelhos sindicais, às mulheres eram destinadas funções desqualificadas e burocráticas, enquanto as funções de diretoria eram todas ocupadas por homens. Dessa forma, os sindicatos, além de reproduzir a política sexista e a divisão sexual

do trabalho (às mulheres restavam serviços desvalorizados), mostravam-se pouco sensíveis às causas femininas. Muitas vezes esses sindicatos, perpetravam contra elas o mesmo preconceito de etnia e de gênero que sofriam em outros espaços (Costa, 2000/2001; Ramos, 2003; Torres, 2005; Vieira, 2002).

Atualmente, a participação de mulheres nos sindicatos de trabalhadores do PIM é invisível. Isso não quer dizer passividade política, talvez seja o reflexo de uma estrutura sindical androcêntrica e machista que torna invisível a luta feminina no PIM. Em uma pesquisa sobre o perfil dessas trabalhadoras, no que concerne à participação política e sindical, Barbosa (2007) encontrou o seguinte: 29,8% das participantes (a maioria) se consideram críticas; 24,5% politicamente corretas; e nenhuma se considerou ingênua. Entre as reivindicações, aproximadamente 55% das entrevistadas anseiam por melhores salários, o que significa isonomia salarial, em relação aos colegas do sexo masculino.

Os movimentos feministas, em Manaus, não conseguiram solucionar as dificuldades que mulheres, cotidianamente, estão expostas, mas serviram, ao menos, para dar visibilidade aos problemas que elas vivenciam. O preconceito ainda existe, é claro, mas absurdos contra a mulher, como os que aconteceram na década de 1980 são mais raros. Atualmente, testes de gravidez não são exigidos em processos de seleção, assim como a participação em programas de controle de natalidade é voluntária. A criação da Delegacia de Crimes Contra Mulher foi uma das maiores conquistas alcançadas pelos movimentos de mulheres em Manaus. Inaugurada em 07 de julho de 1987, foi uma das primeiras do Brasil. Até então, delegacias dessa natureza só existiam nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (Ramos, 2003).

Atualmente, entre os grupos de mulheres mais atuantes estão o Fórum Permanente de Mulheres de Manaus; o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; a Pastoral da Mulher Operária; o Consulado da Mulher de Manaus; e o grupo Maria em Ação, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Infelizmente, nos meios de comunicação, a atuação desses

grupos é quase inexistente, em geral, só aparecem no mês de março, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Em toda a história do Amazonas as mulheres tiveram um papel ativo. Sua participação foi preponderante: no “descobrimento”, na colonização, no povoamento, no desenvolvimento das atividades produtivas. Seu papel nas relações familiares, na educação, na industrialização e nas lutas por uma sociedade mais justa foi notório. Porém, ao invés de uma coroa de louros, não apenas as amazonenses, mas as mulheres amazônicas foram “premiadas” com sucessivas práticas sexistas e etnocêntricas que se iniciaram nos primeiros anos de colonização e que estão presentes até hoje. Estereótipos sobre sua sexualidade, sua incapacidade intelectual e sobre a sua passividade política ainda fazem parte do imaginário social brasileiro. Esse ponto nos interessa, pois passada a primeira década do século XXI, esses estereótipos continuam vivos no discurso dominante e na realidade das trabalhadoras do PIM.

O objetivo desse estudo que é entender o significado de ser mulher e a saúde mental em trabalhadoras do PIM exige-nos um panorama sobre as condições femininas no trabalho, na família e na vivência da sexualidade feminina. Além disso, aspectos da saúde geral e mental também serão abordados. Esperamos que essas informações nos tragam subsídios para compreender a experiência feminina e seus desdobramentos na saúde de mulheres trabalhadoras do PIM.

CAPÍTULO II: DIMENSÕES DA VIDA DE MULHERES: TRABALHO, CASAMENTO, FAMÍLIA, SEXUALIDADE E SAÚDE

Casamento, família, trabalho e sexualidade são dimensões importantes na vida de homens e mulheres. Refletir sobre a condição de mulheres, e em especial, de mulheres brasileiras implica entender em que bases essas dimensões foram construídas.

No capítulo I, explicitamos pormenorizadamente as condições femininas de mulheres na Amazônia. Apresentamos especificidades culturais que influenciaram as condições e as identidades femininas. A construção dos variados jeitos de ser mulher na Amazônia foi muito diferente sim, mas isso não quer dizer que esse processo não sofreu influências das outras regiões brasileiras. No início do século XX, padrões e regras sociais exigidos para mulheres de outras regiões brasileiras chegaram à Amazônia. E no fim do mesmo século, a industrialização e a implantação do PIM, “presenteou” as mulheres amazonenses com desafios e dilemas já vivenciados por mulheres de outros centros urbanos.

Assim, antes de problematizarmos a situação atual de brasileiras, faremos um percurso histórico sobre a vida de mulheres de outras regiões. Essa reflexão nos fornecerá subsídios para compreender a questão feminina hoje e seus desdobramentos para a saúde mental.

2.1. Condições femininas e histórias de mulheres brasileiras

Homens bárbaros e mulheres lascivas: esse foi o Novo Mundo “descoberto” pelos europeus, no século XVI. As nativas eram as mais incivilizadas e selvagens criaturas encontradas: além de autênticas filhas de Eva, a nudez invocava luxúria e pecado. Regras familiares foram vistas pelos europeus como “verdadeiros absurdos”: ritos de passagem definiam o ciclo vital e novas responsabilidades; antes do casamento, as índias gozavam de liberdade para relacionar-se sexualmente com homens de sua escolha; a virgindade não se

constituía como exigência de honra; e o casamento – realizado sem cerimônias e promessas de indissolubilidade – poderia ser desfeito no momento em que qualquer um dos cônjuges assim desejasse e, a partir de então, estariam livres para a busca de novos parceiros; a poligamia era um prestígio para os guerreiros; o adultério feminino era punido; e a viuvez era evitada por códigos de casamento que autorizavam aos parentes mais próximos do ex-esposo ocupar o seu lugar. As relações conjugais nem sempre eram cordiais e o cuidado e educação dos filhos era responsabilidade das mulheres. Sobre a vida das nativas no mundo do trabalho, podemos afirmar que elas tinham papel fundamental. Nesse período, as indígenas – que hoje são quase invisíveis nas estatísticas sobre trabalho – foram vistas como o principal valor econômico e técnico. Elas eram responsáveis pela grande maioria dos serviços domésticos, agrários e industriais (Costa, 2000; Fabiane Santos, 2005; Gilberto Freyre, 2005/1933; Torres, 2005).

Os relatos sobre a vida dos nativos do Novo Mundo foram perpassados pela visão etnocêntrica, falocêntrica e preconceituosa dos colonizadores. O que os colonizadores não entendiam é que para as culturas indígenas, sexo, família e trabalho tinham diferentes significados, pautados em símbolos e rituais próprios. Os europeus, herdeiros de uma cultura misógina e cristã, exaltavam valores como a castidade, o poder masculino e a sacralização do feminino. Valores que vão embasar discursos moralistas e patriarcais durante a colonização.

Durante a colonização, a economia brasileira é marcada por dois momentos: a produção de cana-de-açúcar no nordeste e a descoberta das minas de ouro no sul e sudeste. No nordeste, nos séculos XVI e XVII, as vastas plantações e o regime escravocrata possibilitaram um modelo familiar assentado em valores patriarcais. Na maioria, das famílias da elite, os papéis sexuais eram rígidos e as famílias extensas. O poder de decisão pertencia aos maridos e aos filhos homens, cabia às esposas os cuidados da casa e a educação moral dos filhos/as. A castidade era uma exigência. Das filhas era esperado que, por volta dos 12, 13 anos de idade

se casassem ou, caso contrário, seriam enviadas para conventos. Sobre mulheres brancas pobres há pouca referência. O que parece é que para elas as oportunidades eram limitadas: ou tornavam-se esposas, ou exerciam atividades manuais, como costura e bordado. Ainda há relatos de que o status de colonizadora era negado para mulheres pobres. Para não perderem tais privilégios, a prostituição foi um caminho bastante comum para financiar artigos de luxo trazidos da Europa (Freyre, 2005/1933; Eni Samara 2005; Arilda Ribeiro, 2007).

As escravas negras eram responsáveis pelo trabalho pesado nos canaviais, por todo o trabalho doméstico, além de servirem aos filhos de engenho como amas de leite, e aos senhores como objetos sexuais. O estupro era corriqueiro entre proprietários e escravas e o nascimento de “mulatinhos” disseminava-se no Brasil colonial. Sem amparo legal algum, elas eram as únicas responsáveis pelos filhos. Seu papel central na criação dos descendentes foi intensificado com o advento da Lei do Ventre Livre, excluindo o pai negro do exercício da paternidade. Pelas péssimas condições que viviam, muitas escravas abortavam como impeditivo que os/as filhos/as tivessem seu mesmo destino (Freyre, 2005/1933; Ribeiro, 2007; Raquel Souza & Augusta Alvarenga, 2007).

O segundo grande foco econômico no Brasil colonial foi a mineração. No século XVIII, o brilho e o fausto desse período atraíram levadas de aventureiros para as capitâncias de São Paulo e Minas Gerais. Enquanto os homens buscavam o rápido enriquecimento nos garimpos, as mulheres viviam nas áreas urbanas. Atividades como as de costureiras, cozinheiras e parteiras eram ocupações femininas. Nesse período, a participação de mulheres no comércio foi imperativa para o abastecimento das cidades e vilas. A venda ambulante de gêneros alimentícios transformou as “negras de tabuleiro” em personagens corriqueiras. A maioria das quitandas pertencia às mulheres livres e escravas alforriadas. A pobreza e os altos impostos levaram muitas comerciantes a praticarem a prostituição, o contrabando de ouro e pedras preciosas, e a facilitar a fuga de escravos para quilombos. Por esse motivo, o trabalho

feminino passou a ser severamente fiscalizado, desvalorizado e rechaçado por autoridades coloniais, que chegaram ao ponto de proibir o trânsito de mulheres fora das vilas (Luciano Figueiredo, 2008).

A proibição da livre circulação das mulheres não visava apenas ser um impeditivo comercial. No Brasil Colônia, abafar a sexualidade feminina era objetivo do Estado, da Igreja e da família. Assim, o equilíbrio do lar, da sociedade e das instituições civis e eclesiásticas estava assegurado. Contudo, desvios da norma não eram incomuns, numa sociedade que se formava bem longe da Coroa. O adultério feminino – sem grandes sanções – e a prostituição foram largamente aceitos na cultura popular, principalmente em Minas Gerais. O nomadismo e a solidão dos mineradores tornavam laços familiares pouco adequados. O número reduzido de mulheres brancas; a burocracia e o alto custo dos matrimônios; e principalmente a pouca efetividade do controle da Igreja no cotidiano tornaram os casamentos legítimos raros (Emanuel Araújo, 2008; Figueiredo, 2008).

Nas poucas famílias legítimas, nas famílias consensuais e nas famílias monoparentais do século XVIII, a presença de crianças era imperativa. Não obstante, a mortalidade infantil era alta e o abandono de recém-nascidos na porta de famílias abastadas era comum. O compadrio tinha grande destaque nas relações familiares e os casamentos fracionados – em que os parceiros moravam separadamente – era uma realidade. Figueiredo (2008) aponta que nas vilas urbanas, próximas aos garimpos, as mulheres eram figuras importantes nas atividades comerciais e domésticas, exercendo cargos tradicionalmente masculinos e até chefiando famílias. Ao que tudo indica, principalmente nas Minas Gerais, “a divisão dos papéis obedeceu muito mais às necessidades econômicas que qualquer preconceito sexual na distribuição de tarefas” (Figueiredo, 2008, p.179).

Ao final do século XVIII e início do século XIX, grandes mudanças ocorreram no Brasil. No âmbito político, a independência do Brasil (1822), a abolição da escravidão (1888)

e o início da era republicana (1889) exigiram sólidas transformações nos processos produtivos e na captação de mão-de-obra no país. A cafeicultura no sul e sudeste promoveu importante desenvolvimento econômico e um imenso fluxo migratório de homens e mulheres europeus (italianos, alemães, franceses) foi arregimentado para o trabalho nas lavouras. Tão intensa foi essa imigração que as plantações de café não puderam absorver toda a mão-de-obra e o excedente favoreceu o crescimento da população urbana. Diante disso, em meados do século XIX, a incipiente industrialização criou novos postos de trabalho. É nesse momento que a inserção feminina no espaço fabril se inicia. Mulheres, na grande maioria, pobres e imigrantes vão ocupar uma significativa porcentagem dessa oferta de empregos (Samara, 2002).

No Brasil, a industrialização se iniciou na Bahia, entre as décadas de 1840 e 1860, com a produção de algodão e tecido. Contudo, o maior fluxo monetário e a mão-de-obra disponível deslocaram as fábricas para a região sudeste, principalmente para o Rio de Janeiro e São Paulo. Até as primeiras décadas do século XX, boa parte do operariado brasileiro é formado por mulheres e crianças. Absorvidas pelas indústrias de fiação e tecelagem, correspondiam cerca de 73% da mão-de-obra neste ramo industrial. A situação de trabalho não era das melhores. Muitas delas, ainda meninas, trabalhavam cerca de 18 horas por dia, em tarefas menos especializadas e mal remuneradas. Assédio e abuso sexual eram corriqueiros e a prostituição era incentivada dentro do ambiente fabril (Rago, 2008).

De fato, ser mulher operária não era fácil: além das péssimas condições de trabalho, elas eram alvo de hostilidade da família e do preconceito por estarem fora do lar. Acusadas de pouca moral, operárias eram confundidas com prostitutas e o trabalho extraluar foi visto como indigno. Campanhas higienistas, aliadas a uma educação burguesa e moralista foram expulsando progressivamente as mulheres das fábricas para o âmbito doméstico. Assim a educação da família brasileira é “defendida” e são devolvidos aos homens postos de trabalho ocupados por mulheres.

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres foram novamente trancafiadas na esfera doméstica. Para a emancipação feminina, os Anos Dourados representaram o que a Era Medieval foi para a ciência: um enorme retrocesso. Na década de 1950, um “novo” modelo de família surge, ou melhor, o antigo modelo familiar patriarcal é repaginado. A “família da propaganda de margarina” é exaltada nas revistas, jornais e folhetins femininos: os homens tinham autoridade sobre as mulheres e eram responsáveis pelo sustento da família; os papéis tradicionalmente femininos, como as prendas domésticas e o cuidado com os filhos, voltam a definir “o ser mulher”. Características de feminilidade como o instinto maternal, pureza, resignação e doçura voltam a ser apreciados.

Nesse período, o destino natural das mulheres era o casamento, não pela simples solidão, mas para garantir o seu próprio sustento, pois permanecendo solteiras, elas se tornariam um fardo para as famílias de origem. É importante mencionar que a participação feminina no mundo do trabalho tem um discreto acréscimo, principalmente nos setores de serviços, no comércio e em repartições públicas. As mulheres, em geral, vão ocupar cargos tradicionalmente femininos, como: enfermeiras, secretárias, assistentes sociais, e principalmente, professoras. Algumas chegaram a exercer medicina e direito. Contudo, o trabalho assalariado, fora do lar, tornava-se incompatível com o destino esperado para elas. Além de ser uma ameaça para a organização doméstica e para a estabilidade matrimonial, o trabalho poderia representar a perda da feminilidade e dos “privilégios” do sexo feminino. Até a década de 1960, a vida era o casamento para muitas brasileiras, principalmente, as de classe média e alta. O trabalho remunerado representava um suicídio social, dado o enorme preconceito sofrido por aquelas que optavam pelo autossustento (Carla Bassanezi, 2008).

A década de 1970 trouxe grandes transformações econômicas, políticas e sociais ao Brasil. Do ponto de vista econômico, torna-se efetivamente um país urbano e industrializado. A chegada de fábricas, sobretudo multinacionais, fomenta a oferta de empregos, e a mudança

de valores aliados ao consumo. No âmbito político, a abertura do regime ditatorial, a democratização do ensino, os movimentos feministas e a liberação sexual foram pilares das grandes mudanças sociais daquela década.

A década também foi contundente para a emancipação feminina, já que as conquistas alcançadas naqueles anos contribuíram imensamente para a qualidade de vida que temos hoje. Foram tantas transformações ocorridas que, a partir desse ponto, para uma apresentação mais clara das mudanças e da situação atual, a condição feminina no trabalho, a condição feminina na família e a vivência da sexualidade serão abordadas separadamente. Ao final, retomaremos as três dimensões para refletir sobre os variados papéis femininos e a sua implicação na saúde das mulheres brasileiras.

2.2. Condições femininas e trabalho

A inserção de mulheres brasileiras no mercado de trabalho não é um processo atual. Na verdade, a participação feminina nos processos produtivos esteve escondida atrás das cortinas por mais de 500 anos. Contudo, a partir da década de 1970, o trabalho feminino tomou força e visibilidade. A grande oferta de emprego e a deterioração dos salários favoreceram o aumento considerável da participação feminina no mundo do trabalho. Nessa mesma época, a expansão da escolaridade no Brasil é decisiva para a entrada das mulheres nas universidades (Cristina Bruschini & Maria Lombardi, 1996; Juliana Carlo & Yara Bulgacov, 2007; Moema Guedes, 2008).

A década de 1980 é marcada por recessão e desemprego, sobretudo para a mão-de-obra masculina. Contudo, a participação feminina no mercado de trabalho continua a crescer significativamente. Essa disparidade pode ser explicada pela crescente terceirização de alguns setores da economia durante aquela década, principalmente aqueles em que a maioria da força de trabalho é feminina, tais como: comércio, prestação de serviços, administração pública e

atividades bancárias. Além disso, importantes mudanças no comportamento e nos valores relativos aos papéis sexuais foram responsáveis pela concretização de uma nova identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo (Bruschini & Lombardi, 1996).

Já na década de 1970, a maioria da mão-de-obra feminina era composta por mulheres jovens e solteiras. Contudo, a partir da década de 1980, a inserção da mulher no espaço público não a eximiu de responsabilidades inerentes ao âmbito doméstico. Por esse motivo, uma complexa articulação para conciliar vida doméstica e mercado de trabalho torna-se um requisito para a “mulher do novo milênio”. Essas mudanças nos papéis femininos e na organização do lar podem ter influenciado a ampliação da atividade feminina em idades mais maduras (entre 30 e 50 anos), sugerindo que, nesse momento do ciclo vital, responsabilidades familiares já não impediram mais as mulheres de se dedicarem a uma atividade econômica. Essa foi uma importante mudança na situação de trabalho das brasileiras naquela década (Bruschini & Lombardi, 1996).

A reestruturação produtiva do capitalismo e o neoliberalismo chegam ao Brasil nos anos 1990. A maior abertura para a entrada de produtos estrangeiros no governo Collor, exige das empresas nacionais medidas drásticas para que os produtos tenham preço e qualidade competitivos. Assim, a combinação da superexploração da força de trabalho com padrões produtivos e tecnológicos mais avançados são característica do novo modelo. Concomitantemente, a população feminina economicamente ativa cresce mais de 10% em dez anos. Desde a década de 1980, embora os homens tenham sido os grandes atingidos pelo alto desemprego, a feminilização, a feminização, a flexibilização e a desregulamentação da força de trabalho são processos que crescem paralelamente. Esses dados permitem-nos entrever que foram as mulheres as maiores vítimas da precarização do mercado de trabalho, o que na prática se traduz em informalidade, serviços temporários e sazonais (incluindo os domésticos), baixos salários, posições pouco qualificadas e atividades desprotegidas

legalmente (Cláudia Nogueira, 2004).

Nessa década não apenas a participação feminina aumentou, mas estatísticas e parâmetros para avaliar o trabalho no Brasil tiveram uma importante transformação. Até o fim da década de 1980, nas estatísticas do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – o modelo de trabalho tomado era o trabalho regular, contínuo e remunerado. Criticado como um conceito limitado, o trabalho das mulheres foi invisibilizado e erroneamente contabilizado como inatividade econômica, pois elas eram e continuam sendo a maioria em atividades informais, parciais, sazonais, sem remuneração e para autoconsumo. Bruschini & Lombardi (1996) apontam que essa pode ser uma das explicações para o gigantesco acréscimo da taxa de trabalho feminino entre duas PNAD's – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – consecutivas: a de 1989 e a de 1992. A fim de compreender de forma mais apurada a realidade socioeconômica brasileira, a partir de 1992, a categoria *trabalho* passa a ser definida, pelo o IBGE, como:

Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (...) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (...) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana (...); d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana na produção de bens (...) [na agricultura e pecuária], destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações (...), exceto as obras destinadas à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar (IBGE, 2008, p. 281).

O maior refinamento dos dados possibilitou uma melhor mensuração da situação laboral de brasileiros e brasileiras. Por motivos óbvios, as mudanças metodológicas foram mais contundentes em relação ao trabalho feminino, principalmente nas atividades domésticas e agrícolas. Contudo, a reconceitualização de trabalho não trouxe mudanças significativas para a condição de trabalho das mulheres.

As estatísticas do IBGE apontam que a partir da década de 1980, a participação masculina, no mercado de trabalho, manteve-se relativamente estável. Contudo, a cada novo recenseamento, a porcentagem de mulheres economicamente ativas aumenta

consideravelmente. Em 1996, 46% das mulheres estavam ocupadas ou à procura de emprego. Em 2006, embora a participação feminina ainda seja inferior que a participação masculina, houve um enorme salto: 72,4% dos homens e 52,4% das mulheres estavam entre a população economicamente ativa.

O velho jargão denuncia: quantidade não significa qualidade. Entre as décadas de 1980 e 2000, três fenômenos, sinalizados anteriormente, são tendências no mercado de trabalho: a precarização, a feminilização e a feminização. Por precarização entendemos a degradação das condições laborais e das leis trabalhistas, implicando na falta de segurança previdenciária e de renda fixa para o/a empregado/a. Como exemplos podemos citar trabalhos parciais, temporários e o subemprego (Nogueira, 2004). Paralelamente, a crescente feminilização e feminização tornam as mulheres mais vulneráveis às piores condições de trabalho. Yannoulas et al. (2000) definem:

[Feminilização]: refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino, na composição de uma profissão ou ocupação; sua mensuração e análise realizam-se por meio de dados estatísticos; [e feminização]: alude às transformações de significado e valor social de uma profissão ou ocupação, originadas a partir da feminilização e vinculadas à concepção de gênero predominante em uma época.

O gradativo aumento da presença de mulheres é mais intenso em determinados setores da economia. As justificativas, que outrora eram utilizadas para limitar as mulheres no espaço doméstico, hoje explicam a entrada delas em determinadas áreas produtivas. Embora progressivamente elas estejam ocupando cargos conhecidos como masculinos, dados recentes (IBGE, 2008) apontam que o índice de mulheres em setores tradicionalmente femininos (educação, saúde, assistência social) continua a crescer.

A entrada maciça de mulheres em algumas áreas e setores é preocupante, pois a permanência delas, em determinados espaços, pode significar sua contínua desvalorização. Como vem acontecendo com as ocupações femininas, ao longo da história, o aumento de mulheres em número (feminilização) torna determinados setores reconhecidamente femininos (feminização), acarretando na desvalorização e em piores condições de trabalho

(precarização). Estereótipos que tratam da “natureza feminina” as caracterizam como seres dóceis, pacientes, humanos, delicados no trato com pessoas e nascidas para o cuidado. Tais qualidades levam muitas mulheres a seguirem carreiras que remetem ao seu trabalho doméstico de esposa e mãe. Educadoras, assistentes sociais, enfermeiras, costureiras, cozinheiras, decoradoras e psicólogas são alguns exemplos.

Serviços rotineiros, repetitivos e que exigem paciência, além de trabalhos manuais também são identificados como “trabalhos de mulher”. A industrialização e o capitalismo aproveitaram-se disso muito bem. No espaço fabril, sobretudo em indústrias de eletrônicos, tais como as existentes no PIM, as mulheres são a maioria da força de trabalho. Identificadas como “seres frágeis e delicados”, elas são alocadas em setores que exigem menos força física e muita destreza manual. Esse discurso sexista acaba por justificar menores salários e a dificuldade de ascensão a cargos de maior nível hierárquicos para mulheres. Seus menores salários seriam condizentes com trabalhos “mais fáceis” e “menos exigentes”. Assim, os setores feminizados do espaço fabril são menos privilegiados, tanto em termos salariais, quanto de possibilidades de crescimento e ascensão profissional.

É notório que o trabalho fora de casa foi e é uma importante ferramenta para a emancipação feminina. Ao criar uma possibilidade de maior liberdade para as mulheres, ele promove o desenvolvimento de potencialidades, maior autonomia e o rompimento do isolamento do trabalho doméstico. Além de proporcionar às mulheres sentimentos de valorização e autoestima. Contudo, é no mercado de trabalho que as mulheres precisam enfrentar muitos de seus maiores desafios. As dificuldades encontradas por trabalhadoras brasileiras se assemelham com aquelas encontradas em outros países, principalmente dos países em desenvolvimento: elas têm salários menores que os dos homens, mesmo exercendo funções similares; a taxa de desemprego para mulheres é superior; são elas que ocupam massivamente o trabalho informal e temporário – incluindo o trabalho doméstico, muitas

vezes visto como inatividade; a ascensão a cargos de chefia e de maior decisão são mais difíceis para elas; e, são elas, em sua grande maioria, que sofrem assédio sexual e moral por parte dos chefes.

Além dos desafios encontrados no ambiente de trabalho, a partir da segunda metade do século XX, as exigências relacionadas às novas configurações familiares, podem gerar dilemas a mulheres trabalhadoras. A manutenção de papéis tradicionalmente femininos, como o cuidado com a casa e filhos, exige das mulheres uma enorme habilidade na coordenação das diferentes tarefas. As múltiplas jornadas de trabalho, tão comuns na vida das trabalhadoras, podem deixá-las vulneráveis ao esgotamento físico e às crises emocionais, relacionadas à capacidade (ou à incapacidade) de conciliação entre as demandas do trabalho, da casa, do cônjuge – marido/namorado – e dos filhos/as. São as próprias mulheres que arcam com o ônus de sua inserção no mercado de trabalho, pois “o estilo de vida de “duplo-trabalho” pode gerar conflitos e dilemas que dificultam a troca e complementaridade na relação matrimonial, resultando em sobrecargas de papéis para as mulheres” (Diniz, 1999, p. 189). Se, por um lado os benefícios de um trabalho assalariado podem trazer melhorias para a autoestima de mulheres, por outro lado a sobrecarga de papéis pode ter reflexos deletérios à sua saúde mental (Diniz, 2004).

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2008) apontam uma contradição no Brasil: o rendimento médio das mulheres é 33,9% mais baixo que dos homens, enquanto a média de escolaridade para elas é 1,6 ano maior que para eles. A mesma pesquisa também aponta uma importante assimetria de gênero no que diz respeito aos afazeres domésticos: independente da sua condição na família (sejam elas chefes ou não), da escolaridade, da renda ou da ocupação, são as mulheres ainda as principais responsáveis pelos cuidados com a casa e com os filhos. Elas dedicam semanalmente, em média, 9 horas a mais que os homens às atividades domésticas.

Diniz (2004) chama atenção para a existência de práticas discriminatórias de gênero e raça no mercado de trabalho que afetam a condição socioeconômica das mulheres, sendo as mulheres negras e indígenas as mais prejudicadas. Uma pesquisa realizada pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo – em 2005, em seis capitais do sul, sudeste e nordeste do Brasil mostra claramente a dupla discriminação sofrida por mulheres negras no mercado de trabalho.

Em Salvador, o percentual de desemprego para mulheres negras chega a 29,2%, enquanto para mulheres não-negras é de 21%; para homens negros é de 23,7%, enquanto que para homens não-negros esse número não ultrapassa 15,2%. Além disso, a pesquisa aponta que a proporção de ocupados em situações vulneráveis de emprego é maior entre os trabalhadores negros, mas é significativamente maior a presença de mulheres negras em formas de inserção profissional menos protegidas. Em Salvador, Recife e São Paulo, o percentual de trabalhadoras negras nessa situação ultrapassa os 50%. Uma explicação para essa vulnerabilidade pode ser a intensa participação dessas mulheres no emprego doméstico. Essa função, além de tão desvalorizada aos olhos da sociedade, engloba ocupações com baixos salários e elevadas jornadas, altos índices de contratação à margem da legalidade e a ausência de contribuição à previdência. A pesquisa mostra ainda, que quando comparados os rendimentos médios de mulheres negras e de homens brancos (que estão no topo da escala de ganhos), a duplicidade de discriminação – raça e gênero – torna-se inquestionável.

A busca de informações sobre mulheres trabalhadoras de raças não-brancas apontou para um dado preocupante: a ausência da participação de mulheres indígenas nessas pesquisas e a sub-participação da região norte nesses mesmos estudos. É notável que, se por um lado as pesquisas mostram a desvalorização da mão-de-obra feminina negra, por outro ainda é mais surpreendente a ausência de referências às trabalhadoras indígenas e caboclas, preteridas nas publicações. Alguns estudos de renomados/as pesquisadores/as brasileiros/as além de não

incluïrem a condição feminina das nortistas, muitas vezes, apresentam dados incompletos e incorretos. Estatísticas que possibilitem melhores análises dos aspectos demográficos das populações da região norte do Brasil são urgentes para que críticas pautadas em números oficiais sejam realizadas e políticas públicas sejam sugeridas.

Vimos que até hoje a relação mulheres e trabalho é perpassada por dificuldades e contradições. Contudo, não é só no mundo do trabalho que elas são rechaçadas. A partir de agora apresentaremos um panorama sobre a família e, em seguida, a vivência da sexualidade das brasileiras hoje. Ressaltamos, assim, que a separação, contida neste trabalho, sobre as dificuldades encontradas por mulheres no trabalho e na família são puramente artificiais. As lutas por seu lugar no espaço público, pela autonomia na família e pelas garantias de seus direitos reprodutivos e sexuais acontecem concomitantemente ao longo da história.

2.3. Condições femininas, casamento e família

Conceituar família constitui-se um desafio. As diversas configurações nas famílias são resultantes de diferenciações sociais e culturais, em um determinado tempo e espaço. Embora, a tentativa em conceituá-la possa nos conduzir a generalizações e/ou simplificações, apontamos algumas características que podem ser percebidas e compartilhadas por esse grupo social tão específico.

Neste trabalho entendemos família como uma comunidade, ligada ou não pela relação consaguínea, compartilhando valores e sentimentos. Como instituição social tem na função civilizatória seu papel fundamental e, dentro dela, poder e hierarquia são perpetrados e transmitidos. Os laços são delineados a partir de interesses, cuidados, reciprocidade e solidariedade. Inseridos em um determinado contexto, seu funcionamento, conflitos e especificidades, embora comuns a uma mesma cultura, são vividos e compreendidos de forma única por cada família.

Contextualizados pelo tempo, espaço e pela cultura, padrões familiares estão em constante metamorfose. Essas transformações são preponderantes nas mudanças dos papéis desempenhados por seus membros. E, ao longo da história, dentro do seio familiar, foram as mulheres as que mais vivenciaram momentos de transição e transformação.

Em diferentes momentos, o valor da mulher esteve atrelado ao seu papel na família e às suas funções reprodutivas. Até a primeira década do século XX, a educação feminina era um treinamento para, no futuro, desempenharem sua função primordial: de esposas e mães. Trabalho remunerado era uma escolha pouco atraente, uma vez que essa opção poderia comprometer o principal objetivo das moças solteiras, que era o de conseguir um ótimo marido.

Um bom casamento era vantajoso para as famílias de origem, por isso elas eram aprisionadas na esfera doméstica. Depois de casadas, a carga de afazeres domésticos aumentaria, mas elas continuariam sendo propriedade de um homem: o marido. Embora com o sonho matrimonial realizado, era responsabilidade delas a manutenção do casamento; mesmo que isso significasse aguentar a violência, a infidelidade, a rigidez, a ausência e a incompreensão dos maridos. Para manter seu casamento feliz, às mulheres eram negadas a autonomia e voz no seio familiar.

A partir das décadas de 1960 e 1970, importantes transformações ocorridas nos processos produtivos industriais e nas políticas de controle populacional na América Latina foram decisivas para a mudança nas condições femininas no Brasil. A diminuição no número de filhos/as, a maciça inserção das mulheres no mercado de trabalho e a liberação sexual provocaram uma verdadeira metamorfose na vida familiar brasileira (Nogueira, 2004; Joana Pedro, 2003).

O pensamento contemporâneo que exalta o individualismo trouxe mudanças nos valores familiares. A liberdade de escolha é um slogan estandardizado pelas sociedades ocidentais e

seus reflexos são facilmente percebidos em comportamentos tanto masculinos, quanto femininos. Escolhas como: a carreira profissional, o momento de iniciar e/ou terminar um relacionamento estável, de ter filhos/as, de permanecer ou sair logo de casa, são dilemas atuais, nunca vividos por gerações anteriores (Carter & McGoldrick, 1995).

A partir dessas mudanças podemos afirmar que o modelo familiar tradicional não existe mais, certo? Errado. A influência das gerações anteriores na contemporaneidade é tão impactante que exige complexas estratégias de reorganização dos papéis familiares. Essas acomodações são perpassadas por especificidades geracionais, econômicas, sociais, culturais e políticas (Carter & McGoldrick, 1995). O trabalho sobre os modelos da família contemporânea de Teresa Negreiros & Terezinha Féres-Carneiro (2004), revela algo interessante:

Desde duas décadas, um considerável número de estudos psicossociais em nosso país (...), atestam um fenômeno comum: a convivência de representações tradicionais e modernas, a despeito da aparência de substituição de modelos antigos por novos (p. 38).

A existência de diversos modelos não é pacífica. O conflito entre valores mais tradicionais e valores mais igualitários no seio da família é interessante para a reflexão da condição feminina no século XXI. No antigo modelo, os sexos são tidos como biológica e socialmente diferentes. Os papéis produtivos e reprodutivos obedecem à lógica da divisão sexual do trabalho. O casamento é monogâmico e indissolúvel: cabe ao homem prover o sustento da família e à mulher dedicar-se às atividades domésticas e à criação dos/as filhos/as. O homem deve mostrar virilidade; a mulher castidade e virgindade. A organização familiar é pautada na autoridade do homem e dos mais velhos. O mundo é dividido em masculino e feminino: o público é masculino; e o privado, feminino.

Modelos mais igualitários são mais percebidos entre a vanguardista classe média, e caracterizam-se por promover uma maior simetria entre os sexos. Os papéis e valores sociais são mais flexíveis e fluidos; os casamentos consensuais e os divórcios são comuns.

Sexualidade e reprodução são desvinculadas, e o sexo pode representar para as mulheres uma fonte de prazer. Nas famílias, as atividades domésticas são divididas e, as mulheres, em geral, estão inseridas no mercado de trabalho. A hierarquia é substituída pelo compartilhamento de desejos e privilégios entre o casal, e os/as filhos/as participam ativamente nas decisões e projetos familiares.

Esses modelos deram abertura para novas configurações familiares que se apresentam, cada vez mais complexas e plurais: mulheres bem-empregadas, casadas com homens donos-de-casa; famílias monoparentais, chefiadas por homens ou mulheres; casais homossexuais masculinos e femininos; parceiros masculinos mais jovens; casal sem filhos, por opção; produção independente; bebês de proveta; fertilização *in vitro*; e tantas outras possibilidades de organização familiar presentes na sociedade hoje (Negreiros & Féres-Carneiro, 2004).

O que permitiu a expansão do modelo mais igualitário de família, principalmente entre as classes médias? Negreiros & Féres-Carneiro (2004) apontam mudanças sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e jurídicas, como: o crescimento da economia que possibilitou a ascensão das classes urbanas; a modificação do cotidiano familiar, devido a saída das mulheres para o mercado de trabalho; o sustento da família deixou de ser responsabilidade unicamente masculina; a maior escolaridade das mulheres favoreceu um pensamento mais crítico sobre sua situação; o avanço da medicina, relacionado às funções reprodutivas foi favorável às mulheres; e os meios de comunicação em massa foram grandes aliados na divulgação dos questionamentos e processos de transformação.

Assim, fica claro que a mudança do papel feminino é central nas modificações dos padrões familiares. Em comparação às suas mães e avós, mulheres na contemporaneidade gastam menos tempo que as primeiras com funções relacionadas à maternidade. A redução da taxa de fecundidade deu oportunidade às mulheres de terem objetivos que transcendem necessidades familiares. A busca de uma identidade pessoal e de objetivos individuais,

relacionada à carreira e à qualificação passaram a ser as prioridades. Assim, para as novas gerações, a “dobradinha” casamento/maternidade é apenas uma das tantas possibilidades de vida para as mulheres – e não a única (Carter & Mcgoldrick, 1995).

Uma pesquisa realizada por Barbosa (2007) com 895 operárias do PIM parece confirmar que, na vida de mulheres jovens, o trabalho e a qualificação ocupam um espaço privilegiado, em relação ao casamento. Apesar de, aproximadamente, 90% das participantes terem tido uma educação pautada em diferenças sexuais, 27,7% (a maioria) era solteira, e 90% das entrevistadas terminaram o ensino médio. Além disso, um dado bastante relevante foi apontado: 43,7% das entrevistadas sentem uma carga de estresse grande em casa, e gostariam de ter acesso a um trabalho melhor remunerado. Não há dúvida de que melhorias na condição feminina foram alcançadas. Entretanto, cabe manter um olhar crítico atento para o preço dessas mudanças.

São as próprias mulheres que arcam com o ônus das novas possibilidades. Seu papel na família, apesar de mais flexível, ainda é fundamental. Para os homens, os objetivos familiares e profissionais ainda caminham paralelamente. Contudo, para mulheres, os conflitos gerados em função dos múltiplos papéis trazem grandes dilemas (Carter & Mcgoldrick, 1995; Diniz, 2004; 1999). Embora, as mulheres tenham conquistado um espaço significativo no mundo público, responsabilidades do mundo privado ainda pertencem a elas: o antigo modelo tornou-se insuportável, mas o novo não lhes deu o conforto que desejavam.

Muitos dos dilemas vivenciados por mulheres, na contemporaneidade, acontecem em função de conflitos entre modelos tradicionais e igualitários de *ser mulher*. Contudo, esses conflitos não vêm sozinhos, em geral, eles vêm acompanhados de culpa, sentimentos de incapacidade, incertezas, solidão. Assim, se por um lado o novo modelo traz benefícios para a mulher, de outro, o acúmulo de papéis e exigências pode se tornar um agente estressor, agindo intensamente sobre sua saúde (Diniz, 1999).

Os desafios vivenciados por mulheres na contemporaneidade ultrapassam a condição feminina no trabalho e na família. Dilemas relacionados à sexualidade e saúde precisam ser problematizados para um olhar mais completo. Nos próximos itens, apontaremos algumas questões sobre como o corpo da mulher tem sido visto e usado, além dos seus desdobramentos no que tange à saúde feminina.

2.4. Condições femininas, corpo e sexualidade

O corpo feminino tem representado mistério e ameaça para o poder androcêntrico há milênios. Até o século XIX, os estudos sobre o corpo eram perpassados por valores misóginos, escolásticos e por atraso científico. Por séculos, doença e cura estavam relacionadas ao número de pecados cometidos pelos/as doentes. No Brasil, durante a colonização, a falta de conhecimento sobre o funcionamento dos órgãos reprodutores femininos representou perseguição e punição para as mulheres. A menstruação era considerada uma enfermidade naturalmente feminina, o que representava a eterna presença demoníaca. Ninfomania, histeria, melancolia, esterilidade eram provas de possessão. O ofício da medicina muito se confundia com exorcismo: a maternidade era a salvação das mulheres e a sangria – como expiação dos pecados – poderia significar sua cura (Mary Del Priore, 2008).

A medicina era privilégio de poucos. Conhecimentos medicinais partilhados entre as mulheres de geração a geração foram considerados heresia. Curandeiras e benzedadeiras foram perseguidas: “por serem mulheres e por possuírem um saber que escapava ao controle da medicina e da Igreja” (Del Priore, 2008, p. 108). A luta contra os saberes informais e populares foi tão intensa que curandeiras foram consideradas feiticeiras, capazes de amaldiçoar corpos e almas. Com essas justificativas, Igreja e medicina tentaram retirar das mulheres conhecimentos sobre o próprio corpo. Embora não tenham conseguido efetivamente destruir esses saberes, o corpo feminino pouco a pouco se torna objeto de uma medicina

positivista, já que nos séculos seguintes, ele perde seus significados mágicos e simbólicos, e transforma-se em mera fisiologia (Del Priore, 2008). São prenúncios de um “novo tempo”.

No final do século XIX, a medicina toma da Igreja a ideia que naturalizava as mulheres em um ser frágil, dócil, sedutor e imprevisível. Médicos, higienistas, psiquiatras e psicanalistas submeteram as mulheres a rígidas medidas normatizadoras. Os papéis de esposa e mãe eram exaltados como saudáveis, e desvios desses modelos podiam significar doença mental. Seu temperamento nervoso e os mistérios ligados à menstruação, gravidez e parto deixariam as mulheres mais próximas da loucura do que os homens. Entre os alienistas brasileiros são encontrados muitos relatos de loucuras menstruais; loucuras puerperais; doenças mentais relacionadas à má formação dos órgãos genitais femininos e à falta ou excesso de atividade sexual; e a histeria. Para muitos desses alienistas até meados do século XX, a associação entre perturbações psíquicas e distúrbios sexuais explicaria a etiologia das doenças mentais em mulheres. Assim, dispositivos que divulgaram condutas para a promoção de saúde feminina, também se constituíram como agentes de controle social e sexual para elas (Magali Engel, 2008).

A partir da segunda metade do século XX, condutas sexuais e a relação com o corpo mudaram consideravelmente. A juventude – e não a sabedoria dos mais velhos – é exaltada. Cirurgias, silicone, cremes de rejuvenescimento, dietas, academias de ginástica, são exemplos de como a mocidade e a beleza tornaram-se condição fundamental para as relações sociais. Os corpos além de consumidores tornaram-se produtos de linhas de produção em série. Eles têm forma e preço definidos: a beleza tem cor, valor, idade, peso e raça. E, como as exigências estéticas sempre recaíram mais sobre as mulheres, a ditadura da magreza é um bom exemplo de como elas são incentivadas pela mídia a serem servas do próprio corpo. Atualmente, “nosso tormento não é o fogo do inferno, mas a balança e o espelho” (Mary Del Priore, 2000, p. 11). De certa forma, mulheres continuam submissas só que, hoje, a submissão é em relação

à perfeição física. É um processo cruel: a autoestima das mulheres é utilizada como joguetes nas mãos do capitalismo. Mulheres reconstruídas por bisturis e editores de imagem são modelos inalcançáveis, o que se torna ótimo para a venda de produtos milagrosos (Del Priore, 2000).

Assim, o corpo das mulheres foi e é interpretado de acordo com o momento histórico e com os contextos regionais específicos. A forma como a sexualidade da mulher foi e é tratada aponta para valores e modelos familiares vigentes e para o lugar feminino na sociedade. Assim, antes de refletirmos sobre questões relacionadas à sexualidade feminina na atualidade, é importante definir o que entendemos por sexualidade.

Sexualidade é uma dimensão humana construída socialmente. Para além do natural, inato e universal, essa dimensão é orientada pela cultura, variando de acordo com os referenciais de uma sociedade, expressa e manifesta respeitando significados e valores próprios. É o conjunto de regras e padrões culturais que definem o uso dos corpos. Tal relação com o corpo pode ter objetivos eróticos, reprodutivos, afetivos, econômicos e políticos. É importante ressaltar que a sexualidade é fruto de um processo de aprendizagem pautado tanto nas concepções de gênero, quanto nas características biológicas. Assim, como qualquer outra atividade humana, a sexualidade orienta roteiros e comportamentos considerados aceitáveis ou não-aceitáveis em um dado estrato sociocultural (Maria Heilborn, 2006).

A partir da metade do século XX, o corpo feminino se tornou menos obscuro. Avanços e proezas da biomedicina vão trazer mudanças na vida de mulheres. E se existe um marco temporal dessas mudanças; as décadas de 1960 e 1970 representaram um verdadeiro divisor de águas. Em função da disseminação do uso de pílulas anticoncepcionais, a taxa de fecundidade diminuiu e a sexualidade feminina é separada da função meramente reprodutiva. É importante mencionar que, como muitas das pesquisas sobre mulheres brasileiras, essa baixa de fecundidade, em grande medida, refere-se às regiões sul e nordeste do Brasil. Na região

norte, os anticoncepcionais modernos chegaram mais tardiamente e até hoje, segundo o IBGE (2008), a taxa de fecundidade que é de 2,60 filhos por mulher ainda é muito superior à média nacional de 1,95.

Na América Latina, a pílula anticoncepcional não foi uma conquista direta dos movimentos feministas. A utilização dos contraceptivos foi parte das políticas de planejamento populacional, do controle da pobreza nos países do terceiro mundo – como o Brasil, e da contenção do avanço comunista na América Latina. Os primeiros contraceptivos orais foram testados, em 1956, em mulheres latinoamericanas de Porto Rico e do Haiti. Diante da agitação comunista, da superpopulação e da pobreza na América Latina, organizações norte-americanas, com *fins políticos*, promoveram programas para diminuição populacional.

No Brasil, a pílula anticoncepcional e o DIU foram parte dessas estratégias. Em 1962, em plena ditadura militar, os contraceptivos hormonais começaram a ser comercializados e distribuídos, cinco anos antes de serem liberados em países com baixas populacionais de guerra, como a França. Embora os programas tenham sido idealizados para mulheres de baixa renda, as brasileiras de classes média e alta também aderiram. Em parte incentivadas pela alarmante “bomba demográfica” e, por outro lado, pela divulgação do modelo de família burguesa presente na mídia. Contraditoriamente, os meios de comunicação, frequentemente, alertavam às brasileiras sobre os perigos do consumo de pílulas anticoncepcionais para a saúde. Contudo, apesar das ameaças à saúde, parece ter sido consenso entre as brasileiras a importância da redução no número de filhos. Dados sobre a venda de anticoncepcionais no Brasil apontam que na década de 1970, 6,8 milhões de pílulas anticoncepcionais foram vendidas; nos anos oitenta esse número subiu para 40,9 milhões (Pedro, 2003).

No bojo dos debates sobre as vantagens e desvantagens dos contraceptivos, duas correntes opostas estavam presentes: a) os “antinatalistas”, favoráveis às práticas de redução de natalidade; e b) os “anticontrololistas”, em sua grande maioria militares nacionalistas,

preocupados em ocupar os espaços vazios para garantir a soberania nacional (Pedro, 2003).

No Brasil, os “antinatalistas” eram mais fortes; entretanto, os projetos militares de ocupação da Amazônia – entre eles a Zona Franca de Manaus – ZFM – e a queda de fecundidade desacelerada na região norte do país, leva-nos à formulação de algumas possibilidades: poderia ter havido, no grande vazio demográfico da Amazônia, uma política populacional diferenciada, como pregavam os “anticontrololistas”? Seria possível que, durante a ditadura militar, com a ameaça do avanço comunista na América Latina, o governo brasileiro tenha estimulado o povoamento do norte bem aos moldes pombalinos? Será que a entrada de imigrantes das regiões sul e sudeste era uma boa alternativa para civilizar e “branquear” a selvagem Amazônia?

A necessidade em industrializar a Amazônia a fim de impedir o avanço comunista, parece uma reedição do projeto pombalino em povoar a Amazônia. Nos dois momentos a atenção foi direcionada para interesses políticos e militares, e o corpo da mulher pode ter sido utilizado como instrumento para assegurar a soberania nacional. É interessante como tanto nas políticas pombalinas, quanto na inclusão das mulheres no processo produtivo da ZFM, a ideia que afirma a permissividade sexual da mulher amazônica é visível. Para responder a esses questionamentos uma pesquisa mais profunda e sistemática é veemente. Nosso intuito foi de levantar algumas possibilidades para refletir as diferenças demográficas e sociais no Brasil; e como o corpo das mulheres amazônicas pode ter sido utilizado em decisões políticas e econômicas.

Durante as nossas reflexões sobre as condições femininas, afirmamos que a imagem das mulheres amazônicas foi construída a partir de olhos estrangeiros. Entretanto, elas não são as únicas a conviver com estereótipos relacionados à permissividade sexual. O Brasil é famoso por seus costumes tropicais e erotizados. Contudo, mesmo em um país com uma cultura reconhecidamente sexualizada, como o Brasil, escolhas relacionadas às práticas sexuais ainda

são vistas de forma preconceituosa e atravessada por tabus e regras. Heilborn (2006) aponta que essa imagem difundida sobre a liberdade sexual dos/as brasileiros/as não corresponde à realidade, e que os comportamentos afetivossexuais são perpassados por relações de gênero.

No contexto de uma pesquisa, realizada com 123 jovens de três capitais brasileiras (Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre), Heilborn (2006) encontrou o seguinte: A idade de iniciação sexual entre homens e mulheres tem um intervalo de dois anos (para os meninos acontece aos 16 e para elas aos 18); entre as cidades, foi Porto Alegre, com população predominantemente descendente de europeus brancos, onde foram encontradas as idades mais precoces de iniciação sexual; para os participantes de ambos os sexos, a fidelidade é importante para o sucesso de um relacionamento afetivo; a ideia de sexo como necessidade física tem pouca aceitação para as mulheres (nos variados níveis de escolaridade); são os homens de melhor nível escolar e econômico que mais aceitam o sexo como necessidade física; as mulheres mostraram-se mais tolerantes com a homossexualidade que os homens; e sobre as variadas práticas de exercício sexual, os rapazes apresentaram respostas mais liberais que a moças. Os dados encontrados refutam a ideia de o Brasil ser um país sexualmente desinibido. Mostra, entretanto, fronteiras bastante demarcadas entre comportamentos sexuais adequados para homens e mulheres. As mulheres ainda são as “guardiãs da moral e bons costumes”.

A pesquisa realizada por Barbosa (2007), já mencionada anteriormente, também investigou práticas sexuais de trabalhadoras no PIM. A pesquisadora aponta o seguinte: das 895 operárias entrevistadas, 47,9% delas iniciaram a vida sexual entre os 12 e 15 anos de idade; 47,9% afirmaram fazer o uso de preservativos; e quando questionadas sobre a possível gravidez precoce de uma filha, 71,3% apoiariam a criação do/a neto/a. Apesar de não ser possível fazer uma comparação estatística, uma vez que os objetivos, o público e os pontos investigados foram diferenciados, as respostas levam-nos a realizar alguns questionamentos:

componentes da cultural indígena e cabocla poderiam estar influenciando uma iniciação sexual mais precoce se comparada com a pesquisa de Heilborn (2006)? Tabus e regras sexuais seriam mais flexíveis para essa cultura? Ou ainda, podemos afirmar um comportamento sexual mais liberal entre as trabalhadoras do PIM? Para responder a tantos questionamentos, seriam necessários estudos que priorizassem as práticas sexuais na região amazônica e no PIM.

A pesquisa realizada por Heilborn (2006) nos dá importantes informações sobre comportamentos sexuais. Contudo, como a imensa maioria das pesquisas realizadas no Brasil, a região norte não é contemplada. Pontos divergentes e controversos no comportamento sexual dos/as brasileiros/as conduzem-nos a afirmar a urgência de pesquisas mais regionalizadas e que atendam a realidade das sociedades amazônicas. Estudos que visem dar maior visibilidade às necessidades sociais, sexuais e reprodutivas das mulheres das regiões norte são imperativos. As poucas estatísticas oficiais, quando apresentadas separadamente apontam o norte com indicadores de saúde e renda preocupantes.

Em muitos momentos da história, o corpo feminino foi utilizado como objeto sexual, econômico, político e militar. Hoje, as mulheres têm duplas e triplas jornadas de trabalho. Têm os menores salários e piores condições de emprego. Os serviços domésticos ainda são mal-distribuídos. As cobranças tanto na família, quanto no trabalho são maiores. Mulheres estão mais vulneráveis à violência e a uma vida sexual permeada por tabus e preconceitos. E estão mais sujeitas a seguir modelos de beleza inalcançáveis e a pagar por isso. Diante de tantos dilemas, questões ligadas à interação das condições femininas e saúde devem ser consideradas. A partir de agora, as dimensões femininas tratadas neste estudo – trabalho, casamento, família e sexualidade – serão retomadas para que a saúde física e mental de mulheres no Brasil – em especial, mulheres do Amazonas – seja problematizada.

2.5. Condições femininas e saúde

Saúde e doença são produzidas socialmente. Assim como *ser mulher*, esses dois conceitos são processos sociais que se transformam de acordo com o tempo e com a cultura (Ministério da Saúde, 2006). A Organização Mundial de Saúde – OMS – considera saúde como um “constructo multidimensional que inclui o bem-estar físico, psíquico, social e espiritual” (Verusca Couto-Oliveira, 2007, p. 46). Para além do modelo curativo biomédico, para a OMS ser saudável não é a simples ausência de doença, significa ter saúde integral. Atualmente, a medicina não se ocupa apenas com a criação de remédios e vacinas para controlar doenças e infecções; uma boa parte das pesquisas tem como foco a melhoria na qualidade de vida e exigências e dilemas contemporâneos.

No final do século passado, a medicina assume papel primordial na vida pública e íntima e, em especial, na procriação. Anticoncepcionais, *Viagra*, pílula do dia seguinte, transsexualidade, barriga de aluguel, bebês de proveta, mapeamento de genoma e clonagem são provas da separação da sexualidade da reprodução; da reprodução da sexualidade; da reprodução do casamento; mas, sobretudo, da medicalização dos corpos. Assim como a Igreja, os alienistas, e o poder patriarcal, a biomedicina também usa seu saber para impor regras, prescrições, recomendações que interfere incisivamente a vida de mulheres. Desde então, a ginecologia tornou-se a ciência das mulheres, e as mulheres foram reduzidas a um sistema reprodutor (Maria Loyola, 2003).

Na década de 1960, o uso de anticoncepcionais hormonais foi implementado no Brasil como medida de controle populacional. Ainda em processo de testes, os anticoncepcionais começaram a ser comercializados. Na época, muitas usuárias reclamavam de incômodos efeitos colaterais, o que nos mostra a pouquíssima preocupação com a saúde das brasileiras. Afinal, a prioridade era, a qualquer custo, o controle de natalidade e não a saúde feminina (Pedro, 2003).

Nas décadas seguintes poucas melhorias foram incrementadas para promover a saúde integral das mulheres. Ainda hoje, embora existam projetos de políticas públicas de atenção à mulher, na prática, esses programas continuam reduzidos à saúde reprodutiva, não levando em conta outras dimensões da vida, como a saúde mental. É o caso do PAISM:

O Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM – implantado em nosso país no ano de 1984, foi fruto da luta do movimento de mulheres e trouxe grandes inovações. A principal delas é a abordagem da mulher em sua integralidade, ultrapassando a concepção de um programa materno-infantil. O PAISM constitui um marco nacional e internacional na institucionalização da Atenção Integral à Saúde da Mulher como política de Estado (Ministério da Saúde, 2006, p. 2).

O PAISM está longe de dar atenção integral às mulheres. Ao contrário do que foi idealizado no projeto inicial, o programa limita-se a dois eixos de ação: a distribuição gratuita de métodos anticoncepcionais e a capacitação de profissionais para um planejamento familiar de qualidade. Nesse programa, a atenção integral foi reduzida à atenção reprodutiva, e mesmo em relação à última, o projeto apresenta falhas sérias na sua efetivação. Uma pesquisa realizada nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos municípios brasileiros sobre a qualidade do PAISM apontou o seguinte: distribuição deficitária de anticoncepcionais; inexistência de anticoncepcionais de emergência e de tratamentos voltados para a infertilidade; poucos/as médicos/as disponíveis para acompanhamento das usuárias de contraceptivos hormonais; horário de funcionamento das UBS's inadequado, já que impede o acesso de trabalhadores/as do horário comercial ao PAISM; falta de programas que atendam a saúde masculina e de adolescentes; despreparo e desconhecimento por parte dos/as profissionais sobre planejamento familiar (Maria Osis et al., 2006).

No que concerne à saúde integral das mulheres, o PAISM só tem o nome. Assim, podemos inferir que o sistema de saúde no Brasil ainda é permeado pelo positivismo e androcentrismo, já que: a) os atendimentos são atravessados pelo modelo biomédico tradicional, que enxerga a doença e não a pessoa, muitas vezes ignorando especificidades regionais e pessoais; e b) a categoria *gênero* não é contemplada nos atendimentos, uma vez

que eles são desenhados para mulheres, pois são elas “naturalmente responsáveis” pela reprodução e planejamento familiar.

Dados do Ministério da Saúde (2006) afirmam que a saúde das brasileiras teve importantes melhorias. As mulheres vivem mais e são maioria entre os atendimentos do SUS. Para elas, a expectativa de vida que na década de 1980 era, em média, de 65,7 anos, atualmente é de 75,8 anos; 7,7 anos a mais que a expectativa média para os homens hoje. Contudo, se levarmos em consideração o conceito social de saúde e, as grandes desigualdades econômicas, raciais e de gênero no Brasil, não há como negar que muito precisa ser feito.

Em 2005, no Brasil, 63.504 mulheres, de 10 a 49 anos, morreram. Um número assustador – 18% delas morreu em virtude de atos violentos. Mulheres são as maiores vítimas de violência intrafamiliar e doméstica perpetrada, em geral, por pessoas próximas e/ou com vínculos afetivos. Entre as agressões que elas sofrem estão: negligência, abandono, abuso físico, psicológico e sexual. Em 2003, foi registrada nas delegacias do país uma média de 15 vítimas de estupro a cada 100 mil habitantes. Mas esses números não são absolutos, é importante ressaltar que essa média refere-se às denúncias e não aos números reais de violência. Além disso, entre as regiões há uma grande flutuação na incidência de casos.

A maior causa de morte entre as mulheres brasileiras (21%) é o câncer. Entre os tipos de câncer que mais levaram as mulheres a óbito foi o de mama, de pulmão e útero, que juntos totalizaram 32,8% dos casos; e 3% delas morreram em decorrência de problemas relacionados à gravidez, parto e puerpério. Mortes que podem ser evitadas em quase sua totalidade com exames preventivos e acompanhamento médico.

Coincidência ou não, as mulheres de raça preta e parda, e com menos anos de estudos são as maiores vítimas de mortes ginecológicas e maternas. E entre as causas (15% dos casos em 2006), o aborto se constitui um enorme problema de saúde pública. Estima-se que em 2005, foram realizados no Brasil cerca de um milhão de abortos. Essa prática também

evidencia as desigualdades socioeconômicas e etnicorraciais no Brasil, já que mulheres com maiores recursos realizam abortos com maior segurança e com melhores condições de higiene (Ministério da Saúde, 2006).

Além de complicações decorrentes de violência, de problemas relacionados à maternidade e o câncer, a feminização da AIDS se constitui hoje uma grande preocupação de saúde pública no país. Em 1985, a razão da AIDS entre os sexos era 1/15 (1 mulher para 15 homens) e; em 2005, a razão passou para 2/3 (2 mulheres a cada 3 homens). Hoje, a tendência de disseminação do HIV é entre os grupos de maior vulnerabilidade: como mulheres, negros/as, pobres e pessoas de mais idade.

Se a saúde da mulher no Brasil precisa melhorar, entre os estados da região norte, a necessidade de uma maior atenção é veemente. Enquanto no restante do Brasil a incidência de morte por AIDS vem diminuindo, na região norte, os números só aumentam. Em 2003, o norte é a segunda região brasileira com o maior número de casos (25 casos a cada 100 mil habitantes), muito acima da média brasileira (18/100 mil habitantes). A incidência de câncer do colo de útero é alta, e a realização de exames citopatológicos de prevenção é a de menor alcance entre as regiões brasileiras. É também o norte a região com menor assistência hospitalar nos partos, retrato de uma maior precariedade nos atendimentos e de maior risco de mortalidade materna. Quanto às mortes de mulheres por atos violentos, o norte tem a segunda maior média nacional: 22,6 casos a cada 100 mil mulheres (Ministério da Saúde, 2006). Em Manaus, no ano de 2001, 1.426 mulheres morreram em função de atos violentos praticados por homens (Ramos, 2003).

Os números denunciam a necessidade de políticas públicas verdadeiramente voltadas para com as mulheres brasileiras de todas as regiões. A ênfase à saúde reprodutiva nos projetos não tem gerado os resultados esperados, e a atenção integral à saúde das mulheres ainda se constitui um sonho dos movimentos feministas. Qualidade de vida ainda é uma

conquista a ser buscada, e medidas para a melhoria de saúde mental feminina se quer são mencionadas.

2.6. Condições femininas e saúde mental

Ser saudável é ter bem-estar físico, psíquico e social. Dentro desse amplo conceito de saúde, saúde mental deve ser uma prioridade dentro das medidas de saúde pública. A OMS define saúde mental como:

Saúde mental é a capacidade do indivíduo, do grupo e do ambiente de interagirem entre si de modo a promover bem-estar subjetivo, o desenvolvimento ótimo e o uso de habilidades mentais (cognitivas, afetivas e relacionais), o alcance de objetivos individuais e coletivos consistentes com justiça e o alcance e preservação das condições de igualdade fundamentais (WHO/OMS *apud* Couto-Oliveira, 2007, p. 47).

Saúde mental é necessária para a qualidade de vida dos vários grupos sociais: crianças, adolescentes, adultos/as e idosos/as. Contudo, como assinala Marina Bandeira, Lucas Cordeiro & João Carvalho (2007), no Brasil, a atenção à saúde mental é minimizada nas políticas públicas. Os programas de atenção básica, como é o caso do Programa Saúde da Família – PSF – têm se mostrado eficientes, trazendo melhorias à saúde da população atendida. Entretanto, contrariamente à recomendação da OMS, esses programas não têm dado a devida atenção à saúde mental dos/as brasileiros/as.

Bandeira, Cordeiro & Carvalho (2007) apontam ainda que transtornos mentais comuns e/ou sintomas psicológicos são frequentes em pacientes que procuram atendimento em programas de atenção básica. Contudo, esses pacientes são pouco identificados, referidos ou tratados e, em geral, desordens emocionais e psíquicas são subestimadas por profissionais de saúde.

Além da mínima atenção à saúde mental, poucos estudos têm contemplado a existência de Transtornos Mentais Comuns – TMC – na população brasileira. TMC é uma expressão criada por Goldberg & Huxley para caracterizar sofrimentos mentais não-psicóticos presentes

no cotidiano. São exemplos os sintomas de ansiedade e depressão, fadiga, insônia, diminuição da concentração, preocupações somáticas e irritabilidade. Esses distúrbios podem trazer desordens funcionais, impedindo o desenvolvimento de uma vida saudável e ativa. Os TMC's estão comumente relacionados às condições de vida e à estrutura ocupacional. Além disso, pesquisas têm demonstrado uma relação inversa entre transtorno mental e condições de vida desfavoráveis, como menores escolaridade e renda (Bandeira, Cordeiro & Carvalho; 2007; Gilberto Kac, Erika Silveira, Lívia Oliveira & Jair Mari, 2006; Tânia Araújo, Paloma Pinho & Maura Almeida, 2005).

Nos países ocidentais, a prevalência dos TMC's é, em média, 8% maior para a população feminina. Luiz Pasquali, Valdiney Gouveia, Wagner Andriola, Fábio Miranda & André Ramos (1996) apontam que, também no Brasil, distúrbios psiquiátricos não-psicóticos acometem mais mulheres. Alguns estudos recentes (Araújo, Pinho & Almeida, 2005; Kac, Silveira, Oliveira & Mari, 2006) confirmam essa opinião. Os TMC's, frequentemente presentes na população feminina são aqueles relacionados aos fatores psicossociais e ambientais, como: transtornos de ansiedade, transtornos de ajustamento, insônia, estresse, transtornos da alimentação e, em especial, sintomas depressivos (Araújo, Pinho & Almeida, 2003).

Neste estudo, focalizamos a saúde mental de mulheres trabalhadoras, pois, consideramos que a exposição a múltiplos papéis e dilemas de ordem pessoal e profissional pode ser deletéria a sua saúde mental. A inserção de mulheres no mercado de trabalho não as eximiu de suas responsabilidades domésticas e com os/as filhos/as. As múltiplas jornadas e, especialmente, o trabalho doméstico funcionam como produtores de estresse, tensão e até de intenso sofrimento psíquico. Mulheres de baixa escolaridade, de raça/etnia não branca, vivendo situação de divórcio/separação/viuvez são as mais vulneráveis ao adoecimento psíquico. Além disso, afazeres e responsabilidades com o trabalho extraluar, com a casa e os

filhos, e o menor acesso a momentos de descanso e lazer são preponderantes no aparecimento de TMC em mulheres trabalhadoras (Araújo, Pinho & Almeida, 2005; Diniz, 2004).

Retomaremos alguns pontos já apresentados para corroborar nossa afirmação de que mulheres compreendem um grupo em desvantagem nas várias dimensões da vida, o que pode significar danos para sua saúde mental.

1. Trabalho: O reconhecimento do trabalho feminino é uma conquista recente. Embora a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho brasileiro tenha acontecido a partir da década de 1970, elas sempre trabalharam muito. Hoje, elas ocupam cargos de decisão na política, na ciência, em empresas privadas. Contudo, a maioria de mulheres trabalhadoras, no Brasil, desenvolve atividades mal remuneradas, em cargos de menor nível hierárquico, com pouca seguridade social. Elas são maioria em trabalhos temporários e informais. Em geral, são atividades que reproduzem habilidades ditas “femininas” e, por isso, pouco valorizadas. Aquelas que conseguem destaque profissional, como as executivas, convivem cotidianamente com o sexismo no ambiente de trabalho, o que as coloca também em situações estressantes. O assédio sexual é uma constante na vida das trabalhadoras, constituindo-se mais um componente para torná-las vulneráveis ao adoecimento psíquico.

2. Família: O lugar da mulher na família sofreu grandes mudanças ao longo do século XX. A maior visibilidade e presença feminina no espaço público trouxe grandes melhorias na sua condição. Contudo, é a própria mulher que arca com o ônus de sua emancipação, pois a saída do âmbito doméstico também significou o acúmulo de atividades e papéis. No Brasil, as mulheres gastam 9 horas a mais que os homens para o cumprimento de afazeres domésticos, além disso, é a mulher a principal responsável pela educação dos filhos e os cuidados com doentes e idosos. Diniz (2004) aponta que o estresse decorrente das pressões para coordenar demandas diferentes pode resultar em graves problemas psíquicos, como somatização, depressão, ansiedade, desconforto, hostilidade, agressividade, distúrbios obsessivo-

compulsivos e insatisfação generalizada.

3. Sexualidade: Em tempos de liberdade, sexo casual e estimulantes para a libido, as mulheres são expostas a diferentes dilemas sobre a vivência da sexualidade. Na mídia e na ciência, o prazer feminino não é uma conquista, é uma obrigação. A ditadura do orgasmo está na moda: a saúde sexual é definida pelo número de orgasmo de um indivíduo, e não pela qualidade de suas relações. Por outro lado, *quando algo não sai como deveria*, elas são as responsáveis. Mulheres, de diferentes faixas etárias ainda são as “guardiãs da moral e bons costumes”, elas são culpadas por gravidezes indesejadas; por relações extraconjugais – dela e do parceiro; pela violência sofrida; e por outras tantas situações, onde elas estão nos holofotes. Aliado a isso, rígidos padrões de beleza e juventude são exigidos como determinantes de relações sociais. “Entre a cruz e a espada”, cotidianamente, elas vivem situações que geram dilemas de identidade pessoal e de autoestima (Del Priore, 2000; Diniz, 2004; Loyola, 2003).

A interação entre as dimensões trabalho, casamento, família e sexualidade são suficientes para gerar desconforto e adoecimento psíquico. Contudo, duas outras variáveis são incisivas para tornar a situação ainda mais difícil: *pobreza e raça/etnia*.

Couto-Oliveira (2007) aponta que mulheres pobres vivem em constante contradição entre o exercício de papéis tradicionalmente femininos e as dificuldades geradas pelos contextos de pobreza. Elas estão mais vulneráveis em função da exposição a piores condições de trabalho e ao alto índice de violência doméstica. O acesso ao sistema de saúde, para elas, é mais difícil, pois a maioria delas depende unicamente dos atendimentos da rede pública. Além disso, uma alimentação inadequada e menores oportunidades de acesso ao lazer e à cultura operam para que a vida desse grupo de mulheres seja mais estressante do que das mulheres de classes média e alta.

E o que dizer de mulheres pobres não brancas? Mulheres negras e mestiças, de camadas

populares, são as que mais sofrem com a precariedade nos atendimentos de saúde (Ministério da Saúde, 2006). Em 2005, apenas 1% de mulheres brancas não realizou o pré-natal, enquanto entre as pretas e pardas, o percentual foi de 5 e 4%, respectivamente. Ainda mais inconcebível é o descaso com a saúde de mulheres indígenas, pois 12% delas não tiveram qualquer atendimento de pré-natal. Não é surpreendente o fato de que as estatísticas sobre saúde de mulheres pretas e pardas apontem os piores índices, quando comparadas às mulheres brancas. Contudo, cabe ressaltar que, aliado a isso, mulheres indígenas e mestiças não são contempladas em muitas pesquisas sobre saúde. No Brasil, elas são invisíveis na maioria dos estudos desta natureza. A partir dos dados apresentados, podemos concluir que o preconceito etnicorracial é um importante agravante da saúde física e mental, pois aliado à pobreza e às outras dimensões (trabalho, família, sexualidade) contribui intensamente para modos de vida precários que tendem a gerar adoecimento físico e psíquico.

Ser mulher varia com o tempo e com o espaço. Ao longo da história, dimensões como família, trabalho e sexualidade determinaram o papel e o significado de ser mulher. Foram muitas definições perpassadas por vários “centrismos” (teos, andros, falos, etnos, etc.) que relegaram às mulheres o seu lugar desvalorizado. As inúmeras lutas alcançaram resultados e hoje as mulheres têm muitos direitos garantidos. Mas, e no significado, será que mudou? O que significa *ser mulher* hoje? Para o Dicionário Aurélio (s/d) “mulher” é um substantivo feminino e significa: “Ser humano do sexo feminino./ Aquela que atingiu a puberdade./ Esposa./ Amásia, concubina”. Para nós, essa resposta está, no mínimo, incompleta.

O objetivo geral dessa pesquisa foi investigar o significado de ser mulher para as participantes da pesquisa. Nosso objetivo se constituiu em ouvir, divulgar e refletir as condições femininas a partir das respostas obtidas. Aos/às especialistas e pesquisadores/as que nos conduziram nesse percurso teórico, nossos sinceros agradecimentos. Contudo, a partir desse ponto, nossas “experts” são *elas*. Mais do que uma parte, a voz das trabalhadoras

entrevistadas são a alma do trabalho. A partir do que elas relataram, buscamos entender: qual o significado de ser mulher para elas; dilemas e desafios associados à interação das dimensões trabalho, casamento, família e sexualidade; e as repercussões dessa interação na saúde geral e mental das entrevistadas. Para tanto, um longo caminho metodológico foi percorrido. No próximo capítulo apresentaremos esses caminhos para respondermos à pergunta desta pesquisa: qual o significado de ser mulher para trabalhadoras do PIM?

CAPÍTULO III: CAMINHOS METODOLÓGICOS

O objetivo da ciência é compreender a realidade e mudá-la quando for necessário. E a ciência, como aponta Maria Cecília Minayo (2008), também deve valorizar o conhecimento popular das pessoas que vivem cotidianamente dentro de determinada realidade. Temos consciência de que abordar as condições femininas não é tarefa fácil. Mais difícil ainda é a busca pela compreensão de dimensões da existência de um grupo particular de mulheres, nesse caso, a de trabalhadoras do Polo Industrial de Manaus – PIM.

Nosso trabalho foi compreender e sistematizar as reflexões expressas na voz das participantes, privilegiando a ideia da pesquisa como transformadora da realidade social. Assim, nesse capítulo apresentaremos os caminhos metodológicos percorridos na tentativa de alcançar os objetivos a que nos propomos. O capítulo está assim organizado: 1) o que pretendemos com esse trabalho, ou seja, os objetivos deste estudo; 2) as bases metodológicas; 3) o contexto da pesquisa; 4) as participantes do estudo; 5) delineamentos e estratégias de coleta de e análise de dados, e os procedimentos da pesquisa; 6) questões éticas envolvidas; e 7) importância e limitações da pesquisa.

3.1. Objetivos

O objetivo geral deste trabalho foi compreender o significado de ser mulher e suas implicações para a saúde mental, em mulheres trabalhadoras do Polo Industrial de Manaus – PIM. Os objetivos específicos foram:

1. Entender a realidade social das mulheres participantes;
2. Entender o significado de ser mulher e a visão que as participantes têm do seu papel na e para a sociedade;
3. Investigar o processo de desenvolvimento da sexualidade, ao longo do ciclo vital, e o olhar dessas mulheres sobre o próprio corpo;
4. Compreender a visão que as participantes têm sobre relacionamentos e família;

5. Explorar, a partir do ponto de vista das mulheres, a visão que os homens têm delas;
6. Entender o significado de ser trabalhadora e de trabalhar no PIM;
7. Pesquisar as expectativas e o projeto de vida das mulheres participantes.

3.2. Bases metodológicas

Metodologia é a articulação entre a realidade empírica e teoria. É por meio dela que tentamos compreender os fenômenos que nos propomos a conhecer. O objetivo deste estudo é ouvir e refletir sobre o discurso de trabalhadoras do PIM, no intuito de compreender o significado que elas dão às várias dimensões da sua experiência: família, trabalho, casamento e sexualidade. Entender a interação entre essas dimensões também constituiu um importante pilar desta pesquisa. Esse estudo exploratório é de natureza qualitativa e com enfoque de gênero. Passamos a delinear essas características:

Caráter Exploratório

Um estudo exploratório introduz um assunto, em uma área pouco conhecida, ou trata de um problema complexo e difícil de ser desvelado. O caráter exploratório dessa pesquisa justifica-se pelas poucas publicações sobre mulheres do norte do Brasil, e menos ainda sobre mulheres de Manaus. Por esse motivo, a reflexão sobre a experiência de trabalhadoras do PIM, tomou como ponto de partida estudos anteriores sobre a condição feminina na Amazônia, e sobre a repercussão da interação gênero-trabalho-família na vida de mulheres na contemporaneidade.

Pesquisa Qualitativa

Entendemos que a metodologia qualitativa é a que melhor se adéqua aos objetivos propostos neste trabalho. Maria Cecília Minayo & Odécio Sanches (1993) argumentam que “a abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às

intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, nas estruturas e as relações, tornam-se significativas” (p. 244). Em um estudo qualitativo, a relação não é apenas admitida, mas sim valorizada como um instrumento de trabalho dos pesquisadores. Assim, para que as singularidades e a intimidade das mulheres estudadas fossem percebidas na pesquisa, foi necessária uma relação que promovesse a empatia e a confiança, para um espaço de escuta, encontro, acolhimento e pertencimento.

Enfoque de Gênero

O estudo foi construído com base numa perspectiva de gênero, como dimensão fundamental da produção do conhecimento em psicologia, sobretudo na Psicologia Clínica (Diniz, 2003). Karen Giffin (2006) aponta os avanços na construção da epistemologia feminista que partem da constatação da natureza androcêntrica da ciência binária para desvelar a relação de constituição mútua entre sujeitos da ciência e o conhecimento que produzem. Esses fundamentos binários da ciência não apenas definem as mulheres como diferente dos homens, mas também biologicamente inferiores e inadequadas para o papel de cientista. Giffin afirma que, além de questionar o paradigma da ciência dominante, essa perspectiva possibilita relacionar as realidades locais e cotidianas. Assim, o enfoque feminista abre portas para a percepção de dominações – sejam elas de gênero, de classe social, de raça/etnia. Permite também ao/a pesquisador/a reconhecer particularidades de um determinado contexto social. A epistemologia feminista se posiciona e se coloca, comprometida com a mudança social. É uma ciência política que, ao contrário da ciência positivista, resgata a emoção e a experiência de mulheres para buscar a compreensão sobre a complexidade de condições femininas. Dessa forma, a epistemologia feminista se coaduna com os objetivos deste trabalho: onde o combustível para promoção de mudanças sociais é a experiência e a voz das mulheres participantes (Diniz, 2003; Narvaz & Koller, 2006b).

3.3. Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Polo Industrial, localizado na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. O PIM compreende cerca de 400 indústrias, dos setores eletroeletrônico, veículos de duas rodas, relojoeiro, ótico, metalúrgico, termoplástico, químico, entre outros. Emprega aproximadamente 95.500 funcionários/as, e 55% da mão-de-obra é constituída por mulheres (CIEAM, 2008; SUFRAMA; 2009).

A coleta de dados foi composta por duas estratégias distintas: 2 grupos focais e 4 entrevistas semiestruturadas. Os grupos foram realizados em duas fábricas de produtos eletroeletrônicos, localizadas no PIM. A escolha desse tipo de empresa se justifica pela preferência que indústrias deste ramo têm em contratar mulheres para desempenhar funções, sobretudo, nas linhas de montagem.

Para preservar o sigilo das participantes, os nomes das empresas e das entrevistadas são fictícios. As empresas serão representadas pelo nome de uma constelação e as participantes terão nomes de estrelas. Os nomes foram escolhidos pelas pesquisadoras. O critério de escolha foi pautado em símbolos femininos presentes na nomenclatura das constelações. A imagem de uma mulher compõe a Constelação Virgem. Já no caso da Constelação Andrômeda, foi o significado da palavra que nos levou a optar. Andrômeda é uma princesa da mitologia grega e significa mulher acorrentada. O nome utilizado para identificar as participantes são nomes de estrelas reais de cada uma das constelações mencionadas.

A primeira fábrica que nos deu espaço para realizar a pesquisa foi a “Constelação Virgem”. É um grupo brasileiro do polo eletrônico, especializado na produção de aparelhos de televisão, aparelhos de som, DVD e fornos de microondas. O grupo produz também componentes e placas, para a produção dos eletroeletrônicos; e embalagens e caixas para a distribuição. Possui aproximadamente 3 mil funcionários e entre os benefícios oferecidos estão: alimentação, creche, assistência médica e odontológico para funcionários e

dependentes, direito à participação de lucros e desconto na compra de eletroeletrônicos produzidos.

A segunda fábrica em que a pesquisa foi realizada foi a “Constelação Andrômeda”. É uma multinacional líder em vendas de aparelhos celulares no mundo inteiro. A filial localizada no PIM está no ranking das maiores exportadoras do Amazonas. Seus produtos são destinados ao abastecimento local e à exportação para América Latina, Estados Unidos e Europa. A empresa é líder mundial em responsabilidades social corporativa, desenvolvendo importantes projetos sociais para os/as funcionários/as e para a comunidade. Emprega aproximadamente 1600 funcionários/as. Entre os benefícios estão: transporte, alimentação, plano de saúde e odontológico, participação nos lucros e preço mais baixos na aquisição dos telefones celulares produzidos.

Quanto às entrevistas, três delas foram realizadas na casa das participantes e apenas uma entrevistada preferiu o ambiente sugerido pelas pesquisadoras, no caso, um consultório particular de atendimento psicológico.

3.4. Participantes

Participaram do estudo 14 mulheres nascidas no estado do Amazonas. Todas funcionárias do PIM, com idades entre 18 e 50 anos, de estado civil, nível educacional e socioeconômico diferenciados. A variedade de áreas e cargos desempenhados por mulheres no PIM é relativamente grande. Para perceber questões comuns e divergentes entre elas foi necessário que a pesquisa fosse realizada em 3 blocos, tendo como critério de organização as funções desempenhadas.

Bloco 1 Funcionárias de Linha de Produção	Componentes: 6 mulheres, funcionárias de linhas de produção da empresa “Constelação Andrômeda”. Estratégia de coleta de dados: 1 encontro grupal único com as 6 participantes e 1 entrevista individual com 1 representante do bloco – estrela Alfa Sirrah. Participantes: Alfa Sirrah, Gama, Eta, Psi, Chi e Pi.
Bloco 2 Funcionárias Técnico- administrativas	Componentes: 6 mulheres, funcionárias técnico-administrativas da empresa “Constelação Virgem”. Estratégia de coleta de dados: 1 encontro grupal único com as 6 participantes e 1 entrevista individual com 1 representante do bloco – estrela Alfa Spica. Participantes: Alfa Spica, Beta, Delta, Iota, Epsilon e Teta.
Bloco 3 Executivas	Componentes: 2 mulheres, funcionárias executivas de duas empresas distintas: “Veiga” e “Antares”. Estratégia de coleta de dados: 1 entrevista individual com cada uma das participantes. Participantes: Alfa Veiga e Alfa Antares.

O intuito da divisão dos grupos visou perceber, a partir das discussões, questões comuns e diferentes entre essas mulheres, uma vez que elas possuem cargos, responsabilidades e remuneração diferentes, o que implica em desafios e experiências também diversos. A ideia inicial deste estudo foi o de realizar três grupos focais – e não dois – de mulheres trabalhadoras. Contudo, a indisponibilidade de tempo das participantes, levou-nos a optar por reunir as trabalhadoras dentro do horário de expediente, cedido pelos/as empregadores/as. Essa escolha impossibilitou a realização do grupo de executivas, dado o número restrito de mulheres que ocupam cargos de alto nível hierárquico em uma mesma fábrica no PIM. Por esse motivo, optamos por realizar duas entrevistas individuais com as trabalhadoras executivas, funcionárias de duas empresas diferentes.

3.5. Delineamentos e Estratégias da pesquisa

3.5.1. Estratégias para coleta de dados

Esse estudo, de natureza qualitativa e exploratória, pretendeu ouvir as mulheres participantes. Para tanto, optamos pelo uso de quatro estratégias diferentes no intuito de captar dimensões significativas da experiência dessas mulheres. Essa escolha foi especialmente importante para percebermos questões comuns e divergentes – por vezes, contraditórias – na experiência das participantes.

Grupos focais

Grupo focal nada mais é que “um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas para discutir e comentar um tema, que é objeto da pesquisa, a partir de sua experiência pessoal” (Bernardete Gatti, 2005, p. 7). Seu objetivo não é a formulação de sínteses ou consensos. Seu principal valor é o de proporcionar aos/às participantes um espaço de interação para fazer emergir diferentes opiniões, atitudes, posicionamentos e processos emocionais. Dessa forma, ele permite captar as opiniões, mas também motivos, significados e contradições que levam os/as participantes a se posicionarem de uma forma ou de outra.

Realizamos 2 grupos focais, formados por 6 participantes cada, em duas empresas distintas, com duração aproximada de 90 minutos. As mulheres foram separadas obedecendo aos critérios de função e empresa em que trabalham. As participantes de cada grupo foram reunidas dentro do horário de trabalho, em um espaço cedido pelas próprias empresas. Durante os grupos focais, elas foram incentivadas a discutir questões relacionadas aos objetivos da pesquisa, contidas em um roteiro construído pelas pesquisadoras (anexo II).

N.	Grupo	Área	No. participantes	Duração
1	Empresa “Constelação Virgem”	Administração	6	90 min
2	Empresa “Constelação Andrômeda”	Produção	6	90 min

O grupo focal foi uma ferramenta valiosíssima, pois além de ter promovido a interação entre as participantes, possibilitou a obtenção de um grande número de informações e ideias diferentes, em um curto espaço de tempo. Contudo, atentas ao fato de que alguns pontos pesquisados versaram sobre temas íntimos e delicados, optamos por realizar entrevistas individuais semiestruturadas, com uma representante de cada um dos grupos focais, para a complementação das informações obtidas. Além disso, essa escolha foi especialmente útil, dada a dificuldade em formar um grupo focal com trabalhadoras executivas.

Entrevista semiestruturada

Entrevistas são conversas com um objetivo, um propósito. Elas se caracterizam pela

forma de organização e podem ser classificadas em: a) entrevista estruturada ou sondagem de opinião; b) entrevista focalizada; c) entrevista projetiva; d) entrevista aberta ou em profundidade e; e) a entrevista semiestruturada – a que nos interessa. A entrevista semiestruturada “combina perguntas fechadas e abertas, em que o/[a] investigador/[a] tem a possibilidade de discorrer sobre o tema sem se prender à indagação formulada” (Minayo, 2008, p. 261). Optamos por essa modalidade, pois além de possibilitar uma liberdade de interação com as entrevistadas, o fato de ter pontos pré-formulados (anexo II) serve de fio condutor, evitando possíveis fugas do tema e dos objetivos.

Entrevistamos individualmente 4 mulheres. Duas delas representantes de cada grupo focal realizado. A realização das entrevistas individuais com as funcionárias das áreas da produção e da administração foi importante para complementar as informações obtidas nos grupos focais. A investigação de questões íntimas e delicadas foram importantes para alcançar os objetivos dessa pesquisa. Assim, com intuito de evitar a exposição das participantes a situações de vergonha e embaraço nos grupos focais, as entrevistas individuais semiestruturadas deram significativas contribuições.

Em decorrência da dificuldade em realizar o grupo focal com trabalhadoras executivas, optamos por realizar duas entrevistas semiestruturadas com funcionários de cargos e níveis hierárquicos similares. As entrevistas realizadas com as duas executivas foram importantes para que, esse reduzido grupo de funcionárias do PIM também tivesse visibilidade neste estudo.

N.	Participante	Empresa/Grupo	Área	Ramo	Duração
1	Alfa Spica	Constelação Virgem	Administração	Eletrônicos	82 min
2	Alfa Sirrah	Constelação Andrômeda	Produção	Telefonia celular	115 min
3	Alfa Antares	Antares	Executiva	Peças veículos	60 min
4	Alfa Veiga	Veiga	Executiva	Químico	74 min

Questionário Sociodemográfico

Construímos um questionário sociodemográfico (anexo III), com o objetivo de coletar

informações adicionais sobre a situação socioeconômica das participantes. Composto por 17 itens, o questionário nos deu valiosas informações sobre a renda, organização familiar e os motivos pelos quais as respondentes optaram (e optam) por um emprego remunerado. Foi solicitado às catorze participantes que preenchessem o questionário antes dos grupos focais e entrevistas.

Questionário de Saúde Geral de Goldberg – QSG

Estudos apontam que mulheres estão mais vulneráveis a sintomas relacionados a Transtornos Mentais Comuns – TMC, tais como sintomas depressivos, distúrbios de ansiedade, distúrbios do sono, etc. Além disso, o acúmulo de papéis e os dilemas daí decorridos se constituem como importantes fatores de risco para o adoecimento mental de mulheres trabalhadoras (Araújo, Pinho & Almeida, 2005; Diniz, 2004; Kac, Silveira, Oliveira & Mari; Pasquali, Gouveia, Andriola, Miranda & Ramos).

Investigar aspectos da interação condição feminina – família, trabalho e saúde mental das mulheres pesquisadas se constituiu o eixo estruturante dessa pesquisa. Durante o processo dos 2 grupos focais e as 4 entrevistas individuais, as participantes foram incentivadas a tratar de sua saúde e qualidade de vida. A necessidade de informações mais sistematizadas, levou-nos a adotar um instrumento que pudesse nos dar dados mais concretos e validados. Assim, optamos pelo QSG por ser um instrumento de fácil aplicação e correção e por ser amplamente utilizado em pesquisas sobre saúde.

O QSG foi criado em 1972, na Inglaterra, por David Goldberg, para avaliar a saúde mental das pessoas e identificar a severidade do distúrbio psiquiátrico do respondente. A tradução e adaptação para uso no Brasil foi realizada em 1994, sob a coordenação do Prof. Dr. Luiz Pasquali. O objetivo do QSG é avaliar o “grau de desvio do comportamento normal, comparando o estado de saúde atual com o usual” (Luciana Marques, 2003, p. 5). É uma

escala de Likert autoaplicável com 4 níveis de resposta, variando de “menos do que de costume” a “mais do que de costume”, com dois níveis intermediários. Metade dos itens questiona a existência de sintomas psiquiátricos e a outra metade expressa a existência de comportamentos ditos normais. Os itens investigam 6 fatores de adoecimento mental:

N.	Item	Descrição	Exemplo de perguntas
1.	Estresse Psíquico	Refere-se às experiências de tensão, irritação, impaciência, cansaço e sobrecarga que podem tornar a vida desgastante e até infeliz.	“Tem se sentido nervoso e sempre tenso?”
2.	Desejo de morte	Refere-se à vontade de acabar com a própria vida, devido a sentimentos de inutilidade e falta de perspectiva.	“Tem pensado na possibilidade de dar um fim em você mesmo?”
3.	Desconfiança no próprio desempenho	Refere-se aos sentimentos de incapacidade para desempenhar tarefas diárias de forma satisfatória.	“Tem se sentido capaz em tomar decisões sobre suas coisas?”
4.	Distúrbios do sono	Refere-se a problemas do sono, como insônia e pesadelos.	“Tem tido noites agitadas e mal dormidas?”
5.	Distúrbios psicossomáticos	Refere-se a problemas de ordem orgânica, como: enxaqueca, fraqueza, calafrio.	“Tem se sentido mal de saúde?”
6.	Saúde Geral	É uma análise global que leva em consideração os escores dos itens anteriores e avalia a severidade de distúrbios psiquiátricos não-psicóticos, ou seja, a severidade dos TMC's.	

Realizada a apuração, quanto maior o escore, maior será o comprometimento psiquiátrico do respondente. Os escores variam de 0 (menor vulnerabilidade ao adoecimento psíquico) a 100 (maior vulnerabilidade ao adoecimento psíquico). O QSG permite identificar pessoas com perfil sintomático – escores acima de 90, casos limítrofes – escores entre 85 e 90, e escores abaixo de 85 identificam pessoas sem perfil sintomático (Bandeira, Freitas & Carvalho, 2007; Marques, 2003; Pasquali, Gouveia, Adriola, Miranda & Ramos, 1996).

Aplicamos o QSG nas 14 participantes. As que participaram dos grupos focais responderam o QSG antes do início das discussões, e as executivas, entrevistadas individualmente responderam aos questionários antes do início das entrevistas. A aplicação durou em média 20 minutos e todos os questionários aplicados foram respondidos integralmente.

3.5.2. Procedimentos

Com intuito de favorecer maior clareza, apresentaremos os procedimentos da pesquisa em formato de cronograma:

Data	Atividade
13/01/09	Contato telefônico com a empresa “Constelação Andrômeda”.
15/01/09	Contato telefônico com a empresa “Constelação Virgem”.
22/01/09	Reunião com o Gerente de Recursos Humanos e com o Diretor Administrativo da “Constelação Virgem”, onde as pesquisadoras apresentaram os objetivos e a finalidade da pesquisa.
27/01/09	Realização do grupo focal com as funcionárias da área administrativa da empresa “Constelação Virgem”. Autorizado pelas participantes, o encontro foi gravado e filmado. O grupo seguiu as seguintes etapas: apresentação; leitura do termo de consentimento livre e esclarecido (anexo IV); preenchimento do questionário sociodemográfico (anexo III) e do QSG; discussão, finalização e agradecimento.
28/01/09	Primeira entrevista individual com a participante Alfa Spica, representante da empresa “Constelação Virgem”. Após a autorização das participantes, todas as entrevistas individuais foram gravadas.
09/02/09	Entrevista com a executiva Alfa Antares. Como a entrevistada não participou de um grupo focal, antes do início da entrevista, seguimos as seguintes etapas: apresentação; leitura do termo do consentimento; preenchimento do questionário sóciodemográfico e do QSG; entrevista; finalização e agradecimento.
11/02/09	Reunião com o chefe de produção e o médico do trabalho da empresa “Constelação Andrômeda”, onde as pesquisadoras apresentaram os objetivos e a finalidade da pesquisa.
14/02/09	Entrevista com a executiva Alfa Veiga que também não havia participado de um grupo focal, por isso, seguimos as mesmas etapas da entrevista com a executiva Alfa Antares.
19/02/09	Realização do grupo focal com as funcionárias de linhas de produção da empresa “Constelação Andrômeda”. O grupo seguiu as mesmas etapas da “Constelação Virgem”.
20/02/09	Entrevista individual com a representante da “Constelação Andrômeda”, a participante Alfa Sirrah.
Fev- Mar/09	Apuração dos dados encontrados no QSG e transcrição dos grupos focais e entrevistas individuais.
Abr-Mai- Jun/09	Análise de dados.

3.5.3. Análise de Dados

Compilamos um total de 9 horas de contato com as participantes que foram gravadas e transcritas. Esse material que agregou riqueza, semelhanças, diferenças e contradições nos relatos das mulheres participantes da pesquisa, levaram-nos a optar pela a análise de conteúdo, pela facilidade em tratar a grande quantidade de dados encontrados. Laurence

Bardin *apud* Minayo (2008) define análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (p. 303).

Esse método de análise permite que, a partir dos dados encontrados nas pesquisas qualitativas, o/a autor/a realize análises sobre o tamanho das respostas, a frequência de conteúdos, convergências e divergências nos discursos, para que, com base no referencial teórico adotado, faça inferências de sua autoria. A análise de conteúdo abarca análises lexicais, análises de expressão, análises de relações, análises de avaliação ou representacional, análise de enunciação e análises temáticas (Minayo, 2008).

Neste estudo, optamos por tratar as falas das mulheres participantes a partir de uma análise de conteúdo do tipo temática. Essa estratégia de análise foi útil para ajustar de maneira coerente as informações obtidas nos grupos focais e entrevistas individuais.

Minayo (2008) aponta que “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõe uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (p. 316). Em outras palavras, com base nos objetivos da pesquisa, identificamos a presença, ausência, repetições e contradições na fala das mulheres participantes em relação aos temas investigados. Nossos temas ou categorias de investigação versarão sobre a vida de mulheres trabalhadoras do PIM: sobre trabalho, casamento, família, sexualidade e saúde mental, além da interação dos vários papéis e dimensões da experiência deste grupo de trabalhadoras.

3.6. Questões Éticas

A concepção e o desenvolvimento da pesquisa foram pautados em princípios éticos que se estendem para além das diretrizes normativas estabelecidas pelo Código de Ética Profissional dos/as Psicólogos/as. Antes mesmo da preocupação com as normas, é princípio

ético o comprometimento com os interesses individuais e coletivos da pesquisa, uma vez que esta configura além de um instrumento ético, também um instrumento político, considerando os efeitos conferidos pela produção científica. “Ético porque busca o bem de todos. E, político porque utiliza as ciências e as fontes de informação para produzir conhecimento que possa gerar ações transformadoras para o bem coletivo” (Soldati *apud* Couto-Oliveira, 2007, p. 98).

O primeiro passo executado na feitura desta pesquisa foi à obtenção da anuência (Anexo I) junto ao Comitê de Ética em Pesquisa, em respeito e observância a Resolução 196/96 que dispõe a propósito da regulamentação de pesquisas com seres humanos. A pesquisa só foi realizada após submissão e aprovação pelo Comitê de Pesquisa e Ética da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade de Brasília. Antes do início dos grupos e entrevistas, realizamos todos os esclarecimentos necessários no que tange os preceitos éticos em pesquisa. Em seguida, todas as participantes foram convidadas a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo IV). A voluntariedade das participantes foi enfatizada durante esse momento.

No decorrer das etapas da pesquisa, buscamos seguir alguns princípios de cuidado e respeito, tanto na relação com as participantes, quanto com aos dados obtidos na pesquisa. Estes princípios foram: o esclarecimento dos objetivos da pesquisa; b) cautela na manipulação e análise dos dados obtidos sobre a experiência das participantes; c) sigilo absoluto da identidade das participantes; d) publicação somente do material autorizado pelas participantes; e) intimidade no manejo das técnicas utilizadas; f) postura empática e interessada diante das participantes; e g) tentativa de suspensão de valores e conceitos ao adentrar no mundo das narradoras.

3.7. Importância e limitações da pesquisa

Esse estudo é de fundamental importância, pois trouxe contribuições para as participantes, para a psicologia e para a sociedade de Manaus:

a) Para as participantes: “É papel da ciência como um todo e da psicologia clínica produzir conhecimento e intervenções que visem a emancipação, a autonomia e a saúde mental das mulheres” (Couto-Oliveira, 2007, p. 256). As duas estratégias de coleta de dados escolhidas se constituíram em um momento de reflexão e troca de experiências. A oportunidade de reflexão possibilitou às participantes momentos de autoconhecimento e pertencimento.

b) Para a psicologia: Pesquisadores da psicologia, no Amazonas, têm publicado um número ínfimo de trabalhos. Atualmente, muitos profissionais e estudantes têm pautado suas práticas e intervenções em estudos importados de outras regiões e até de outros países. Não que esse conhecimento não seja importante; mas é urgente que os povos amazônicos sejam estudados. Esse estudo buscou: entender dimensões da experiência feminina como processos complexos que abordam tanto estruturas psicológicas, como sociais, políticas e econômicas; e visou produzir conhecimento sobre a realidade de mulheres de Manaus e sua saúde mental.

c) Para a sociedade de Manaus: A Organização Mundial da Saúde – OMS – (2000) traça algumas orientações para o desenvolvimento e execução de programas e políticas em saúde mental de mulheres, as quais trazem implicações importantes para as intervenções. Entre essas orientações estão: programas e políticas sensíveis com questões relacionadas ao gênero; intervenções sejam sensíveis às particularidades socioeconômicas e culturais; além da participação de mulheres e homens da comunidade como coconstrutores dessas políticas. Condições femininas e a saúde mental das trabalhadoras do PIM foi o eixo norteador dessa pesquisa. Os resultados obtidos nesta pesquisa podem dar subsídios para a elaboração e implementação de políticas públicas e ações voltadas para a prevenção e intervenção em

saúde mental de trabalhadoras do PIM, que estejam pautadas nas orientações da OMS.

Além da relevância desta pesquisa, temos consciência das nossas limitações:

a) Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, generalizações não são possíveis. O pequeno número de participantes permitiu entrever algumas questões vivenciadas por mulheres trabalhadoras do PIM. Contudo, a necessidade de pesquisas que abarquem um maior número de participantes é imperativa para uma investigação mais apurada sobre as condições femininas no PIM.

b) A troca de experiência se constituiu uma ferramenta bastante rica para alcançar os objetivos desta pesquisa. Contudo, temos clareza de que o receio da exposição provocado nas participantes pode ter representado um impeditivo para que temas importantes emergissem.

c) Os grupos focais foram especialmente interessantes, pois possibilitaram ouvir várias mulheres ao mesmo tempo. A impossibilidade em realizar um grupo focal com o grupo de trabalhadoras executivas, embora não tenha nos impedido de dar visibilidade a esse grupo, limitou-nos, no sentido de ter um número de participantes ainda mais restrito.

d) Constituindo-se como uma pesquisa exploratória, esse estudo foi abrangente. Levantamos muitas questões e dimensões importantes sobre a vida das trabalhadoras participantes. Por esse motivo, não aprofundamos em alguns temas que devem ser aprofundados. Contudo, deixamos sugestões para futuros estudos.

No próximo capítulo, apresentaremos as informações encontradas e a discussão dos resultados da pesquisa.

CAPÍTULO IV: VOZES E VIDAS DE MULHERES NO PIM

“Produzidas no Polo Industrial de Manaus”: dimensões da experiência de mulheres trabalhadoras é um estudo exploratório que se propôs a problematizar a condição de mulheres trabalhadoras do PIM. Nossa proposta levou em conta múltiplas dimensões da condição das mulheres participantes. Nossa intenção foi dar visibilidade à realidade dos grupos de mulheres escolhidos. Temos clareza que esse estudo constitui uma reflexão inicial que dará subsídios para futuras pesquisas comprometidas com a experiência e com a saúde de mulheres amazonenses.

As categorias analíticas gênero e etnia são as lentes deste estudo. Os grupos focais e entrevistas nos deram uma grande riqueza de material, o qual foi tratado a partir da análise de conteúdo do tipo temática. As nossas categorias de organização dos conteúdos dos grupos focais e entrevistas foram determinadas pelos objetivos dessa pesquisa e por temas significativos que apareceram na voz das participantes: 1) Vida de mulheres e condições femininas; 2) Trabalho; 3) Preconceito; 4) Sentimentos e sexualidade; 5) Saúde; e 6) Expectativas.

Primeiramente, apresentaremos e discutiremos as experiências relatadas de acordo com os três grupos de mulheres participantes: trabalhadoras da produção; trabalhadoras da administração e trabalhadoras executivas. Em seguida, realizaremos uma leitura e reflexão global sobre as condições femininas no PIM.

4.1. Constelação Andrômeda: Trabalhadoras da Linha de Produção

Nome	Idade	Estado Civil	Filhos
Alfa Sirrah*	42	Casada	5
Eta	38	Separada	3
Chi	43	Separada	2
Psi	39	União estável	2
Pi	37	Casada	2
Chi	43	Separada	2

*Participou do grupo focal e de uma entrevista individual

1. Vida de mulheres e condições femininas

“Água parada apodrece e dá dengue”.
Estrela Eta

Condição feminina diz respeito ao lugar ocupado pelas mulheres ao longo da história. Ela é perpassada pelas condições sociais, raciais e étnicas, que podem onerar mais ou menos a experiência feminina. É justamente pela multiplicidade das experiências de mulheres que não é possível falar de uma única condição feminina. Para alcançar e valorizar a diversidade entre o grupo de mulheres pesquisado, *condições femininas* nos parece o termo mais adequado.

1.1. Natureza x cultura

Gênero começou a ser utilizado pelas feministas para fugir de estereótipos ligados à biologia. A célebre frase de Simone de Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” retrata de forma sensível como “o ser mulher” é uma produção cultural construída e reconstruída a partir do contexto sócio-histórico. A oposição natureza/cultura – tão presente nas construções intelectuais sobre a condição humana – aparece na voz das estrelas da constelação Andrômeda, mostrando conflitos sobre o papel de mulheres e homens na sociedade. Confirmando a determinação cultural na formação das identidades de gênero, a estrela Alfa Sirrah afirma:

Tudo é formação. Você nasce numa família, tem a criação, a educação e vai formando. É só depois daquela formação que você vai descobrir se você é homem, se é menino, se evoluiu ou se não evoluiu. É a formação que nos torna homens e mulheres.

A relação entre “ser mulher” e “ser homem” é vista como muito contraditória quando a discussão traz à tona a maior carga de trabalho e responsabilidades para mulheres, uma vez que predomina a ideia de que elas são “naturalmente concebidas” para o trabalho doméstico. Quando questionadas sobre o significado de ser mulher, as participantes da produção relacionaram o ser da mulher à luta, trabalho, desafio. O trabalho está na essência da mulher e, muito embora elas relatem isso como um valor, um orgulho, sentimentos de sacrifício e sofrimento ficam evidentes nas falas:

Ser mulher é ser guerreira, encarar as coisas de frente (Estrela Pi).

A mulher tem que se dobrar em triplo ou mais do que isso. Tem que ser mãe, esposa, ouvinte de marido. Eu sempre falo que na outra encarnação quero ser homem porque eu não quero me preocupar com nada em casa. Ser mulher não é fácil (Estrela Psi).

Ao mesmo tempo em que a multiplicidade de responsabilidades atribuída às mulheres é vista como um valor da mulher é também o que aprisiona e torna dolorida a experiência feminina. As múltiplas jornadas trazem dilemas e conflitos. Além de sobrecarregar as mulheres com funções “naturalmente femininas”, como o trabalho doméstico e a maternidade, os múltiplos papéis se confundem com o ser mulher. Assim, para a Estrela Psi, a única maneira de mudar a carga de responsabilidade é deixar de ser mulher porque ser mulher é ter responsabilidades.

1.2. Histórias

As estrelas da Constelação Andrômeda têm em comum um passado de dificuldades econômicas e luta.

Eu nasci no interior [do Amazonas] e vim pra Manaus com 6 anos de idade. Tive uma vida não muito saudável. Tive que morar na casa dos outros. Não tive pai e quando eu tinha 19 anos, minha mãe faleceu. Na minha infância, eu não podia brincar, eu tinha que trabalhar (Estrela Alfa Sirrah).

Como já vou fazer 50 anos é agora que eu vou viver. O que eu tinha que fazer, eu já fiz. Meus filhos já criei. Acho linda a minha história, mas eu quero esquecer tudo (Estrela Gama).

Crio meus três filhos com muito esforço. Todos eles estudam e pra eu conseguir pagar é um sacrifício, tenho que ser muambeira pra tudo que é lugar. Sou uma verdadeira guerreira (Estrela Eta).

As estrelas Alfa Sirrah, Gama e Eta são oriundas do interior do estado do Amazonas. Elas compartilham a experiência de uma vida com muitas dificuldades financeiras e desafios – no passado e no presente. Durante a entrevista individual, a Estrela Alfa Sirrah nos deu detalhes da sua vida pregressa. Quando ela tinha 6 anos de idade, sua família deixou o interior do estado do Amazonas com vistas a melhores condições de vida. A decisão de ir para a capital não é exclusividade para as famílias das estrelas da Constelação Andrômeda. Desde o início da implantação da Zona Franca de Manaus, na década de 1970, o êxodo rural no

Amazonas é intenso. Até hoje, as dificuldades de acesso à educação e saúde são fatores importantes que levam famílias interioranas a buscar na capital a possibilidade de uma vida com menos sacrifício. Contudo, assim como em outras capitais brasileiras, o inchaço populacional chegou a Manaus, trazendo consigo a miséria, subemprego, trabalho infantil, etc. Assim como ocorreu na vida das entrevistadas, muitas trabalhadoras do PIM, desde muito cedo são expostas a dificuldades socioeconômicas, o que torna vida de mulheres mais difíceis.

1.3. Papel na família

Nas famílias contemporâneas, valores tradicionais coexistem com valores igualitários (Negreiros & Féres-Carneiro, 2004). Essa flexibilização permitiu às mulheres maior autonomia e poder de decisão sobre suas vidas e seus corpos. A escolha do momento para a maternidade e que carreira seguir são ótimos exemplos das conquistas alcançadas por mulheres no último século. Para as estrelas da Constelação Andrômeda, a família deve ser um lugar de diálogo, em que rituais e sentimento são compartilhados; e trabalho, deveres e decisões divididos: “a mesa é nossa reunião” (Estrela Alfa Sirrah).

A coexistência de modelos tradicionais e igualitários não é pacífica, pois gera dilemas contraditórios e difíceis. Culpa e responsabilidade estão diversas vezes presentes nos discursos. As cobranças partem delas para elas mesmas. O egoísmo e o individualismo são apontados como a razão para as crises familiares de hoje:

Hoje, nós somos muitos egoístas, cada um pensando em si mesmo, a gente não se preocupa com o outro. Hoje, as mulheres se preocupam em dinheiro, em crescer profissionalmente. Muitas mães são assim, só querem saber satisfazer o ego delas, então elas não se importam com o futuro dos filhos. O maior desempenho tem que ser da mulher (Estrela Eta)

Hoje, nem toda a mãe se preocupa com os filhos. Ela deixa o filho sozinho pra ir pra festa (Estrela Gama).

O alto grau de exigência é acompanhado por autovalorização e reconhecimento do seu papel primordial da família. Na fala das estrelas da constelação Andrômeda, o papel das

mulheres na família é central, enquanto o papel masculino é visto pelas entrevistadas como complementar.

Aquela preocupação que a mulher tem, o homem não tem. O alicerce de tudo é a mulher. O homem quando escolhe uma mulher é pra ser como se fosse o segundo braço dele. Nós mulheres não. A gente é muito mais do que o homem (Estrela Gama).

O destaque para o lugar feminino no discurso das mulheres é comprovado pelas estatísticas. No Brasil, famílias chefiadas por mulheres é um fenômeno atual. Até meados do século XX, casamento e maternidade eram funções socialmente determinadas como femininas. O trabalho assalariado no espaço público era desempenhado majoritariamente por homens. Numa realidade onde *o lar do homem é o mundo, e o mundo da mulher é o lar*, o papel feminino era secundário e os valores patriarcais rigorosamente vivenciados. Segundo o IBGE (2008) 30,6% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres e no Amazonas esse percentual é de 28%. Embora a grande maioria das famílias em que as mulheres são referência seja monoparental (59,4% no Brasil e 62,3% no Amazonas), o número de famílias com ambos os cônjuges chefiado por mulheres tem aumentado significativamente.

Contradições sobre os papéis masculino/feminino estão no cerne das relações sociais e familiares para as participantes do grupo. Se por um lado, as mulheres alcançaram muitos direitos civis, a divisão dos deveres continua desleal. As mulheres conquistaram seu lugar no espaço público. Contudo, ainda é sua obrigação a maior parte do cuidado e dos afazeres no espaço doméstico (Adriana Wagner, Juliana Predebon & Clarisse Verza, 2005; Diniz, 2004; 1999). A Estrela Chi aponta muito bem essa contradição:

Eu discordo quando falam que a mulher e o homem têm direitos iguais. Eu discordo porque nós podemos fazer o que eles fazem, mas eles não fazem o que a gente faz. Deveria ter direitos iguais em todos os sentidos. Eu concordo com direitos iguais, mas não é cumprido porque eu lavo a cueca do meu marido, mas ele não lava minha calcinha. Eles não fazem [serviço doméstico] simplesmente porque não são mulheres.

O não reconhecimento de deveres iguais é um grave resquício do poder patriarcal. As estatísticas apontam o trabalho doméstico como um importante parâmetro para analisar assimetrias de gênero. No Brasil, enquanto os homens gastam em média 10,3 horas por

semana com afazeres domésticos, as mulheres gastam 25,6 horas. No Amazonas, as mulheres gastam em média 13 horas a mais que homens, por semana, para os mesmos serviços (IBGE, 2008). Na fala da Estrelas Alfa Sirrah e Chi fica claro o sofrimento e a desvalorização do trabalho doméstico como a pior face do ser mulher:

Eu gosto muito de ser mulher, só não gosto é da parte do trabalho. Isso é mais hoje, antigamente eu gostava muito de arrumar minha casa, limpar, adorava lavar. Hoje me aborreço com isso, não gosto (Estrela Alfa Sirrah).

Trabalhar em casa só cansa, não ganha nada. Ela [a mulher] ganha aborrecimento e o não-reconhecimento do companheiro, quando ele chega abusado. Em casa, você trabalha, trabalha, trabalha, e cadê o dinheiro? (Estrela Chi).

No contexto da investigação do tema trabalho doméstico, perguntamos a todas as participantes da Constelação Andrômeda, no questionário demográfico, quais eram suas responsabilidades com as atividades domésticas e com os cuidados com os filhos. As estrelas responderam o seguinte:

Atividades	Domésticas	Filhos
Alfa Sirrah	Menos da metade	Todas
Eta	Menos da metade	Todas
Chi	Menos da metade	Todas
Psi	Metade	Todas
Pi	Metade	Todas
Gama	Todas	Todas

Apenas uma das participantes é responsável por todo o serviço doméstico e de cuidado com os filhos. A carga horária de trabalho – 44 horas semanais – impede que as mulheres participem ativamente dos serviços doméstico. O que nos impressionou é que as participantes, embora sejam mães de filhos/as adolescentes, se disseram responsáveis por todas as atividades relacionadas aos cuidados com os filhos/as. Os maridos não são mencionados como parceiros na educação e nos cuidados. Tal fato demonstra, além da sobrecarga de trabalho para as mulheres, o papel ausente dos homens dentro de casa.

A Estrela Chi mostra ser consciente e reivindica uma divisão mais igualitária nos afazeres domésticos. Ela questiona a ideologia “trabalho de homem e trabalho de mulher” numa atitude crítica e reflexiva. Sua conclusão “tudo vai depender da compreensão do

marido”, desloca a dimensão natural do trabalho doméstico, para uma dimensão cultural e de parceria. Ao contrário da Estrela Psi que não acredita na mudança e fala “quero ser homem”, a Estrela Chi afirma acreditar na possibilidade de uma divisão mais igualitária de responsabilidades no lar. Contudo, ela ressalta a importância da flexibilização dos papéis e da educação para que o trabalho doméstico seja vivido com menor sofrimento.

Tem marido que ajuda suas esposas, tem marido que não. A minoria se presta a esses serviços, mas alguns homens têm consciência. A mulher já tem “n” obrigações, o que custa pra ele “manerar” a carga de trabalho dela? Não custa nada. Tudo a mulher tem que ensinar (Estrela Chi).

A bibliografia sobre condições femininas e as estatísticas sobre o trabalho doméstico se coadunam para afirmar serem as mulheres as grandes responsáveis pelo cuidado no seio da família. Os relatos confirmam essas informações e colocam o trabalho doméstico como o maior dilema na vida das entrevistadas. Elas reconhecem seu lugar central na família, e relatam a pouca participação dos parceiros nas atividades domésticas. Por esse motivo, em muitos momentos, a experiência no lar é vivida de forma conflitiva e com sacrifício.

Perguntamos às mesmas entrevistadas sobre seu papel na sociedade amazonense, e os sentimentos suscitados foram bem diferentes daqueles sobre seu papel na família: seu papel central na família é visto como carga pesada de trabalho; seu papel na sociedade é visto como uma força valorizada.

1.4. Papel na sociedade

É constantemente relacionada às mulheres, a capacidade e o dom de realizar várias atividades concomitantemente. Isso pode ser explicado pelos modelos divergentes de educação adotados para meninos e meninas. No tempo em que as mulheres ainda estavam trancafiadas no âmbito doméstico, elas já eram educadas a realizar várias atividades ao mesmo tempo: cozinhar, bordar e cuidar de crianças, p. ex. Assim, a mobilidade e a competência em administrar várias demandas não são naturais, são respostas às altas exigências historicamente canalizadas para as mulheres. Na contemporaneidade, essas

“características femininas” são valorizadas e utilizadas nos mais variados contextos, principalmente, no espaço fabril. Contudo, antes de abordamos a percepção das participantes sobre o trabalho no PIM, é importante apresentarmos o que elas pensam sobre seu papel na sociedade.

Estudos anteriores (Costa, 2000; Santos, 2005; 2008; Spindel, 1986; Torres, 2005) apontam a mulher amazônica como detentora de maior poder, autonomia na família e na sociedade, além de gozar de maior liberdade sexual se comparada às mulheres de outras regiões. Na percepção das entrevistadas, a mulher é o modelo, a referência, a força. Em termos gerais, a influência da cultura indígena que permite à mulher um lugar de destaque e de liberdade, e a oscilação da presença masculina, nos diferentes períodos da história, deram à mulher um lugar de destaque no cenário socioeconômico amazônico.

A mulher tem uma participação na cidade muito grande. Ela toma frente, ela é líder em uma pastoral de crianças, de idosos. Ela tem um papel muito importante na sociedade (Estrela Chi).

As mulheres amazonenses são muito trabalhadoras, elas vão à luta. Já esses homens daqui, 70% é preguiçoso (Estrela Gama).

O matriarcado é estandardizado pelo mito das Amazonas e sua importância é percebida na família e na sociedade. A consciência sobre seu lugar preponderante também é admitido no trabalho. Para as entrevistadas, as mulheres amazonenses são guerreiras e, no mercado de trabalho, elas têm mais espaço que os homens.

2. Trabalho

2.1. Dados

	Brasil		Amazonas	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Número de trabalhadores/as	50.436.228	36.653.748	851.119	516.193
Trabalhadores/as informais	21,2%	13%	20,9%	15,7%
Trabalho doméstico	0,9%	16%	1,9%	15,7%
Trabalhadores/as sem salário	5,2%	9%	7,3%	16,8%

Fonte: IBGE – 2008

Na discussão sobre condição feminina, o trabalho já aparece como característica fundamental, estando no cerne da identidade da mulher. As mulheres participantes da linha de produção começaram a trabalhar muito cedo, por volta dos 14 anos de idade. Nascidas no interior do estado do Amazonas, 4 integrantes do grupo viajaram para Manaus, e foram levadas a realizar atividades em trabalhos informais, sobretudo como empregadas domésticas. Torres (2005) refere-se ao trabalho doméstico como uma possibilidade e uma ponte para que mulheres, advindas do interior do Amazonas tenham oportunidade de estudo e de emprego nas fábricas do PIM.

Apontamos no referencial teórico que a precarização do trabalho é muito maior em setores tradicionalmente ocupados por mulheres. Elas são maioria nos trabalhos informais, temporários e desprotegidos legalmente, sendo o trabalho de empregada doméstica o maior exemplo (Nogueira, 2004). Na tabela apresentada acima, os números corroboram essa afirmação. No Amazonas, embora o percentual de trabalhadores/as ocupados/as em setores informais seja maior para os homens (20,9% para eles, e 15,7% para elas), o trabalho doméstico e trabalhos não-assalariados são predominantemente ocupados por mulheres. Atualmente, as participantes do grupo são funcionárias respaldadas pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, contudo, seus relatos nos mostram que antes de entrarem no PIM, elas foram subempregadas em atividades mal-remuneradas e socialmente desprotegidas.

2.2. Significado do trabalho

Trabalho significa qualquer exercício ou atividade remunerada, não-remunerada ou em troca de benefícios para terceiros e/ou autoconsumo, desenvolvida durante pelo menos uma hora por semana (IBGE, 2008). Para as estrelas da Constelação Andrômeda, entretanto, trabalho ocupa uma dimensão muito maior. No questionário demográfico, perguntamos a importância do trabalho remunerado para elas: para as seis participantes, a necessidade

financeira é a primordial; seguida pelos benefícios sociais, como planos de saúde e odontológico. O trabalho significa para essas mulheres, em primeiro lugar, o próprio sustento e o dos filhos; e os benefícios sociais representam a complementação dessa segurança:

Trabalho pra mim significa ajudar a minha filha. É a satisfação e a construção do futuro dela. É muito bom ganhar dinheiro (Estrela Gama).

A independência financeira ocupa um lugar de destaque. Contudo, no grupo, o trabalho remunerado aparece, sobretudo, como uma gratificação, um retorno para a grande carga de trabalho da mulher, nos variados papéis assumidos:

Com tantas obrigações, um trabalho remunerado é um retorno do que ela [a mulher] buscou um dia (Estrela Alfa Sirrah).

2.3. Trabalho no Polo Industrial de Manaus – PIM

As estrelas da Constelação Andrômeda são representantes do grupo de mulheres mais numeroso dentro do PIM: mulheres trabalhadoras das linhas de produção. A percepção dessas mulheres sobre o trabalho que desempenham, apesar de significar um orgulho, é de batalha e sacrifício. Estudos sobre a inserção feminina no espaço fabril (Barbosa, 2007; Costa, 2000/2001; Nogueira, 2004; Rago, 2008; Spindel, 1987; Torres, 2005) falam da preferência por parte das indústrias de eletrônicos pela mão-de-obra feminina. Em geral, elas são alocadas em setores onde são exigidos ritmo acelerado, concentração, tensão, habilidade manual, acuidade visual e, sobretudo, paciência, dado o caráter repetitivo das tarefas. O ritmo acelerado e a elevada carga horária estão presentes na fala das mulheres:

Eu fiquei doente porque o trabalho no Distrito [PIM] é muito duro. A gente não podia sair daqui, virava, tinha que fazer hora extra. Trabalhava o 1º turno e virava o 2º. O trabalho no Distrito é um trabalho que requer esforço físico, muita atenção, é um desgaste físico e mental enorme. (...) Dois anos pra cá, melhorou muito, o trabalho é mais flexível (Estrela Alfa Sirrah).

A gente não vivia, a gente vegetava aqui dentro. De segunda a segunda a gente não tinha tempo pra marido, filho, vivia aqui dentro. Hoje, tá bom demais (Estrela Chi).

Nos trechos acima, as participantes relatam dois momentos distintos. Um momento anterior, onde o trabalho era descrito como extremamente repetitivo e com horário de

permanência na empresa muito longo. Atualmente, elas percebem uma maior preocupação da empresa em reconhecer os efeitos prejudiciais de longas jornadas de trabalho para a saúde dos/as funcionários/as.

A empresa Constelação Andrômeda é internacionalmente reconhecida pelos projetos em responsabilidade social. As necessidades de certificação para atender à competitividade do mercado internacional foram decisivas para um maior cuidado com a saúde e com as leis trabalhistas. Contudo, a partir da fala das mulheres, constatamos que no PIM uma maior atenção às necessidades das mulheres é fundamental para que elas se sintam mais valorizadas e motivadas para continuar desempenhando suas funções. Horários mais sensíveis às múltiplas jornadas e à condição de saúde de trabalhadores/as, além de um maior incentivo por parte da empresa para os estudos, são alguns dos pontos que apareceram como queixa/sugestão. Sobre a educação, a estrela Alfa Sirrah, ainda denuncia um sistema perverso, que impossibilita os/as trabalhadores/as a uma melhor qualificação, dado o número de horas de permanência nas fábricas; ao mesmo tempo em que exige maior escolarização para permanecer nos cargos ocupados e ter acesso a promoções e vantagens.

2.4. Dilema trabalho x família

A categorização da experiência dessas mulheres é puramente didática. Pulverizados nas outras categorias, dilemas sobre a vivência dessas mulheres já apareceram. A divisão desleal do serviço doméstico com os parceiros é a principal queixa das mulheres entrevistadas no que concerne seu papel familiar. Elas reconhecem essa assimetria de forma contraditória, pois em alguns momentos desacreditam na mudança: “o maior desempenho é mesmo da mulher” (Estrela Eta), mas em outros momentos, reivindicam a divisão igualitária de deveres com a casa e com os filhos como um direito a ser conquistado: “deveria ter direitos iguais em todos os sentidos” (Estrela Alfa Sirrah).

Em contrapartida, o trabalho remunerado que é visto como uma gratificação e uma valorização, também é pode ser um impeditivo para uma relação mais próxima com os/as filhos/as e um fator decisivo para conflitos nas relações conjugais.

Eu me identificava mais como mãe, do que como trabalhadora. Eu tinha que trabalhar pra sustentar meus filhos. (...) Na fábrica me cobravam o estudo, mas eu não podia estudar. Meus filhos eram pequenininhos, eu não podia estudar porque eu já passava o dia todo longe deles. Eles precisavam de mim, eles tinham que ter cuidado de mãe (Estrela Alfa Sirrah).

Como já mencionado anteriormente, os horários de trabalho são rigorosos. As mulheres entrevistadas sentem-se divididas entre o trabalho e seus papéis no lar. A maior queixa é a de não conseguirem acompanhar o crescimento dos/as filhos/as e temem que isso, no futuro possa significar situações difíceis:

Trabalho aqui há 10 anos. Comecei no 1º turno, depois passeio pro 3º turno. Nesse período minha filha tinha 4 anos e a minha ida para o 3º turno [de trabalho] fez com que eu me afastasse da minha filha. Ela foi criada pela minha mãe que é muito diferente, talvez por isso hoje eu seja avó (Estrela Psi).

Nessa fala, fica evidente o sentimento de culpa da entrevistada, não apenas pela sua ausência, mas também pela gravidez precoce da filha adolescente. Problemas no casamento também foram atribuídos ao excesso de trabalho no PIM:

O trabalho influenciou meu casamento porque eu não tinha tempo pro meu marido. Eu só vivia na fábrica, então eu arrumei um namorado na fábrica (Estrela Chi).

A carga horária de trabalho foi a causa do afastamento do ex-marido e o consequente término do casamento da participante. No PIM, o envolvimento entre colegas de trabalho é comum. Vivendo numa rotina em que o número de horas na fábrica chega a ser maior do que o tempo vivido no lar, muitos/as funcionários/as acabam encontrando, entre os/as colegas de trabalho, uma possibilidade de relacionamentos afetivossexuais. Foi o que aconteceu com a estrela Chi que atualmente vive um romance com um colega de trabalho. Contudo, nem sempre os envoltimentos são compartilhados e têm um “final feliz”.

2.4. Assédio sexual no trabalho

A Lei 10. 224, de 15/05/2001, define assédio sexual como o ato de:

Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

No Brasil, o assédio sexual não é um fenômeno novo. Maria Freitas (2001) aponta que durante a colonização, o assédio sexual era uma prática quase obrigatória entre os senhores de engenhos e escravas. Na Amazônia, essa realidade não foi diferente. O misticismo sobre o País das Amazonas e seus povos serviu de instrumento para o povoamento. Às nativas foram atribuídas uma série de estereótipos (parideiras, permissivas sexuais, etc.) com intuito militar de ocupar a região. Desse modo, já no início da colonização, estabeleceu-se na Amazônia um verdadeiro comércio sexual. A fama atribuída às tupiniquins atravessou séculos, e hoje, no PIM, elas ainda vivenciam de diferentes formas esses estigmas (Torres, 2005).

Em alguns estudos (Ramos, 2003; Spindel, 1987; Torres, 2005) o assédio sexual é mencionado como uma prática corriqueira no PIM. Contudo, não existem pesquisas e estatísticas aprofundadas sobre esse fenômeno no parque industrial de Manaus. Não é objetivo de este estudo aprofundar sobre o assédio sexual no PIM, entretanto, ele esteve presente na fala das mulheres entrevistadas. Três participantes da Constelação Andrômeda relataram terem sido vítimas de assédio:

Eu já fui vítima e tive que pedir a conta. (...) Ele era diretor e ganhava bem, mas pensei “se eu me meter com esse cara vou estragar minha vida, vou trair o pai dos meus filhos” (Estrela Gama).

Eu vim do interior [do Amazonas] e ele disse: “tu só vai ser contratada se a gente pegar uma tela”. Eu nem sabia o que era tela e me deu uma crise de choro. Conteí pro diretor, ele demitiu meu supervisor e eu fui contratada e promovida (Estrela Eta).

Quando eu era moça quase fui estuprada pelo meu chefe. Ele disse que me achava bonita e sensual e que me pagava pra me ver completamente nua (Estrela Alfa Sirrah).

Nas décadas de 1980 e 1990, aconteceram manifestações no PIM em favor da melhoria da qualidade de vida para as trabalhadoras. Algumas conquistas foram alcançadas, porém, o combate ao assédio sexual não foi – nem é – tarefa fácil. Diferente da postura adotada pela Estrela Eta que denunciou o abuso perpetrado por seu supervisor, muitas trabalhadoras não

apenas se calam, mas acabam sendo coagidas a aceitar propostas como medida de manutenção do emprego. Para entender melhor o fenômeno do assédio sexual no PIM, bem como as repercussões para a saúde de trabalhadoras, sugerimos estudos mais aprofundados sobre o fenômeno.

2.5. Assédio moral no trabalho

Os estereótipos seculares que tratam da sexualidade da mulher amazônica continuam presentes no imaginário popular. As trabalhadoras do PIM até os dias atuais sofrem retaliações com bases nesses estigmas. Podemos inferir que além de estarem constantemente expostas ao assédio sexual, a fama que põe em xeque a moral e a capacidade das trabalhadoras do PIM pode ser identificada como assédio moral.

Freitas (2001) define o assédio moral como um esforço repetitivo em desqualificar alguém independente do nível hierárquico das pessoas envolvidas. É uma violência sutil convertida em atos, palavras, gestos – evidentes, escondidos e/ou não-ditos – que servem para desestabilizar ou trazer danos à saúde mental, à dignidade ou à integridade física, colocando em risco o clima de trabalho e a produtividade. No Brasil, ainda não existem leis específicas sobre o assédio moral. Os debates que se iniciaram na década de 1990, afirmam que o assédio moral é um fenômeno destrutivo tanto para o ambiente de trabalho, quanto para a vítima.

A gente é um pouco discriminada, o pessoal fala muito. O cara lá de casa [marido] vive falando que por ele, eu não trabalharia no Distrito, porque ele não quer ouvir o pessoal chamando ele de corno [sic]. A gente leva a fama (Estrela Pi).

Os maridos não aceitavam. Diziam que a mulher que trabalhava no DI era safada, sem vergonha, que traía o marido, que mulher do Distrito não presta. (...) Mas pra mim, passa pela minha frente, não me afeta (Estrela Alfa Sirrah).

Esses pequenos gestos e piadas que sugerem atos ou características da intimidade de mulheres trabalhadoras do PIM, leva-nos a afirmar a existência de uma política sexista e também etnocêntrica no espaço fabril. Os estereótipos são muitas vezes reproduzidos por pessoas de outras regiões do Brasil que desconhecem a cultura amazônica e desvalorizam os

costumes e até a mão-de-obra do PIM. Essa se constitui como uma prática corriqueira que dá às trabalhadoras uma imagem de mulheres promíscuas.

A estrela Alfa Sirra afirma que essa fama nunca lhe trouxe consequências no trabalho. Ela parece ter razão, já que apesar de estarem constantemente expostas ao assédio moral, as mulheres continuam sendo as preferidas pelas indústrias de eletrônicos e detêm 55% da força de trabalho do PIM (CIEAM, 2008). Um estudo que aprofunde a ressonância do preconceito na experiência feminina no Amazonas nos parece vital. Além de estarem vulneráveis ao preconceito por serem trabalhadoras do PIM, o preconceito por ser amazonense, e por ser mulher também aparece na voz das participantes.

3. Preconceito

Lourdes Bandeira & Anália Batista (2002) definem preconceito:

Preconceito é a valoração negativa que se atribui às características de alteridade. Implica a negação do outro diferente e, no mesmo movimento, a afirmação da própria identidade como superior/dominante (p. 138).

Assim, neste trabalho preconceito é entendido como uma atitude, pensamento e/ou ato negativo frente a uma pessoa ou um grupo, com base em determinada/s característica/s (física, religiosa, política, étnica, etc.), comumente vista de forma anormal pelo/as perpetrador/a. A educação e a cultura são importantes mediadores na construção do preconceito. Desde o início deste estudo, tomamos as categorias analíticas gênero e etnia para desvelarmos alguns dispositivos de dominação que possam, de alguma forma, trazer consequências à saúde das participantes.

Na categoria anterior, apresentamos o primeiro preconceito que aparece no discurso das entrevistadas: o fato de serem trabalhadoras do PIM. Embora apareçam separadamente neste estudo, acreditamos que os preconceitos não são vividos de forma isolada. Os vários dispositivos ideológicos se agrupam para expor trabalhadoras do PIM a situações vexatórias.

Além das participantes estarem expostas às práticas preconceituosas, em alguns momentos, no discurso, elas também reproduzem a secular desvalorização da cultura amazônica.

3.1. Preconceito por ser amazonense

A sexualidade das mulheres amazonenses foi problematizada pelas participantes da Constelação Andrômeda. A partir de um exemplo dado pela Estrela Psi “Um colega carioca falou que as amazonenses são mais dadas, mais fáceis”, as participantes chegaram a dois consensos:

→ Existem vários tipos de mulheres, algumas, são mais liberais que outras. Mas, em geral, mulheres amazonenses não têm vergonha de expor a sua imagem, nem de usar a roupa que desejam. Concluíram que hoje, em muitas situações, os homens têm comportamentos mais reservados que as mulheres. Elas atribuem a liberdade sexual feminina à falta de acompanhamento da mãe – e não do pai – por não conseguirem impor limites às filhas – e não aos filhos/filhas. Essas palavras corroboram o que já afirmamos anteriormente: mesmo em um ambiente onde é admitida uma maior liberdade sexual para as mulheres, elas – mulheres e filhas – ainda sofrem discriminação devido a um controle de comportamento arraigado no sexismo. Mulheres são pressionadas – e muitas vezes, responsabilizadas – pela preservação da moralidade.

→ A cultura amazônica é erroneamente percebida por funcionários que não são naturais do estado do Amazonas. O preconceito que as participantes sentem por serem amazonenses é sentido de forma mais intensa quando lançado por brasileiros de outras regiões. Para as entrevistadas, além dos estereótipos sobre a sexualidade, comentários maldosos aludem à incapacidade intelectual. Elas se defendem:

Eles acham os amazonenses burros. Eles acham que a gente se conforma com qualquer coisa. Existe essa contradição. A gente não é burro. Eu acho o povo amazonense um povo criativo, inteligente, mas que não é ambicioso. É um povo que não carrega mágoa, que é feliz, que trabalha, que cedo já tá na batalha (Estrela Pi).

A menor qualificação escolar aparece como uma possível explicação para esses estereótipos. Para elas, as oportunidades de estudo e aperfeiçoamento são piores que aquelas encontradas nas regiões sul do Brasil. Contudo, elas apontam que a chegada de novas faculdades e cursos universitários em Manaus contribuirá para que essa ideia preconceituosa de incapacidade intelectual deixe de existir.

As reflexões de Torres (2005) sobre os aparelhos ideológicos de dominação que outorgaram às minorias (mulheres, negros, indígenas) um lugar desqualificado, ajudam-nos a compreender o preconceito direcionado às populações amazônicas. Análogas às explicações científicas que legitimaram o homem como mais racional que a mulher, justificativas etnocêntricas também subjugaram as sociedades não-brancas ao redor do mundo. O IBGE (2008) aponta que sobre as raças da população amazonense, a maioria (74,8%) se autodenomina parda; 21,6% branca; 3,4% negra; e apenas 0,2% indígena. Na Amazônia, a miscigenação aconteceu mais fortemente entre as raças brancas e indígenas, havendo pouca participação da raça negra nesse processo; isso justificaria os 74,8% de pardos/as no Amazonas. Contudo, espanta-nos a reduzida porcentagem de indígenas no estado. Isso pode ser um dos reflexos da herança colonial de desvalorização da cultura nativa e de negação da descendência indígena.

3.2. Preconceito por ser mulher

Ao contrário das nossas expectativas, as estrelas da Constelação Andrômeda se consideram mais valorizadas que os homens. Há consenso entre elas sobre a maior força da mulher amazonense. Elas afirmam que por esse motivo elas têm mais espaço e mais chance no Polo:

Aqui na empresa, a maior parte é mulher; 80% dos funcionários é mulher. Acho que eles nem querem homem na produção porque homem é preguiçoso. Aqui, as mulheres são mais responsáveis, mais organizadas, cuidadosas, têm mais jeito (Estrela Eta).

A preferência das indústrias pela mão-de-obra feminina é amplamente presente na literatura e, também, na voz das participantes do grupo. Isso nos leva a concordar com

Nogueira (2004) que a facilidade em desempenhar atividades múltiplas e delicadas que exigem paciência e disciplina, é valorizada no espaço fabril. Para o capitalismo, essas características femininas aliadas à delicadeza e destreza manual se converteram em maior lucro e produtividade para as empresas. Isso não é novidade. O que nos parece significativo é a autovalorização e autorreconhecimento da força feminina no PIM.

Para elas, as poucas oportunidades de vantagem e promoções não são relacionadas ao fato de serem mulheres, mas estão relacionadas à qualificação. As participantes afirmam que é a desqualificação o principal motivo que as impossibilita de ocupar melhores cargos e de obter maiores salários. Elas se culpam pela dificuldade no acesso às promoções na empresa em que trabalham:

A fábrica é muito boa, só que eu não soube aproveitar o dinheiro para fazer um curso, uma faculdade. (...) Mas eu não podia porque meus filhos eram pequenos (Estrela Alfa Sirrah).

Esse trecho aponta mais um dilema de mulheres que trabalham: as múltiplas jornadas (trabalhadora, esposa, mãe) impedem que muitas mulheres continuem a se qualificar. A divisão desleal das responsabilidades com a casa e com os/as filhos/as coloca os homens em um lugar privilegiado para a qualificação continuada. Assim, a cultura patriarcal que, ao mesmo tempo, cobra das mulheres uma participação na família, “perdoa” os homens da sua ausência no lar. A assimetria no acesso a cargos e salários melhores, aliada às menores possibilidades de estudo – dada a exigência em corresponder aos múltiplos papéis – constituem uma importante desvantagem, pautada em gênero, vivenciada pelas trabalhadoras do PIM.

4. Relacionamentos e Sexualidade

4.1. Namoro e casamento

Assim como a maternidade, o romantismo e o amor sempre estiveram associados à essência feminina. Até meados do século XX, o destino esperado para uma mulher era o

casamento (Bassanezi, 2008). As meninas eram criadas para se tornarem esposas e o namoro só era permitido com vistas a um breve matrimônio. Na Amazônia, as exigências de castidade e um casamento formalizado recaíam de forma mais intensa sobre as mulheres da elite. Mulheres pobres e sem posses gozavam de liberdade na escolha dos parceiros. Como, nesse período, a maioria dos casamentos nas classes populares eram consensuais, as mulheres também tinham autonomia para decidir a hora do casamento – e também da separação (Cancela, 2008).

O namoro para as estrelas da Constelação Andrômeda é contado com bom-humor e nostalgia. Relatos das entrevistadas deixam entrever que, ao mesmo tempo em que tinham responsabilidade com o trabalho e com a família de origem, elas tinham liberdade na juventude para vivenciar esse momento:

Eu tive muitos namorados, namorei muito. Nossa! Como eu era namorada! Eu cheguei a namorar três rapazes ao mesmo tempo (Estrela Alfa Sirrah).

Mas para elas, além de diversão, o namoro é um momento importante para avaliar se o parceiro será um bom marido, e também para “educá-lo”:

Quando você namora um rapaz, você tem que procurar saber como é a criação dele. O namoro é pra isso. Mas também pra você ensinar o seu namorado a entrar num ritmo que você quer como esposo (Estrela Psi).

A tentativa de flexibilização nos papéis para atenuar as responsabilidades femininas é um desejo que reaparece no discurso das entrevistadas. Conhecimentos sobre a família de origem é apontado como importante para a escolha do pretendente, assim como a negociação na divisão dos papéis e deveres. Mas elas acabam por concluir que no casamento, muitas das tentativas de convivência igualitária são “esquecidas” e que o peso maior acaba sendo para a mulher:

Eu acho o seguinte, quando a gente namora, você diz: “eu lavo isso, você lava aquilo”, mas no final é a mulher que sai sobrecarregada (Estrela Pi).

Vivemos em um momento em que almejamos a igualdade entre os sexos e, que por esse motivo, viver um relacionamento conjugal feliz torna-se um grande desafio para os casais

(Barbosa & Rocha-Coutinho, 2007; Carter & Mcgoldrick, 1995). O tradicional papel de esposa, sem rendimentos e sem reconhecimento já não atende mais às necessidades femininas de conforto emocional. Assim, o fracasso na renegociação de valores tradicionais e igualitários podem também significar momentos de ansiedade e estresse familiar (Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Izabel Possati & Mardônio Dias, 2002). Essa é uma das possíveis explicações para o fato de muitas mulheres decidirem adiar o casamento, o momento de ter filho – ou de não ter; e para o aumento progressivo no número de divórcios.

O Amazonas, possui a menor média nacional entre o tempo de formalização matrimonial e a sentença judicial de separação – cerca de 9,7 anos, enquanto a média brasileira é de 12,1 anos (IBGE, 2008). Buscar explicações para o menor tempo de duração dos casamentos formais (o IBGE não inclui casamentos consensuais), no Amazonas, é uma tarefa difícil. Mas, um questionamento sobre a relação entre o papel ativo – e por que não menos tradicional? – das mulheres amazonenses na família e na sociedade, somados ao reduzido tempo de duração dos casamentos pode ser um fio condutor para futuras pesquisas sobre relações conjugais no estado.

As participantes do grupo da produção ainda falam de mais um dilema: no caso de mulheres separadas, a criação de filhos/as x um novo relacionamento. O recasamento é um momento delicado para todos os envolvidos, pois hostilidade, perturbações, ambiguidade nos papéis e na estrutura familiar, além de culpa podem permear a nova relação (Carter & Mcgoldrick, 1995; Lia Machado, 2001; Féres-Carneiro, 1998). Por esse motivo, a exemplo da Estrela Eta, muitas mulheres separadas abrem mão de viverem um novo relacionamento pelas obrigações com a educação dos filhos/as de casamentos anteriores. O receio de uma convivência pouco pacífica na família; o medo em torno da possibilidade de os filhos serem vítimas de violência pelo novo parceiro; e o julgamento social que um recasamento pode suscitar, principalmente por parte da família de origem, foram alguns dos fatores que fizeram

com que a Estrela Eta adiasse a construção de um novo vínculo amoroso.

4.2. Corpo e sexualidade

Ao longo da história, a sexualidade feminina é permeada por ambiguidades, distorções e polêmicas. Ao abordarmos o tema da sexualidade com as participantes da Constelação Andrômeda, contradições emergiram. Neste estudo, entendemos a sexualidade como padrões e regras culturais que definem o uso dos corpos em um determinado tempo, lugar, grupo. Para as participantes, a sexualidade é naturalmente reconhecida como parte da essência feminina. O sexo é percebido como um ponto positivo da experiência e as diferenças culturais, no que tange a sexualidade, são retomadas como preponderantes na construção do *ser mulher*.

Uma vantagem em ser mulher é que o sexo é muito bom (Estrela Eta).

A nossa cultura é diferente de outras cidades, nossa aparência é diferente, é um misto com índio. A nossa cultura é ir à luta, trabalhar, se vestir como pode (Estrela Gama).

Os estereótipos sobre a sexualidade das amazonenses são novamente retomados. Na voz dessas mulheres, a influência indígena na cultura é decisiva para o estranhamento de “estrangeiros”. O mito das mulheres guerreiras está nas entrelinhas dessa identidade. O corpo é, acima de tudo, instrumento de luta e de trabalho. Para elas, as mulheres amazonenses, são responsáveis pelo próprio sustento e, por isso, têm autonomia em usar o corpo a seu favor.

Com um discurso contraditório, as diferenças entre gerações no processo de valorização das mulheres também aparecem na fala das participantes:

Antigamente era bom você ser amante de um homem porque você tinha uma casa, um carro, uma renda. Hoje não, ela mesma [a mulher] se deixou desvalorizar, ela vai pra cama com um cara por um sanduíche (Estrela Chi).

“Ele [os homens] não valorizam as mulheres” (Estrela Pi).

A liberdade no uso do corpo e de ter relações sexuais fora de um relacionamento estável são encaradas como naturais. Contudo, é a aceitação da falta de gratificação dos parceiros que é vista de forma negativa. Quando tratamos da sexualidade em Manaus, durante o período áureo da borracha, recorreremos a Fabiane Santos (2007) para mostrar um panorama sobre

padrões e regras sexuais para homens e mulheres. Para a autora, a liberdade sexual era um privilégio masculino, enquanto para as mulheres, a sexualidade era tolerada quando usada como um meio de ganhar a vida. No discurso das entrevistadas, essa ideia ainda aparece como culturalmente aceita. As necessidades econômicas servem como pano de fundo, e as práticas sexuais são mais apreciadas quando representam ganhos e valorização para as mulheres. Por outro, a desvalorização do corpo é um receio recorrente no discurso das participantes.

O trecho da Estrela Gama que trata da aparência e da forma de se vestir é outro ponto importante. O preconceito atribuído às mulheres amazonenses também nos leva a uma reflexão sobre padrões de beleza dominantes. A Estrela Gama afirma existir peculiaridade na forma de vestir, na aparência e estética da mulher amazonense. Para ela, essa diferença é usada também para desvalorizar a cultura. Isso nos leva a concordar com Priore (2000) quando afirma que as exigências que universalizam padrões estéticos e que transformam a beleza em produto de consumo influenciam a construção da identidade e da autoimagem femininas. Assim, a herança colonial que confere à raça branca o padrão de beleza vigente, interfere na autoestima das entrevistadas.

4.3. Estupro

O artigo 213 do Código Penal Brasileiro, com alteração recente dada pela Lei n. 12.015, de 2009, trata do crime de estupro, o qual dispõe que:

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

O estupro é um tema difícil de ser abordado, pois a cultura androcêntrica de desvalorização e desrespeito ao feminino vitimiza duplamente aquelas que vivenciam essa violência. A vergonha e os sentimentos de desvalia suscitados fazem com que muitas mulheres se calem diante do estupro. Na voz das estrelas da Constelação Andrômeda, ele é denunciado em dois momentos, e nos dois casos ele é perpetrado por pessoas próximas às vítimas. No grupo focal, a Estrela Eta relata o abuso sexual sofrido por uma vizinha pelo

padrasto, desde os 10 anos de idade. Já a Estrela Alfa Sirrah, na entrevista individual, conta com visível emoção o drama vivido com o primeiro namorado:

Ele me levou num motel e me forçou a fazer sexo com ele. Eu me senti abusada. Ele tirou a minha roupa e eu disse que não, ele disse que queria e que ia fazer. Ele me despiu, me abusou, usou, fez sexo e tirou minha virgindade contra a minha vontade (Estrela Alfa Sirrah).

Apesar de ter participado do grupo, o abuso só foi mencionado pela participante na entrevista individual. A vergonha não a fez calar apenas no grupo, mas a levou a não denunciar o namorado por tê-la obrigado a ir ao motel e a manter relações sexuais com elas, como acontece com uma parte significativa das vítimas de estupro. A violência sexual foi tão impactante que lhe trouxe consequências diretas na sua vida sexual e na saúde. A entrevistada relatou ter sofrido de depressão e, por mais de um ano, de não conseguia sentir prazer sexual.

5. Saúde

A OMS define saúde como um constructo que abarca várias dimensões. Ser saudável implica ter saúde física, psíquica, social e espiritual. Durante a pesquisa, saúde – ou a falta dela – aparece escancarada na fala das entrevistadas. A presença de queixas, entre as estrelas da Constelação Andrômeda é mais recorrente quando comparadas às participantes do grupo de trabalhadoras da administração e executivas. Levando em conta a história dessas mulheres, cuidados e medidas de saúde devem ser prioridades nas políticas de saúde pública e entre os benefícios oferecidos aos/as empregados/as pelas indústrias do PIM.

5.1. Readaptação

As seis participantes do grupo são trabalhadoras contratadas aproximadamente há 10 anos. Elas trabalham em uma mesma área da produção, considerada por colegas de outros departamentos como “trabalho leve”. O setor foi criado para alocar funcionários/as afastados/as por motivo de saúde ocupacional e reintegrados/as com a condição de readaptação. Quando questionadas sobre o motivo do adoecimento, a opinião foi unânime:

carga horária tão intensa, que beirava à ilegalidade; esforço físico e mental sobre-humanos; e a exigência de atenção dado o caráter repetitivo das tarefas.

Durante a entrevista individual, a Estrela Alfa Sirrah, relatou sofrer de cinco doenças ortopédicas diferentes: tendinite, bursite, tenocinovite, artrose e osteófitos (bico de papagaio). Por esse motivo, ela precisou ficar afastada do trabalho por 6 meses, para se submeter a tratamentos medicamentosos e fisioterapêuticos, mas, segundo ela, a cirurgia foi inevitável. As outras participantes também se queixaram de problemas sérios de saúde e atribuíram à falta de tempo o fato de terem adoecido. As doenças ocupacionais não apenas trouxeram preocupações de ordem física para essas trabalhadoras, mas as limitações corporais delas advindas vieram acompanhadas de um intenso sofrimento emocional:

Hoje eu tô uma negação, uma mulher praticamente inutilizada. Apesar de ser uma mulher fogosa, nem sexo eu posso fazer como antes, porque meus braços não me dão condições. [A doença] atrapalha minha vida sexual, profissional, social e familiar. Me sinto uma meia mulher, fico muito triste. (...) Em 2003, quando eu soube da doença tive depressão (Estrela Alfa Sirrah).

Conflitos ligados a autoestima aparecem na voz das estrelas da Constelação Andrômeda. Em muitos momentos, elas chegam a se menosprezar, inclusive, no ambiente de trabalho. Asseguradas pela CLT, as participantes do grupo gozam de estabilidade empregatícia, mas não se mostram satisfeitas com a situação:

Trabalhei, trabalhei, trabalhei, e o que ganhei? Um monte de problemas de saúde. Hoje a empresa não me vê como há 10 anos. Hoje eu sou um problema pra empresa (Estrela Chi).

Trabalhando na condição de readaptadas, as funcionárias se sentem desmotivadas e, por esse motivo, o prazer no trabalho e a autoestima mostram-se comprometidos. Elas sugerem que a diminuição na carga horária de 44 para 30 horas semanais é uma ótima maneira de tirá-las da condição de funcionárias readaptadas. Segundo elas, estar nesse setor é mais uma forma de serem estigmatizadas por chefes e colegas de trabalho.

5.2. Violência

A violência contra a mulher é um fenômeno global presente em todas as classes sociais e raças/etnias. Em Manaus, não é diferente. As atitudes violentas mais frequentes nos relatos foram demonstrações sutis de desvalorização, sobretudo, sobre a moralidade e a capacidade das entrevistadas:

Mulher no Distrito não presta (Estrela Psi).

Eles acham que os amazonenses são burros (Estrela Pi).

A gente [funcionárias readaptadas] é muito discriminada pelos colegas (Estrela Alfa Sirrah).

A violência sutil não deixa marcas no corpo, mas deixa cicatrizes na autoestima e autoimagem das suas vítimas. Além de terem que conviver com as limitações físicas provenientes de doenças ocupacionais, os sentimentos de desvalorização e de desmotivação são recorrentes, tornando a experiência e o ambiente de trabalho adoecidos para as vítimas.

A violência sexual aparece em dois contextos distintos: no trabalho e no ambiente familiar. O assédio sexual, foi mencionado por 3 participantes, com sofrimento e revolta. A vergonha e o medo de perder o emprego inibem as denúncias, o que implica, na maioria das vezes, em continuarem a conviver com o agressor. A necessidade de permanência no emprego e a contínua exposição a novos episódios de assédio e retaliação podem comprometer seriamente a saúde mental das funcionárias.

Já apontamos que o abuso sexual aparece em duas ocasiões na voz das mulheres. A estrela Alfa Sirrah fala sobre as consequências que o episódio trouxe para a sua saúde sexual e emocional:

Ele não me machucou, mas fiquei abatida emocionalmente. Fiquei mal pra caramba, fiquei doente. Não conversei com ninguém, tinha vergonha. Isso foi um trauma na minha vida. (...) Isso permaneceu por um longo tempo, depois conheci um rapaz muito legal, mas não conseguia sentir êxtase, prazer porque a nossa mente é uma coisa muito devoradora.

A Estrela Alfa Sirrah não apenas se refere ao sofrimento trazido pela ocasião do trauma, mas ressalta que a maior marca sentida é a psicológica. Assim, a voz das mulheres

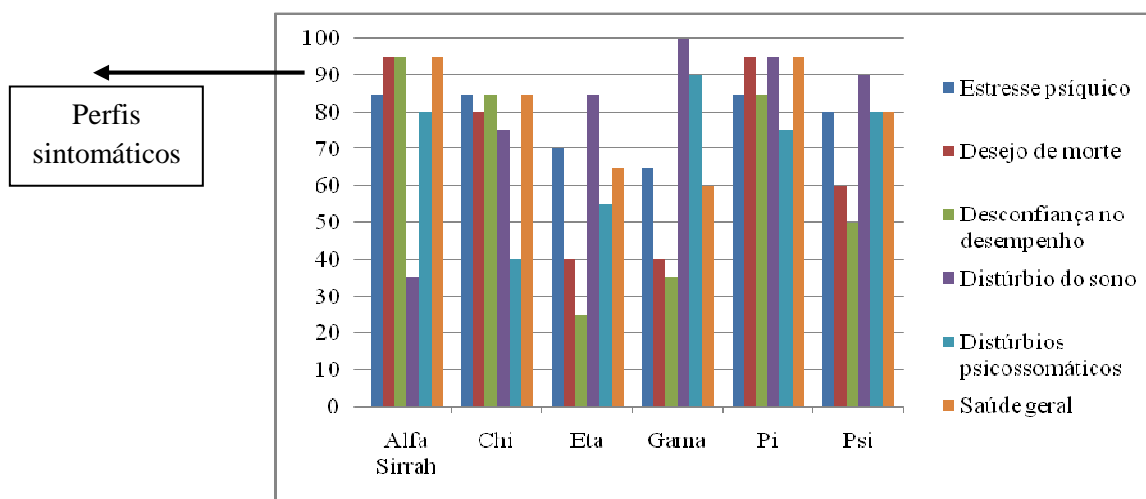
entrevistadas aponta: 1) a existência dos três fenômenos no seu cotidiano: o assédio moral, o assédio sexual, e o estupro; 2) os eventos são permeados por sentimentos de vergonha e de desvalorização; e 3) as múltiplas formas de violência sexual afetam diretamente a vida das vítimas, trazendo consequências deletérias para a saúde mental.

5.3. Saúde mental

Os dilemas associados aos múltiplos papéis estão incisivamente relacionados à qualidade de vida das mulheres ao redor do mundo. No PIM não é diferente. O trabalho doméstico e as responsabilidades inerentes à maternidade aparecem na voz das estrelas da Constelação Andrômeda como o maior desafio a ser administrado. A dificuldade em lidar com os variados papéis traz sentimentos de desvalia e culpa, principalmente pelas trabalhadoras com filhos/as. Apesar de valorizarem seu trabalho, a necessidade e a opção de manterem um trabalho remunerado exigem longos períodos fora do lar – que para elas, pode representar uma ameaça para o bem-estar da família. Aliado a isso, as longas jornadas de trabalho pesado na indústria, como já mencionado, além de trazer desgaste físico, é um forte componente de adoecimento psíquico.

Com o objetivo de sondar a situação da saúde mental dos três grupos de trabalhadoras, aplicamos nas participantes o QSG – Questionário de Saúde Geral de Goldberg. Escores acima de 90 indicam pessoas com perfil sintomático, escores entre 85 e 90 indicam casos limítrofes, e escores abaixo de 85 identificam pessoas sem perfil sintomático. Para as trabalhadoras da produção, encontramos o seguinte:

Resultado QSG – trabalhadoras da linha de produção



De acordo com as respostas obtidas no QSG, podemos apontar:

a) Estresse psíquico: Nenhuma das participantes se encontra no nível 90 – escore que equivale ao perfil sintomático. Contudo três delas – Alfa Sirrah, Chi e Pi – apresentam escores entre 85 e 90, o que caracteriza casos limítrofes de estresse.

b) Desejo de morte: Quatro participantes não apresentam sintomas de transtornos, já que possuem escores inferiores a 80. Contudo, as estrelas Alfa Sirrah e Pi têm níveis de adoecimento bastante preocupantes, pois ambas apresentam escore igual a 95. Sentimentos de inutilidade e falta de perspectiva podem torná-las fortes candidatas ao desenvolvimento de transtornos sérios, como depressão e até o suicídio.

c) Desconfiança no desempenho: A Estrela Alfa Sirrah apresenta novamente o escore de 95 que caracteriza um perfil sintomático. As estrelas Chi e Pi também têm níveis altos no que concerne sentimentos de incapacidade para desenvolver as tarefas cotidianas. As demais participantes são mais otimistas, e apresentam pontuações bastante favoráveis.

d) Distúrbios de sono: Este item revela a má qualidade do sono de quatro das seis participantes. As estrelas Pi, Psi e Gama apresentam escores acima da faixa de 90, que caracteriza a existência de distúrbios do sono. A Estrela Gama atingiu o escore máximo – 100, demonstrando extrema vulnerabilidade ao adoecimento psíquico. A Estrela Eta apresenta uma

vulnerabilidade limítrofe ao desenvolvimento de sintomas, em virtude da má qualidade do sono.

e) Distúrbios psicossomáticos: Neste item novamente as estrelas Alfa Sirra e Pi apresentam respostas preocupantes. Ambas apresentaram um escore de 95, indicando a existência significativa de distúrbios psicossomáticos. A Estrela Chi apresenta um escore equivalente a casos limítrofes. De acordo com o QSG, as demais não apresentam sintomas.

f) Saúde geral: Este item, com base nos sintomas supracitados, realiza uma espécie de avaliação global. As pontuações obtidas são coerentes com o que indicamos nos itens anteriores. As Estrelas Alfa Sirrah e Pi são as participantes que apresentaram maior vulnerabilidade ao adoecimento psíquico. A Estrela Chi apresenta um escore que a coloca no nível de perfis limítrofes de adoecimento. As demais participantes, embora estejam fora do grupo de risco, também merecem atenção.

A difícil arte de coordenar as diferentes tarefas atribuídas às trabalhadoras; a exposição às várias situações estressantes e até violentas (como assédio sexual, assédio moral, estupro); uma carga horária de trabalho exaustiva, além de uma situação desfavorável no trabalho, aliadas às condições precárias de vida ao longo da história das participantes são determinantes para que elas estejam vulneráveis ao adoecimento psíquico. Como mencionado, as políticas públicas de saúde para mulheres ainda estão reduzidas aos atendimentos gineco-obstétricos. Medidas que contemplem o conceito de saúde da OMS – saúde multideterminada – devem ser introduzidas nos programas de atenção integral à mulher: além da saúde física, a saúde mental, social e espiritual devem estar abarcadas. Sugerimos também, projetos de saúde sensíveis aos horários e múltiplas jornadas de mulheres trabalhadoras; além de uma maior atenção por parte dos/as empregadores/as para a vulnerabilidade e a condição de desvantagem das funcionárias da produção no PIM.

6. Expectativas

As expectativas das participantes estão divididas em três eixos: a) acadêmico: três delas sonham em fazer e/ou terminar um curso universitário, como uma possibilidade de terem um novo trabalho mais gratificante; b) conjugal: namorar e casar aparece como prioridade para duas participantes e; c) familiar: o mais importante no futuro de uma das entrevistadas é a realização das filhas. Com tantos planos e sonhos, se fosse possível definir este grupo de mulheres em uma palavra, seria resiliência. Resiliência é:

A capacidade de uma pessoa sair da adversidade fortalecida e dona de maiores recursos. Trata-se de um processo ativo de resistência, adaptação e crescimento como resposta às crises e aos desafios da vida (Froma Walsh, 2004, p. 26).

Resiliência é uma capacidade comum aos seres humanos. Para além da simples resistência das pessoas diante de eventos estressantes, a resiliência é a capacidade de sair fortalecido de momentos difíceis, e continuar a ter um desenvolvimento saudável. Os múltiplos dilemas e dificuldades à que elas estão expostas seriam o suficiente para tirar dessas mulheres a garra e a força de vontade. Mas, ao contrário, a partir da voz das estrelas da Constelação Andrômeda, os desafios servem de combustível para acreditar em novos sonhos e viver novas experiências.

4.2. Constelação Virgem: Trabalhadoras da Administração

“Pra eu me realizar eu preciso dos dois,
Da minha carreira e da minha família.
Minha vida se completa com os dois”
(Estrela Beta).

Nome	Idade	Estado Civil	Filhos
Alfa Spica*	18	Solteira	0
Epsilon	18	Solteira	0
Teta	23	Solteira	0
Iota	27	Solteira	0
Beta	34	Casada	1
Delta	50	Casada	2

*Participou do grupo focal e de uma entrevista individual

1. Vida de mulheres e condições femininas

1.1. Multiplicidade

As mulheres são múltiplas. Para as estrelas da Constelação Andrômeda, a dificuldade de dar um conceito para *o ser mulher* é problemático porque abarca muitas dimensões diferentes. Os papéis, situações e responsabilidades vão depender de cada mulher. Para elas, essas variáveis vão se entrecruzar e determinar diferentes modos de ser mulher.

É sempre cobrado o cuidado e o zelo como responsabilidades femininas, mas eu acho que isso é muito individual. Vai depender de cada mulher (Estrela Iota).

O reconhecimento de que não existe uma única forma de ser mulher é ressaltado no grupo. Assim, é importante que estudos dêem visibilidade às condições femininas considerando especificidades regionais e individuais. Esse se constitui um desafio não apenas aos pesquisadores/as envolvidos com as questões da mulher na Amazônia, mas também nos estudos atuais que contemplem gênero e as condições femininas no mundo (Fougeryllas-Schwebel, Lépinard & Varikas, 2006).

Responsabilidade e batalha foram os sinônimos atribuídos ao *ser mulher* pelas estrelas da Constelação Virgem:

Vida de mulher já é uma batalha desde quando nasce. Desde sempre você já tem a responsabilidade de cuidar de alguma coisa dentro de casa (Estrela Iota).

Normalmente as mulheres têm que trabalhar muito. A vida de mulher é muito sacrificada (Estrela Delta).

As exigências são maiores para as mulheres, principalmente no seio familiar. A reflexão sobre a capacidade e a força das mulheres, em comparação aos homens, sugere uma contradição. Em alguns momentos, as mulheres têm mais forças que os homens para atender às exigências. O dinamismo e a capacidade da mulher em realizar várias atividades ao mesmo tempo são vistos como pontos positivos entre elas. Contudo, a essência feminina do trabalho e do cuidado podem se constituir como uma nova forma de aprisionamento, pois desperta sentimentos ambíguos no grupo. A teoria de Ferreira (2004) sobre o sexismo benevolente, na

qual as características vistas como tradicionalmente femininas são ressaltadas para que as mulheres continuem em lugar de desvantagem pode nos ajudar a refletir sobre essa contradição presente nos discursos. Elas são gratas pela força inerente ao sexo feminino, mas se queixam da alta exigência vivida pelas mulheres e da assimetria quanto às responsabilidades domésticas.

1.2. Papel da mulher na família e na sociedade

Para as estrelas da Constelação Virgem, o papel da mulher é preponderante na família. Ela é a maior responsável pela manutenção dos laços familiares e a sua importância é percebida na figura da mãe e das avós. Avós não são mencionados e os pais, quando o são, são retratados como ausentes e pouco participativos. Até na maternidade, o papel masculino é minimizado:

Se não é a mulher, não é o homem que é a estrutura da casa, nem da família. Ela controla e coordena as coisas dentro de casa (Estrela Teta).

Na época que acabou meu primeiro casamento, eu resolvi que queria ter uma família. Eu resolvi “pois agora eu vou ter minha filha, com ou sem marido” (Estrela Beta).

Não penso em casar, mas penso em ter filhos (Estrela Alfa Spica).

A pouca participação masculina resgata, mais uma vez, o mito das guerreiras Amazonas. Na lenda, as mulheres utilizam-se dos homens de outras nações indígenas para serem fecundadas: para elas, esse é seu único papel. Na voz das mulheres entrevistadas, gravidez e criação de filhos são desvinculadas do casamento. A maternidade tem importância fundamental, enquanto o casamento ocupa um plano secundário.

Diferente da cultura patriarcal do colono, onde o casamento é obrigatório – principalmente para famílias abastadas – para mulheres de cultura cabocla, herdeiras de costumes indígenas – o casamento é uma das possibilidades de vida, não a única. A opção de iniciar e terminar um casamento consensual, a partir do desejo feminino – é uma importante pista da liberdade de escolha e de decisão no seio familiar. O fato de terem filhos não as impede de optarem pela separação, uma vez que as avós ocupam importante papel na criação

dos netos. Com o apoio da família de origem, casar/descasar não é um problema, muito menos algo que denigra a imagem das mulheres. A grande questão é que mesmo reconhecedoras da sua força decisiva na família, elas sofrem com a grande carga de responsabilidades:

Não tem jeito de mudar, vocês nasceram mulher vão continuar assim o resto da vida. A sociedade impõe e mais cedo ou mais tarde vocês vão ter conflitos com carreira profissional e família (Estrela Beta – fala dirigida às outras integrantes do grupo).

Apesar de legitimar a maior autonomia das mulheres, o lugar secundário do homem na família tem outra face. Como um verdadeiro presente de grego, a violência benevolente que exalta as características femininas na Amazônia – mulher guerreira, forte, livre – vem acompanhada de verdadeiros dilemas. O grande número de tarefas e a maior exigência a que mulheres estão expostas acabam por torná-las escravas da sua condição de ser mulher. A fala da Estrela Beta dá pistas dos conflitos gerados pelo alto grau de responsabilidade e desesperança sobre as mudanças nessa condição. Contudo, ao final do seu desabafo, ela conclui:

Acho que tudo que a gente faz, os homens podem fazer. Mas a gente tem aquela responsabilidade.

A contradição sobre a maior força da mulher ressurge. Fica evidente que, para as entrevistadas, não apenas a força da mulher é superior em relação aos homens, mas o grau de exigência direcionado a elas é bem maior.

O papel da mulher na sociedade, para as participantes do grupo, se constitui como uma extensão do papel de destaque na família. Na sociedade de Manaus, as mulheres são tão importantes que significam o próprio desenvolvimento. Elas estão inseridas nos mais diversos setores da economia e, gradativamente, elas estão ocupando espaços que até então eram preteridos para elas. Elas exemplificam a inserção da mulher no ramo da construção civil e a existência de motoristas de ônibus mulheres para afirmar que mudanças estão acontecendo.

Mas, apontam que embora essa realidade cresça em números, as mulheres continuam sendo desrespeitadas no trânsito, e principalmente, no mercado de trabalho.

1.3. Direitos e deveres

Para as estrelas da Constelação Virgem, direitos e deveres não são divididos igualmente entre os sexos. Atividades domésticas, como cuidar da casa, do marido e filhos/as são deveres femininos. Mas elas desnaturalizam essa responsabilidade e atribuem à forma como as mulheres são educadas desde cedo e à maior cobrança que recebem por parte da família e da sociedade. Para elas, gênero e papéis sexuais são construídos e reproduzidos a partir dos valores sociais vigentes em determinado lugar e época.

Elas relatam que homens e mulheres têm sentimentos ambíguos sobre os novos modelos de *ser homem* e *mulher*. No contexto dessa discussão, o questionamento do papel do homem como o único provedor e da mulher como única responsável pelas atividades doméstica aparecem.

As atividades domésticas dentro de casa não são divididas da forma como deveria. Acho que precisa da conscientização dos governantes, maridos, filhos. Os homens, em determinadas horas, concordam com direitos iguais. Mas quando é vantajoso, eles querem a gente no pé deles (Estrela Teta).

Tenho uma amiga que concorda com os direitos iguais na hora de lavar a louça, mas na hora de pagar a conta, ele tem que pagar (Estrela Epsilon).

Os conflitos decorrentes da coexistência de papéis tradicionais e igualitários, teorizado por Negreiros & Féres-Carneiro (2003), voltam a surgir – agora na voz das trabalhadoras da área administrativa. A confusão existe tanto para homens, quanto para mulheres, que tentam reorganizar e reinventar papéis que sejam razoáveis para as novas organizações sociais e familiares. A divisão de direitos e deveres iguais é assumida como o ideal, mas ainda recai ao homem o duro lugar de provedor, e à mulher as obrigações com o lar.

À fala da Estrela Epsilon sobre quem deve pagar a conta em um encontro romântico, a Estrela Iota dá uma justificativa:

O homem tem que pagar o jantar porque a mulher tem gastos que ele não tem, com o cabelo, com a unha e com a roupa.

Com uma pitada de humor, a Estrela Iota apontou uma fator que, embora não explique a complicada questão sobre “a hora de pagar a conta”, ela introduz uma importante preocupação das mulheres: padrões de beleza. Essa afirmação da entrevistada, leva-nos a concordar com Priore (2000) quando afirma que a exigências estéticas são mais incisivas na experiência feminina. Rita Debert (1999) afirma que o Brasil é o campeão mundial em realização de cirurgias plástica e vendas de produtos cosméticos e de rejuvenescimento. Além de gasto de energia e de tempo, cuidar do corpo consome uma importante parte dos ganhos femininos. Apesar de apresentarem um discursivo liberal e moderno, a ideia tradicional de “homem tem dinheiro” e “mulher tem que ser bonita” ainda é um pensamento compartilhado entre esse grupo de mulheres, e também no mercado de trabalho.

No PIM, boa aparência é exigida como um pré-requisito para as candidatas a uma vaga. Algumas vezes esses padrões de beleza aparecem em anúncios de jornais, sempre dirigidos às candidatas – e não aos candidatos. Bandeira & Batista (2002) consideram que esses tipos de práticas tão presentes no mercado de trabalho constituem formas de preconceito e discriminação legitimadas. Padrões de beleza em que, em geral, exaltam aspectos físicos caucasianos escondem a desvalorização contra pessoas de raças/etnia e características estéticas não-dominantes.

2. Trabalho

2.1. Significado do trabalho

No questionário sociodemográfico, perguntamos às mulheres o motivo que as faziam optar por um trabalho remunerado. Na Constelação Virgem não temos respostas unânimes. Metade do grupo atribuiu à necessidade financeira o principal motivador; duas responderam que o trabalho é importante para a construção e valorização da identidade feminina; e apenas

uma respondeu que o trabalho é importante para a futura aposentadoria. A questão financeira continua a encabeçar a lista dos motivos que levam mulheres a buscar e permanecer no mercado de trabalho, mas durante a discussão no grupo, as outras dimensões ganham relevância.

Para as estrelas da Constelação Virgem, o trabalho tem vários significados. No grupo, elas apontaram o trabalho remunerado como um valor na vida de mulheres, pois ele promove realização pessoal, valorização, independência financeira e pessoal. O trabalho é primordial para as participantes, pois, com base nos relatos, além de estarem inseridas no mercado de trabalho desde cedo, ele ocupa um importante lugar na vida dessas mulheres.

A partir da fala da Estrela Delta, a mais velha do grupo, a importância do trabalho não é uma ideia atual, ela é compartilhada também por gerações anteriores, passadas de mães para filhas:

Minha mãe dizia pra mim que o meu marido era meu emprego, “se tu trabalhar toda a quinzena você tem seu dinheiro”.

Ao contrário do que aconteceu por séculos no mundo ocidental, onde o casamento era obrigatório; no conselho da mãe da estrela Delta, para mulheres, o trabalho ocupa um lugar privilegiado e o casamento surge como uma possibilidade e não uma obrigação.

2.2. Dilema no PIM trabalho x família

O trabalho no PIM, desperta nas estrelas da Constelação Virgem sentimentos ambíguos.

As mulheres que trabalham no Distrito que têm filhos pequenos, elas não conseguem acompanhar o crescimento dos filhos. O trabalho no Distrito não atrapalha, mas dificulta (Estrela Iota).

Para elas, a maior desvantagem em ser funcionária do PIM é a carga horária de trabalho. No ambiente de trabalho, a cobrança é intensa e não corresponder a ela pode significar demissão e perda do emprego. A necessidade de se manter empregadas acaba por obrigá-las a passar muito tempo na empresa. Assim, pouco sensíveis às necessidades pessoais dos/as

trabalhadores/as, a carga horária nas indústrias dificulta uma convivência familiar mais próxima. O dilema é vivido tanto por mulheres solteiras quanto casadas, com filhos ou sem filhos. A exigência de dedicação não vem sozinha, vem acompanhada de culpa e incerteza quanto à educação dos/as filhos/as e quanto ao bem-estar de pais/mães idosos/as.

As mulheres alcançaram importantes direitos civis, mas os deveres com o lar ainda são vistos como naturalmente femininos. Responsabilidades domésticas, cuidado com crianças, idosos e doentes são encargos das mulheres. A cultura patriarcal, ainda continua incentivando nas meninas, a maturidade, a dedicação aos afazeres e ao cuidados com outrem. Essa exigência, além de negá-las a infância, pode acarretar sofrimento e tristeza.

A Estrela Alfa Spica relatou que desde os 11 anos de idade, enquanto a mãe trabalhava, todo o serviço doméstico era sua obrigação. Para ela, esse foi o pior momento da sua vida:

Só era eu pra tudo, já estava entrando em desespero, quase entrei em depressão. Chegou um tempo que eu pensei em me matar.

A atividade doméstica era encarada com naturalidade, mas foi a exigência exacerbada que levou a Estrela Alfa Spica a adoecer emocionalmente, e até pensar em suicídio. Desde cedo, mulheres têm que aprender a viver sob pressão. A saúde, sobretudo, a mental, é o ônus dessa responsabilidade.

Perguntamos às entrevistadas como elas se organizam, no dia-a-dia, para realizar os serviços domésticos. Três participantes responderam que são responsáveis por todos os serviços domésticos; uma respondeu que realiza metade das tarefas; e duas responderam que desempenham menos da metade das atividades. Quando discutiram no grupo, elas foram unânimes em reconhecer as atividades domésticas como o principal obstáculo para uma experiência feminina menos onerosa. Contudo, o reconhecimento de que há um peso maior para as casadas e mães também foi mencionado.

Na voz das Estrelas Beta e Delta, as casadas do grupo, a participação e a compreensão do marido são fundamentais. Mas elas afirmam que esse é um privilégio de poucas, pois no

final das contas, mulheres casadas têm que ter uma habilidade sobre-humana para, ao mesmo tempo, gozar uma vida conjugal satisfatória, educar os filhos em segurança e manter seu trabalho no PIM. No questionário sociodemográfico, no item sobre o cuidado com os filhos, a Estrela Beta, respondeu que participava de todas as atividades de educação e cuidado com a filha de 2 anos. A Estrela Delta, mãe de dois adolescentes, mencionou ser responsável por metade das atividades. Embora, elas vivam ciclos de vida distintos, afirmam que a pouca participação dos parceiros na vida dos filhos é motivo para conflitos e brigas conjugais.

O trabalho na indústria, em muitos momentos, exige que elas dediquem tempo extra as suas atividades, o que muitas vezes não é compreendido por seus parceiros. Problemas como esses, são os principais motivos que levam casais a viverem conflitos e/ou se separarem, e as mulheres solteiras a adiarem a formação de suas próprias famílias:

Hoje estou mais interessada em colocar um anel de formatura do que uma aliança de casamento no meu dedo (Estrela Teta).

No Brasil, 10,4% dos lares é unipessoal, no Amazonas esse percentual é de 8,8%. Essa é uma tendência da contemporaneidade. Com a mudança no estilo de vida e nos padrões socialmente aceitos, o casamento e a formação familiar tendem a ser adiados (Barbosa & Rocha-Coutinho, 2007; Lucila Scavone, 2001).

Apesar de muitas dificuldades e dilemas, entre as estrelas da Constelação Virgem o trabalho não é só sofrimento. As queixas são relativas à divisão desleal de responsabilidades no seio familiar e à exigente carga horária do PIM. Contudo, para a autoestima e autovalorização, o trabalho ocupa um espaço privilegiado. Para elas, a felicidade depende do bom ajustamento entre as obrigações com a família e com o trabalho. Sem um deles, elas sentir-se-iam incompletas.

2.3. Desvantagem em oportunidades

Diferente do que encontramos na fala das trabalhadoras da produção, as estrelas da Constelação Virgem se sentem em desvantagem em termos salariais e de carreira.

Ainda continua existindo prioridade para os homens. Muitas vezes, um homem na mesma função que uma mulher, ele ganha mais do que a mulher. Em muitos lugares, pode até não existir essa diferença, mas no meio em que eu vivo, as dificuldades são maiores (Estrela Iota).

Esta fala se coaduna com estudos anteriores (Barbosa, 2007; Costa 2000/2001; Torres, 2005) quanto ao fato da mão-de-obra feminina no PIM se concentrar em atividades com menores remunerações. Diferenças biológicas são usadas para atestar a menor resistência das mulheres, e o sexismo benevolente que professa a fragilidade das mulheres é usado para justificar piores condições de trabalho e menores benefícios empregatícios. Trabalhos considerados leves, também são considerados menos importantes e, por isso, é “razoável” que tenham menores salários.

Na prática não é bem assim. Costa (2000/2001) encontrou em um estudo realizado em duas indústrias do PIM que muitas mulheres desenvolviam vários problemas no sistema geniturinários por permanecerem em pé por longas horas no período do trabalho. Além disso, patologias ocupacionais ortopédicas e oftalmológicas, são recorrentes entre as trabalhadoras do PIM. Esses dados confirmam que o discurso de “trabalho leve” serve apenas para legitimar menores salários.

Além de menores salários, para as mulheres, as promoções são mais difíceis. As múltiplas jornadas de trabalho dificultam o acesso das mulheres a cursos de aperfeiçoamento e qualificação. Aliado a isso, políticas de contratação das fábricas do PIM, em geral, obedecem a uma lógica pautada na desvalorização da mão-de-obra local e feminina. Em muitas ocasiões, nos recrutamentos para cargos de chefia e gerência, ser homem é pré-requisito. Em outros processos de seleção para cargos de alto nível hierárquico, só podem se candidatar às vagas, homens estrangeiros – em geral, europeus, asiáticos e americanos – ou homens nascidos nas regiões sul e sudeste do Brasil.

Torres (2005) recorre às ideologias etnocentristas para explicar que a desvalorização da mão-de-obra nativa no PIM; e, aos dispositivos sexistas de dominação para compreender a

exploração de mulheres trabalhadoras. Sua ideia é a de que, estereótipos sobre a incapacidade e lascividade feminina justificam as maiores dificuldades das mulheres em ocupar melhores cargos e salários no espaço fabril.

2.4. Assédio sexual no trabalho

O assédio sexual também esteve presente na fala de uma das estrelas da Constelação Virgem. Contudo, o fenômeno só se tornou visível durante a entrevista individual realizada com a Estrela Alfa Spica. Ela relatou que vem sendo convidada desde a época que era menor de idade a sair com o chefe. Contudo, a falta de informação sobre o assunto a impediu de reconhecer – até o momento da entrevista – que estava sendo vítima de assédio sexual. Ela afirmou que por não ter aceitado os “convites” do chefe, ela estava sofrendo retaliações. Já apontamos como o assédio pode tornar a vida de mulheres trabalhadoras mais difícil do que já é. Embora sejam amparadas juridicamente, o medo de perder o emprego e – nesse caso – a ignorância dos seus direitos impedem que muitas mulheres denunciem os casos. A contínua exposição a olhares e palavras condenatórias – de chefes e colegas; e as represálias pela não aceitação do sexo como outra atribuição do cargo são motivos suficientes para que as vítimas vivam horas de extremo estresse e angústia. Essas situações se refletem intensamente na saúde mental e na motivação de mulheres em continuar a desenvolver suas atividades.

3. Preconceito

A intolerância cultural é fenômeno que foi vivido por inúmeros povos, em diferentes momentos da história. No Novo Mundo, a cultura dominante dizimou milhares de tribos indígenas. Atualmente, embora com práticas mais brandas, o desrespeito e desvalorização ainda se fazem presentes, subjugando os povos amazônicos. No Amazonas e, principalmente, no PIM, mulheres e homens precisam viver cotidianamente com esses estigmas (Spindel, 1987; Torres, 2005). O trabalho exige que pessoas de diversas partes do mundo, com culturas

distintas tenham uma convivência próxima. Vários ingredientes culturais tão distintos podem tornar a convivência bastante conflituosa. No grupo Constelação Virgem, o preconceito ocupa um espaço significativo na voz das participantes.

Nós amazonenses temos a fama de preguiçosos. Também dizem que aqui a coisa é mais solta [sexualmente], porque aqui tem muitas mulheres... Não sei se a fama é verdadeira ou não, mas acho que nós somos mais receptivos.

Para as estrelas da Constelação Virgem, o preconceito que sofrem engloba: a incapacidade intelectual, direcionada a homens e mulheres; e a permissividade sexual, que ofende, especificamente, a dignidade das funcionárias do PIM.

3.1. Preconceito por ser amazonense

No que tange a incapacidade intelectual, muitas críticas são feitas em tom de revolta. Elas admitem que o menor acesso dos/as amazonenses a cursos de qualificação e pós-graduação é uma justificativa razoável para a preferência em contratar candidatos vindos das regiões sul e sudeste. Contudo, elas apontam que essa é uma realidade que explica um número mínimo dos casos, já que na maioria das situações, a escolha é pautada no preconceito e na desvalorização da mão-de-obra local:

Acho que o que mais desaponta é você ir pra algum lugar e a pessoa ficar deslumbrada com a tua conversa, como se você não tivesse educação. Acho que, no mínimo, elas esperam que você fale tupi (Estrela Epsilon)

Quando isso acontece, na maioria dos casos, é porque a pessoa não valoriza a nossa mão-de-obra, por achar que não tem ninguém à altura. Eles trazem gente de fora porque acham que os daqui não vão dá conta (Estrela Iota).

Nesse contexto, concordamos com Adams, Murrieta & Neves (2008) quando afirmam que o estado limitado das sociedades amazônicas, no discurso dominador, é justificado por fatores naturais, não levando em consideração fatores históricos. A fama que considera *os amazonenses preguiçosos pela influência indígena* não é analisada criticamente. A desvantagem na qualificação dos amazonenses é naturalizada, quando a natureza pouco tem a ver com essa situação. A industrialização tardia e o descaso por parte dos governos no que se

refere às sociedades amazônicas são justificativas mais coerentes. As diferenças culturais são naturalizadas com objetivos óbvios de dominação.

3.2. Preconceito por ser mulher amazonense

Esse é o tipo de coisa que não se pode comparar. É cultura e ela influencia a imagem que as pessoas têm de nós. Se eles têm esse ponto de vista como população, imagina como mulher (Estrela Teta).

Uma amiga minha daqui [do Amazonas] casou e vive no Rio há muitos anos. Um dia ouvi ela conversando com a minha mãe, e ela disse: "... Porque você sabe, né? Aqui é um prostíbulo". Fui lá e disse poucas e boas pra ela (Estrela Beta).

O preconceito não está presente apenas na sociedade amazonense. Para as entrevistadas, em outras regiões do país, o Amazonas é mal visto. As diferenças culturais são tratadas com orgulho, mas, para elas, a mídia tem uma influência nociva na construção da imagem dos/as amazonenses:

Quando vão falar do Amazonas na televisão, só mostram índias dançando (Estrela Epsilon).

A Milena do Big Brother [programa de televisão] falou que as mulheres amazonenses são liberais. Ela devia falar por ela e não pelas mulheres do Amazonas (Estrela Teta).

Imagens veiculadas nos meios de comunicação contribuem para que a cultura cabocla e seja confundida com vulgaridade. Além disso, a natureza exuberante, muitas vezes, é percebida como sinal de atraso e subdesenvolvimento tecnológico. A Estrela Beta valoriza a herança indígena, mas ressalta:

Eu sou índia mesmo e com muito orgulho, mas a gente tem coisas aqui que eles não têm lá. Acho que tentam de toda a maneira que o nosso diferencial seja desvalorizado.

Nas falas da participante, as diferenças são utilizadas para justificar a dominação. No PIM práticas sexistas e etnocêntricas são utilizadas para desvalorizar trabalhadoras:

Em certos lugares ainda somos discriminadas. Antes quando o seu marido falava pra um amigo que você trabalhava no Distrito, diziam que ele era chifrudo. Não acho que o preconceito mudou, apenas diminuiu (Estrela Delta).

Os estereótipos vitimizam triplamente as trabalhadoras do PIM: por serem mulheres, naturais do Amazonas e trabalhadoras do PIM. As participantes são bastantes críticas quanto à desqualificação a que estão expostas. Além de serem vistas como despreparadas

profissionalmente, elas precisam conviver com a imagem de mulheres disponíveis sexualmente e infiéis.

Na discussão, elas admitem o fato das mulheres amazonenses terem atitudes onde se expressam uma maior liberdade sexual:

Somos fogosas sim, tem um bom índice de mulher fogosa aqui (Estrela Beta).

Contudo, é a tendência em reduzir e generalizar – características próprias do preconceito – que as incomoda. Os estereótipos falam apenas de uma pequena parte da realidade; e as atitudes generalizantes são as responsáveis pela reprodução dos preconceitos e por tornar invisíveis as individualidades.

4. Relacionamentos e Sexualidade

A partir de meados do século XX, as mulheres passaram a reivindicar direitos mais igualitários. Esses direitos não se resumiram àqueles civis e políticos, mas também envolviam a transformação de alguns valores e padrões sociais relativos às dimensões afetivas e sexuais. Uma identidade feminina – para além do papel de esposa e mãe – passa não apenas a ser construída, mas desejada. Relacionamentos afetivos não foram excluídos dessa identidade, mas passaram a ser uma entre as tantas dimensões. O adiamento de casamento e de planos familiares possibilita que mulheres de hoje vivam uma fase nunca vivida antes: na condição de adulta jovem, o namoro é um momento importante de escolhas e decisões para o futuro. E a sexualidade é encarada mais do que um direito, é uma dimensão importante da experiência feminina (Féres-Carneiro, 1998; Machado, 2001).

4.1. Namoro e casamento

Assim como as trabalhadoras da produção, as estrelas da Constelação Virgem identificam diferenças marcantes entre condições de mulheres casadas e solteiras:

O fato de ser namorada ou casada existe um buraco bem grande porque num namoro não tem aquele vínculo, aquela responsabilidade (Estrela Iota).

Para as entrevistadas, em um namoro, as exigências e responsabilidades femininas são mais brandas, em relação ao casamento. Mas o cuidado, como “parte da essência feminina” representa prova de amor e zelo. Por esse motivo, ao final das discussões elas concluem que independente do estado civil, as responsabilidades de cuidar do outro e da relação acabam recaindo sobre as mulheres.

As responsabilidades, seja num namoro, seja num casamento acabam caindo mesmo pra nós mulheres (Estrela Beta).

Quando questionadas sobre o que esperam do casamento, tivemos três respostas distintas: 1) para a Estrela Delta, nascida na década de 50, além da maior carga de trabalho e cuidado, ter maior compreensão para com o marido são os ingredientes para um casamento feliz; 2) para a Estrela Beta, recém-casada, o importante em um casamento é a parceria no zelo e no cuidado um com o outro; e 3) as quatro participantes solteiras não têm pretensão de casar, elas consideram a possibilidade do casamento como planos para um futuro distante.

As três respostas diferentes são compreensíveis quando levamos em consideração que as participantes do grupo correspondem a três gerações diferentes. O discurso da primeira reflete uma educação mais tradicional, em que a resignação e a compreensão eram valorizadas como qualidades de uma esposa. A segunda resposta já mostra uma atitude em que as relações são perpassadas por direitos e valores mais igualitários. As participantes solteiras se mostraram mais resistentes ao casamento, pois elas foram influenciadas por ideias contemporâneas sobre um novo ideal de mulher, em que o trabalho e a escolarização ocupam um lugar de prioridade, em relação à formação familiar (Carter & McGoldrick, 1995).

4.2. Corpo e sexualidade

Na voz das estrelas da Constelação Virgem, a sexualidade é uma importante dimensão na vida das mulheres. Contudo, em muitos momentos, uma vivência tranquila da sexualidade é negada a elas. Fofocas e difamações são os novos cintos de castidade e práticas vexatórias

que fragmentam mulheres em figuras extremadas são vivenciadas como conflitos identitários (Perelberg, 1994).

Isso [estereótipos] é muito chato. Se a gente faz ou se a gente não faz é mal falada do mesmo jeito. Independente do que se faça, sempre vão falar mal. As pessoas gostam de julgar. A gente é julgada toda a hora. Nunca aconteceu nada sério, mas piadinhas sempre acontecem 'gostosa, vamos sair hoje, vai dançar lá em casa' (Estrela Alfa Spica).

A gente fica pensando, não se pode colocar as mulheres nem muito embaixo, nem muito em cima, porque cada pessoa é única (Estrela Teta).

As estrelas Alfa Spica e Teta afirmam que essas situações são vividas com estresse e aborrecimento, mas que a atitude quanto à sexualidade é muito individual. Para a Estrela Alfa Spica, a tentativa de denegrir a sua imagem não a impede de agir de acordo com seus desejos e vontades. Para ela, no que se refere à sexualidade, não existe um único padrão socialmente aceito, pois ainda que uma moça siga regras sexuais rígidas, ela ainda corre o risco de ser vítima de boatos e rumores sobre aquilo que esconde. Para a Estrela Alfa Spica, o que parece ser padrão é que, independente da atitude que uma mulher tenha, ela sempre estará sob olhares condenatórios.

As estrelas da Constelação Virgem consideram que direitos sexuais igualitários ainda é uma conquista a ser alcançada pelas mulheres. Segundo elas, em muitas situações, já é possível perceber uma simetria entre os sexos, mas que no comportamento sexual, as mulheres ainda são tolhidas:

A mulher tem direitos iguais, mas ela não pode tomar a atitude de chegar em quem ela quer? Acho legal pras que sentem à vontade de fazer isso (Estrela Beta).

As amazonenses não brincam, elas chegam sem lenga-lenga. Vai levar pro lado positivo ou negativo? (Estrela Teta).

Sobre o conteúdo cultural na formação da identidade sexual, o discurso é contraditório. Em alguns momentos elas concordam com a maior liberdade sexual das amazonenses. Contudo, elas reafirmam a importância da valorização das escolhas individuais; e da fuga de conceitos estereotipados e generalizantes, para que tanto a cultura cabocla, quanto as mulheres amazonenses sejam respeitadas.

5. Saúde

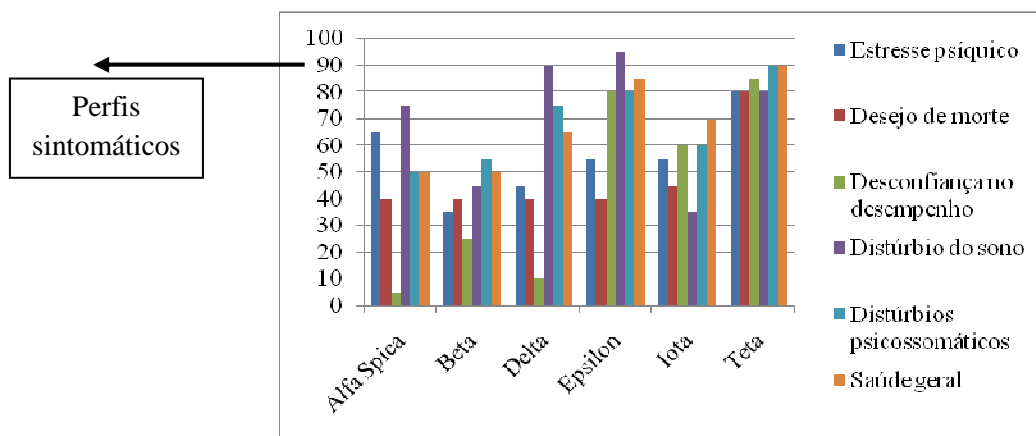
No grupo das estrelas da Constelação Virgem a saúde é pouca mencionada. Queixas relacionadas à saúde geral não aparecem no discurso. Mas, algumas questões relativas ao estilo de vida desse grupo de trabalhadoras, assim como exigências e pressões na família e no trabalho podem significar fatores de risco para a saúde mental.

5.1. Saúde Mental

Os resultados do QSG, aplicados no grupo, mostraram níveis de adoecimento psíquico inferiores ao grupo das mulheres trabalhadoras da produção. No QSG, quanto mais os escores das respondentes aproximam-se de 100, a vulnerabilidade de adoecimento psíquico é maior. O QSG permite identificar pessoas com perfil sintomático – quando os escores estão acima de 90; casos limítrofes – escores entre 85 e 90; e escores abaixo de 85 identificam pessoas sem perfil sintomático.

Para o grupo das trabalhadoras da área administrativa, encontramos o seguinte:

Resultado QSG – Trabalhadoras da Administração



a) Estresse psíquico: Nenhuma das participantes apresentou escore igual ou acima de 85. Em outras palavras, as estrelas da Constelação Virgem não apresentaram perfis sintomáticos, nem casos limítrofes de vulnerabilidade ao adoecimento psíquico por estresse.

b) Desejo de morte: Cinco das seis funcionárias da área administrativa apresentam escores bastante satisfatórios, variando entre 40 e 45 pontos. A Estrela Epsilon apresentou

uma pontuação de 80. Apesar de estar bem acima dos escores encontrados para suas colegas, seu resultado neste item, apesar de significativo, deixou-a fora da faixa de perfis sintomáticos e limítrofes.

c) Desconfiança no desempenho: Neste item, houve grande flutuação nas respostas para o grupo. A Estrela Alfa Spica e a Estrela Delta apresentaram níveis de autoconfiança excelentes – 5 e 10, respectivamente. As Estrelas Beta e Iota também tiveram ótimos resultados, 25 pontos para a primeira e 60 para a segunda. Embora, a Estrela Teta não tenha chegado aos níveis de maior vulnerabilidade, ela já mostrou maior vulnerabilidade em relação às primeiras. A Estrela Epsilon apresentou o nível mais alto de vulnerabilidade no grupo. Sua pontuação de 85 a coloca no nível de perfis limítrofes.

d) Distúrbios do sono: Para os grupos das trabalhadoras da administração este foi o item com maiores pontuações. As Estrelas Teta e Alfa Spica apresentaram níveis moderados de vulnerabilidade aos distúrbios de sono. As Estrelas Beta e Iota apresentaram ótimos resultados para este item – 45 e 35, respectivamente, demonstrando que as duas participantes não apresentam distúrbios relacionados ao sono. Contudo, as Estrelas Delta e Epsilon apresentaram escores significativos – 90 e 95, respectivamente. Esses escores apontam que as duas participantes apresentam péssima qualidade de sono, colocando-as no nível de perfis sintomáticos.

e) Distúrbios psicossomáticos: Neste item, a Estrela Teta apresentou a maior pontuação, demonstrando que a participante está intensamente exposta ao adoecimento orgânico, relacionado às desordens psíquicas. Os escores de 80 e 75 deixam as Estrelas Epsilon e Delta fora do grupo de perfis sintomáticos e limítrofes, no entanto, é uma pontuação significativa que merece atenção. Para as demais participantes, o QSG apontou resultados satisfatórios.

f) Saúde Geral: Este item leva em consideração os resultados anteriores para apresentar uma avaliação global sobre a qualidade de vida das participantes. Quatro das seis

participantes apresentaram escores satisfatórios para este item. As Estrelas Epsilon e Teta apresentaram os maiores escores, colocando-as no grupo de maior risco – 85 e 90, respectivamente. É interessante notar que, ambas as participantes são solteiras e sem filhos. A análise prematura dessas informações, assim como a falta de um instrumento que pudesse investigar a vulnerabilidade de desordens psíquicas nas participantes, poderia levar-nos a colocá-las fora do grupo de risco e, assim, não dar a elas a devida atenção.

A partir da voz das participantes no grupo focal, entre os pontos cruciais, que podem levá-las ao adoecimento mental estão: a maior exigência com os afazeres domésticos direcionada às mulheres em todas as fases da vida; as cargas horárias exigentes; as desvantagens salariais e as menores chances de ascensão a cargos mais valorizados; os frequentes episódios de violência, como o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho; e a necessidade de corresponder a rígidos padrões de beleza. Esses são alguns desafios mencionados com revolta e sofrimentos pelas participantes, constituindo importantes fatores de risco para a saúde mental das mulheres entrevistadas.

6. Expectativas

Para esse grupo de mulheres, o estudo ocupa lugar privilegiado entre as expectativas e planos. Entre as quatro participantes solteiras, o maior desejo é o de concluir um curso universitário e/ou de pós-graduação. Nenhuma pretende se casar, ao passo que ter sua própria casa, o seu lugar é compartilhado entre elas:

Eu quero tanta coisa pro meu futuro. Primeiro, eu quero terminar meus estudos, fazer faculdade. Também quero comprar minha casa, ter minhas coisas. Mas eu não penso em casar. Talvez quando eu tiver uns 30 anos, porque eu saí de casa pra ter liberdade. Já fui muito presa, não quero isso pra minha vida de novo (Estrela Alfa Spica).

Eu quero passar no vestibular esse ano. Estou mais interessada em colocar um anel de formatura no meu dedo do que uma aliança (Estrela Epsilon).

Essas expectativas são facilmente entendidas quando lembramos o ciclo de vida e a geração a que elas pertencem. São mulheres jovens, que vivem uma fase não experienciada

por suas mães e avós. A realização profissional é prioridade, e a opção em casar e compor uma família é adiada o máximo possível (Barbosa & Rocha-Coutinho; Scavone, 2001). Abrir um negócio próprio e obter uma promoção são desejos relacionadas à melhoria da renda familiar e uma vida financeira mais confortável. Contudo, elas afirmam estarem satisfeitas e felizes com o trabalho que desempenham atualmente:

Pra mim não é sacrifício, eu gosto do que faço. Aqui me sinto bem, me realizo (Estrela Beta).

Eu gosto do meu trabalho. Acho que é uma valorização pra nós. É bom me sentir útil, valorizada (Estrela Delta).

Um desejo da Estrela Iota nos pareceu bastante curioso. A meta dela mais próxima é a de aprender a cozinhar. Ela é solteira e ainda vive com os pais. Na sua casa, onde os serviços domésticos são divididos igualmente, cozinhar para ela não é obrigação, é um hobby. Famílias onde os papéis são menos rígidos, as tarefas domésticas podem ser vividas com menos sofrimentos, possibilitando momentos de prazer em atividades corriqueiras do dia-a-dia.

4.3. Estrelas Alfa Antares e Alfa Veiga: Executivas

“Trocar pneu não é força... é jeito”.
(Estrela Alfa Veiga)

Nome	Idade	Estado Civil	Filhos
Alfa Antares*	43	Casada	3
Alfa Veiga*	40	Solteira	1

*Não houve grupo focal para as trabalhadoras executivas. Ambas foram entrevistadas individualmente.

1. Vida de mulheres e condições femininas

1.1. Vida de mulheres

A vida de mulheres, para as duas trabalhadoras executivas, é vista de forma bastante otimista. Para elas, *ser mulher* proporciona experiências únicas que jamais poderiam ser

experienciadas por pessoas do sexo masculino, como por exemplo, a maternidade. Diferente do que fora discutido dentro do grupo das trabalhadoras da produção, as executivas são gratas pelo fato de serem mulheres:

É bom ser mulher, é bom ser mãe. Eu não gostaria de ser homem (Estrela Alfa Antares).

Ser mulher é uma dádiva. A mulher é um ser com tantos dons que ela tem que agradecer todos os dias. Ela tem habilidade pra administrar várias situações ao mesmo tempo e conciliar isso com sensibilidade (Estrela Alfa Veiga).

Características conhecidas como tradicionalmente femininas também foram lembradas como uma espécie de dom feminino. A facilidade em administrar várias situações ao mesmo tempo, e a sensibilidade em reconhecer questões delicadas e sensíveis são ressaltadas como uma vantagem das mulheres. Para elas, esses fatores colocam as mulheres na frente dos homens, pois a determinação e a perspicácia femininas são bastante valorizadas por chefes e colegas de trabalho.

A vida pregressa das entrevistadas é marcada por exigência dos pais e trabalho duro. Embora elas tenham alcançado um lugar de destaque no mercado de trabalho, ambas são provenientes de famílias humildes, vindas do interior do Amazonas. Essa constatação exclui a fantasia de que elas teriam chegado a ocupar os cargos que ocupam atualmente, devido a melhores condições sociais ou possibilidades de estudo e qualificação. Segundo as próprias entrevistadas, elas tiveram a sorte de encontrar, ao longo da vida profissional, colegas e chefes que conseguiram reconhecer o potencial que tinham, a ponto de apostarem nelas.

A infância é relatada como difícil, cheia de obrigações com os serviços domésticos e com os irmãos menores:

Eu não tive um exemplo de infância, eu fui criada pra ter responsabilidades. Eu tinha que tomar conta dos irmãos mais novos. A responsabilidade sempre me foi imposta, acho que já nasci adulta (Estrela Alfa Veiga).

Hoje, eu tento passar pros meus filhos o que eu não tive na minha infância. Tenho só mais uma irmã, mas desde os 12 anos ela é meio “pirada”. Eu sempre fui muito diferente, praticamente só era eu para ajudar minha mãe (Estrela Alfa Antares).

Na vida das participantes, as mães têm influência considerável em relação aos pais. Os avôs não são comentados, contudo é a participação das avós na educação das Estrelas Antares e Veiga o que nos chama atenção. Para elas, as avós tiveram um lugar mais importante do que aquele atribuído às mães, uma vez que as últimas passavam a maior parte do tempo em trabalhos externos ou ocupadas com os/as filhos/as mais novos/as.

A infância de ambas foi permeada por obrigações e responsabilidades, principalmente com os estudos. Descreveram-se como estudiosas, esforçadas e, sobretudo, disciplinadas. A Estrela Alfa Veiga mencionou ter tido um desenvolvimento precoce. Ela é a única das participantes a falar do papel e da cobrança por parte do pai. A pressão e a exigência paterna foram decisivas para que tivesse tido uma escolarização acelerada, o que possibilitou o início da carreira profissional ainda muito jovem. Nesse ponto, ela converge com a Estrela Alfa Antares que começou a trabalhar aos 12 anos de idade. Contudo, elas seguiram repertórios de vida muito distintos.

A primeira, já iniciou a carreira em uma função de chefia e autoridade; enquanto a segunda, esteve inserida em vários cargos anteriormente. Essa diferença não significou apenas divergência no âmbito profissional. Ela se refletiu na vida pessoal, uma vez que melhores salários e condições de trabalho proporcionam uma vida mais confortável.

1.2. Papel na família

As entrevistadas ocupam um papel familiar bastante divergente. A Estrela Alfa Antares é a pessoa de referência na família, tanto nas atividades relativas aos cuidados com a casa e com os/as filhos/as; no que concerne à renda familiar – ela é casada e tem uma remuneração maior que a do marido. Ela relatou que o marido esteve bastante tempo desempregado e, que recentemente, ele fora admitido em um cargo bem inferior ao dela. A participante reconhece a importância de o marido estar empregado, mas, se ela pudesse escolher, preferia que ele permanecesse em casa, ocupando-se com o bem-estar da família.

Ele passou um tempo desempregado, faz pouco tempo que ele arrumou esse emprego. Ele era técnico em controle de qualidade, mas não tava conseguindo. Acabou aceitando um cargo na produção, só pra não ficar em casa.

Novas configurações familiares são cada vez mais recorrentes. A inversão de papéis e a criação de novos estilos de conjugalidade e de configurações familiares são estratégias para que as famílias se desenvolvam diante das adversidades e exigências em conciliar trabalho e família (Wagner, Predebon & Mosmann, 2005). Estudos que tenham foco nas novas condições masculinas são também relevantes para que os casais e as famílias tenham saúde diante de tantos desafios na contemporaneidade.

A Estrela Veiga tem um papel familiar bastante peculiar. Separada há mais de oito anos, ela mora só com o filho adolescente. A preocupação intensa com a carreira sempre foi a sua prioridade. Por esse motivo, a demanda de afazeres domésticos e de cuidado com o filho sempre foi amenizada com a ajuda incansável da família de origem:

Eu tenho uma família que me dá suporte para atender as necessidades básicas do meu filho.

Apesar de reconhecer a sua ausência na educação do filho, ela tem uma ótima relação com ele e tipifica:

A minha experiência de mãe é mais de irmã do que de mãe. Pelo fato de não ter vivido a minha adolescência, sempre vi meu filho como um irmão menor.

A tranquilidade em admitir possíveis falhas no seu papel de mãe, não minimiza a culpa pela supervalorização atribuída à carreira e à vida profissional:

Eu precisava ter dado mais atenção [à vida pessoal] porque eu continuei dando muita importância à minha vida profissional.

No questionário demográfico, no que tange a realização das atividades domésticas e do cuidado com os filhos, elas responderam:

	Atividades domésticas	Cuidado com os filhos
Alfa Antares	A maioria das tarefas	A maioria das tarefas
Alfa Veiga	Menos da metade	Aproximadamente a metade

Embora ocupando cargos similares, os desafios vividos pelas duas entrevistadas são muito divergentes, inclusive nas responsabilidades com a família. A Estrela Alfa Antares fala que mesmo ocupando o lugar de mantenedora e chefe da família, as obrigações com a rotina doméstica e com os/as filhos/as a deixa sobrecarregada. Além disso, a recente preocupação com a condição de saúde da sua mãe exige que o seu tempo livre seja dedicado aos cuidados com a genitora idosa. Assim, mesmo ocupando o lugar de provedora, ela é a responsável pelo papel de cuidadora. Apesar das transformações existentes entre novos e antigos papéis femininos e masculinos, o cuidado com pais/mães idosos/as e familiares doentes ainda é visto como uma obrigação de mulheres.

A situação da Estrela Alfa Veiga é bem diferente. O apoio mais intenso da família e uma condição financeira mais confortável que a da Estrela Alfa Antares tornam as ocupações domésticas menos onerosas. O seu tempo livre é dedicado para o descanso, lazer e o cuidado com o corpo. A Estrela Alfa Veiga tem sessões semanais de massagem, pratica artes marciais com o filho adolescente, e os domingos são dedicados para seu hobby preferido: cozinhar para a família. Exatamente como fora verbalizado pela Estrela Iota, funcionária da administração, cozinhar não é uma obrigação, é um momento prazeroso de aproximação da família.

Sem a consciência sobre a multiplicidade de condições femininas, este estudo incorreria em erro. As discrepâncias entre os modos de vida das duas executivas são tão significativas que, em muitos momentos, parecia que estávamos tratando de dois grupos distintos. Refletir sobre a condição feminina é tão complexo que requer cuidado e sensibilidade. Com históricos de vida bastante diferenciados, as idiossincrasias estão estampadas, mas os desafios e dilemas que as duas executivas vivenciam, em muito se aproxima daqueles verbalizadas pelos outros dois grupos de trabalhadoras.

1.3. Papel na sociedade

De acordo com os grupos anteriores, no Amazonas, a participação das mulheres é decisiva para o desenvolvimento. Isso explicaria, inclusive, a maior participação feminina no PIM. As executivas concordam e reafirmam o lugar privilegiado das mulheres amazonenses:

Aqui a gente ouve as mulheres. Aqui nós temos grandes matriarcas. As mulheres daqui são muito fortes, elas fazem, elas assumem (Estrela Alfa Veiga).

Eu acho que as portas abrem mais facilmente para as mulheres. Se você é mulher, é inteligente, tem capacidade. As portas se abrem mais facilmente pra você (Estrela Alfa Antares).

As mulheres tiveram um papel primordial em toda a história da Amazônia: no “descobrimento”, na ocupação, nas relações sociais e familiares e, principalmente no desenvolvimento da região. A ideia de um matriarcado, na Amazônia, nada mais é do que o reconhecimento do valor das mulheres amazônicas, nos vários períodos históricos – desde a descoberta apoteótica do rio Amazonas e das suas guerreiras; até os dias atuais, onde a força e a dedicação são revividas no espaço fabril.

2. Trabalho

As duas entrevistadas começaram muito cedo a trabalhar. Responsabilidades e exigências foram direcionadas a elas quando ainda eram adolescentes. As duas participantes se queixaram de não terem vivenciado esse momento, por terem sido inseridas no mercado de trabalho entre os 12 e os 15 anos de idade. Mas, quanto a isso, elas veem mais pontos positivos que negativos. Elas atribuem as essas cobranças do passado, a habilidade em coordenar as demandas e pressões no trabalho hoje, assim como, a competência em conviver com pessoas difíceis e gerenciar grupos:

Acho que já nasci adulta, o que contribuiu muito pro que eu sou hoje, pra minha vida profissional (Estrela Alfa Veiga).

A influência do pai foi decisiva para a vida profissional da Estrela Veiga. Ele desejava que os filhos e filhas seguissem carreira na área de engenharia. Embora não tenha realizado o

sonho do pai, ela foi pioneira no seu percurso profissional. Ela é administradora e foi uma das primeiras mulheres a compor uma comissão para melhorias na área de informática no PIM. Além disso, gerenciou áreas pouco ocupadas por mulheres, tais como: informática, manutenção e distribuição de produtos. Atualmente, é consultora da presidência em uma multinacional de produtos químicos. A sua atitude à frente do seu tempo é apontada como uma conquista, mas também como um grande desafio:

Eu fui desbravadora. Mas é um mundo muito machista, tanto que você não encontra muitas mulheres gerente de informática.

Por outro lado, a Estrela Alfa Antares sempre esteve envolvida com atividades tradicionalmente femininas. Ocupou cargos de secretária, assistente em administração e de técnica em qualidade. Por muito tempo, ela acompanhou a tendência apontada na literatura, onde se refere que no PIM, a maioria das mulheres está inserida em áreas burocráticas e de produção manual. Características femininas como ser paciente, detalhista e ter destreza manual são valorizadas no PIM, mas são elas que recebem os menores salários. Atualmente, a Estrela Alfa Antares é assessora de diretoria. Sua dedicação foi reconhecida e, hoje, compõe um grupo minoritário de mulheres em cargos de liderança.

A história profissional das duas entrevistadas ainda é uma exceção no PIM. Contudo, dados do IBGE (2008) apontam que apesar de ainda ser minoria em áreas tradicionalmente masculinas, progressivamente, as mulheres estão alcançando áreas e nichos, que até muito recentemente, eram proibidos para elas. Apesar de longe do ideal, as carreiras das duas participantes, aliadas às projeções estatísticas sobre o aumento feminino em algumas áreas, constituem-se dados positivos sobre as novas possibilidades profissionais para mulheres na contemporaneidade.

2.1. Significado do trabalho

Trabalho remunerado significa autonomia e independência financeira. Para as Estrelas Alfa Antares e Alfa Veiga, acima de tudo, trabalho significa a possibilidade de estar sempre

vencendo desafios, se aperfeiçoando. Além disso, elas apontaram que o trabalho proporciona a possibilidade de aprender a lidar e conhecer pessoas diferentes. Para elas, a vantagem é que esse tipo de aprendizado traz melhorias também para suas relações pessoais.

No questionário demográfico, elas priorizaram o trabalho como importante para a valorização da identidade e da experiência femininas. A remuneração e os benefícios ocupam o segundo lugar da preferência, e a aposentadoria é o item menos importante. A Estrela Alfa Veiga sugere outro item que não aparece no questionário: status. Diferente dos outros grupos de trabalhadoras, status torna-se importante, levando em consideração a classe social a que a entrevistada ascendeu em função do seu sucesso profissional.

Para a Estrela Alfa Veiga, ocupar o cargo que ocupa é prova da sua capacidade, e motivo de orgulho e privilégio. Apesar de um cargo de chefia demandar tempo maior fora de casa e intensos momentos de preocupação e estresse, as executivas demonstraram grande satisfação pelas funções que ocupam:

Não sei se quero uma função maior, o que quero é mais reconhecimento mesmo (Estrela Alfa Antares).

Hoje, nesse novo trabalho, minha vida é outra. Até a minha qualidade de vida melhorou (Estrela Alfa Veiga).

Para elas, permanecer desempenhando a mesma função significa confiança e profissionalismo. O reconhecimento é desejado e admitido como um retorno pela sua dedicação e competência ao longo da carreira.

2.2. Trabalho no Polo Industrial de Manaus – PIM

O trabalho no PIM é experimentado, pelas entrevistadas, como trabalho duro e dispendioso. O dia é curto, e sem jogo de cintura elas não conseguiriam corresponder a tantas exigências e obrigações:

É uma vida de sacrifício. As 24 horas do dia são poucas. Você tem que abdicar do seu sono para conseguir dar o mínimo de atenção à sua vida pessoal (Estrela Alfa Veiga).

Quando você pega um cargo de chefia você tem hora pra chegar, mas não tem hora pra sair (Estrela Alfa Antares).

Além da elevada carga horária e da intensa dedicação durante o expediente, em alguns períodos do ano, em que as indústrias do PIM precisam corresponder às demandas do mercado, é necessária uma permanência maior das trabalhadoras no local de trabalho. Nessas ocasiões, elas precisam sacrificar o sono, o contato com a família, e os momentos de lazer e descanso para atender às exigências dos cargos assumidos.

2.3. Dilema trabalho x família

Assim como ocorre no grupo das trabalhadoras da produção e da administração, em função das exigências do cargo que ocupam, as executivas, também ficam ausentes em muitos momentos na família, e são levadas a sacrificar a vida pessoal.

Não dou conta de fazer tudo ao mesmo tempo. A gente não se dedica pros filhos, a gente chega estressada, cansada e ainda ter que dá atenção aos filhos é complicado. Ainda bem que meu marido é compreensivo porque eu chego do trabalho e, às vezes, não faço praticamente nada (Estrela Alfa Antares).

Estar em um cargo de chefia provoca sentimentos contraditórios. Como já foi apontado, elas se sentem valorizadas em ocupar suas respectivas funções, além de estarem satisfeitas com a carreira e com o retorno financeiro que ela proporciona. Contudo, a culpa de não corresponder às demandas, principalmente da família, desperta culpa e remorso:

Por ter tido uma infância muito pobre, dei muita importância a isso [remuneração]. E não dei muita importância aos relacionamentos (Estrela Alfa Veiga).

Embora essa queixa seja similar àquelas vivenciadas pelos outros grupos de trabalhadoras, as participantes deste grupo foram enfáticas, colocando a formação acadêmica e profissional como maior prioridade de suas vidas.

Os múltiplos papéis e as maiores responsabilidades das mulheres são admitidas pelos/as empregadores/as. Contudo, as empresas não se mostram sensíveis às necessidades pessoais femininas. Ao contrário, em algumas situações *ser mulher* pode ser considerado como um critério de eliminação em processos de seleção:

Eu tive a oportunidade de participar de processos seletivos que na hora de decidir a vaga, pesou o fato de ser mulher (Estrela Alfa Veiga).

As responsabilidades com a família e, principalmente com filhos pequenos, são consideradas, pelas empresas, um impeditivo para um bom desempenho profissional de mulheres em cargos de chefia.

As executivas entrevistadas também estão expostas a muitos desafios cotidianos. Quando comparadas com as outras participantes dos grupos de trabalhadoras, são elas as que mais se queixam do preconceito contra a mulher presente no PIM. Elas estão expostas à desconfiança e comentários maliciosos por parte dos colegas.

2.4. Assédio moral no PIM

O Distrito é muito machista. Você tem que administrar esse machismo porque a cobrança é diferente. Você tem que ser melhor que os outros e melhor do que você mesma todos os dias. Você está numa vitrine e qualquer passo em falso vão relacionar ao fato de você ser mulher, porque por qualquer motivo eles já relacionam a esse fato (Estrela Alfa Veiga).

O depoimento da Estrela Alfa Veiga leva-nos a concordar com Torres (2005) quando afirma que uma das violências mais sofridas pelas mulheres trabalhadoras do PIM, é a utilização dos estereótipos sobre a capacidade de mulheres trabalhadoras com forma de negar a elas condições de trabalho equivalentes às dos homens. Além de colocar em xeque a competência desse grupo de mulheres, elas também enfrentam julgamentos jocosos sobre a sexualidade.

Tinha um rapaz lá no trabalho que tinha ciúmes de mim. Ele falava coisa sujas, insinuava que eu tinha caso com o chefe porque ele me ajudava muito (Estrela Alfa Antares).

A mulher, mesmo quando consegue ocupar lugares hierárquicos mais altos, está constantemente sendo vigiada por olhares maliciosos, jocosos e de dúvida. Ela tem que provar continuamente que mereceu aquele lugar – profissional e moralmente.

Ouvimos muitos depoimentos que desvalorizam o esforço e dedicação dos três grupos de mulheres trabalhadoras. Diante disso, podemos entrever que, independente do cargo que ocupam, mulheres no PIM estão cotidianamente expostas a atos violentos no ambiente de trabalho. Uma atenção maior das empresas é necessária para que, atitudes como o assédio

sexual e moral, não prejudiquem a motivação, a competência e, sobretudo, a saúde física e mental das trabalhadoras.

3. Preconceito

Nos outros grupos de trabalhadoras da produção e da administração, apontamos diversos tipos de preconceitos: o preconceito por ser mulher, o preconceito por ser amazonense e o preconceito por ser mulher amazonense no PIM. O preconceito por ser mulher se constitui um dos principais desafios que as executivas enfrentam no ambiente de trabalho. Uma vez que, a divisão sexual do trabalho ainda está na base da educação e da organização industrial, a participação da mulher, em algumas áreas, é desencorajada e até inibida. O sexismo presente no ambiente fabril é um dos dilemas nodais na vida de mulheres inseridas em “espaços masculinos”, em especial, em cargos executivos.

A cultura patriarcal subestima a capacidade das mulheres. No PIM, onde pessoas do mundo inteiro convivem e se relacionam, como já apontado nos dois grupos de mulheres trabalhadoras, o preconceito étnico também se ergue e se afirma.

Na empresa que eu trabalhava entrou uma moça nissei. Eu tive que ensinar tudo pra ela, e mesmo assim, o salário dela era muito maior que o meu, só porque ela morou no Japão (Estrela Alfa Antares).

É uma ignorância que pessoas bem esclarecidas não conheçam nosso país. Eu participei de alguns congressos que me olhavam diferente. Alguém ia querer ouvir uma caboquilha-índia dando sua opinião? Era bem complicado (Estrela Alfa Veiga).

Dispositivos de dominação pautados na cultura patriarcal e etnocêntrica desclassificam também mulheres que ocupam cargos hierárquicos maiores. Contudo, diferente das mulheres que trabalham nas áreas produtiva e administrativa, o preconceito por ser amazonense, sofrido pelas executivas é relacionado à competência. O que as incomoda são situações que deixam nítidas a desclassificação da sua mão-de-obra, garra e inteligência. Os estereótipos sobre a permissividade sexual não aparecem como preponderantes.

Diante disso, uma reflexão precisa ser feita. No final do século XIX, em que os primeiros focos de industrialização aparecem no Brasil, mulheres foram aproveitadas para trabalhar nas indústrias, sobretudo, de tecidos. As fábricas são descritas como “antros da perdição” e as operárias, rotineiramente, são confundidas com prostitutas e meretrizes. Movimentos liderados por médicos, higienistas e moralistas passam a desencorajar o trabalho fabril para mulheres (Rago, 2008). A desmoralização do trabalho feminino na indústria não é privilégio do PIM: essa prática, também existiu em outros centros urbanos, ao longo da industrialização no Brasil.

Assim, como nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos primeiros passos da industrialização, no PIM, são as mulheres de classes populares, e de cargos de menor prestígio, as que mais sofrem como estereótipos ligados à conduta moral. Apesar de, em muitas situações, o apelo sexual ainda estar presente em comentários vexatórios direcionados às mulheres com funções hierarquicamente mais altas; rumores sobre a sua menor capacidade intelectual ou de desempenho inferior são os mais vivenciados.

4. Relacionamentos e Sexualidade

4.1. Namoro e casamento

Provenientes de famílias muito rígidas, as duas executivas se queixaram de não terem tido experiências inerentes à adolescência, como o enamoramento. Ambas casaram e foram mães muito jovens. Entretanto, também no que tange aos relacionamentos, as duas entrevistadas seguiram caminhos bastante divergentes. Para a Estrela Alfa Antares, o casamento foi antecipado em decorrência da primeira gravidez, aos 19 anos. Ela relatou que, atualmente, conflitos com o marido são, principalmente, em decorrência das exigências do trabalho. Mas afirma que o marido é compreensivo e isso contribui intensamente para qualidade no casamento:

Ele [o marido] nunca reclamou do meu trabalho na diretoria. Acho que depois da promoção, a nossa vida não mudou muito. Conflitos e brigas acontecem, mas ele é bem compreensivo. A gente conversa e fica tudo bem.

A Estrela Alfa Veiga foi casada por dez anos. Ela considera que a sua vida de casada foi excelente. O casamento lhe proporcionou a liberdade e a possibilidade de construir seu próprio espaço, além de momentos e viagens inesquecíveis. Ela atribui à sua tendência em priorizar a vida profissional, um fator contribuinte – e não determinante – para o término do casamento:

Eu precisava ter dado mais atenção porque eu continuei dando muita importância à minha profissional. Acho que era receio de voltar à situação de dificuldade financeira.

Os conflitos que vivenciam no casamento são mais relacionados à dificuldade em conciliar os vários papéis e demandas, do que àqueles em que questões íntimas e individuais são enfatizadas. Na voz das duas participantes, o casamento é visto mais positivamente que nos grupos anteriores. Uma das justificativas é que o conforto e as facilidades provenientes de uma situação financeira mais cômoda oneram menos intensamente mulheres de classes mais favoráveis. Para elas, o acesso ao lazer, e a oportunidades em compartilhar com os parceiros momentos de bem-estar são menos sacrificados.

4.2. Corpo e sexualidade

A sexualidade é pouco mencionada. A educação moral rígida está presente nos depoimentos:

Engravidei com 19 anos e foi uma barra. Minha mãe esperava tudo da minha irmã, menos de mim (Estrela Alfa Antares).

A gravidez fora do casamento foi vista pela mãe como um erro. A culpa e o remorso por tê-la decepcionado estão presentes na fala da Estrela Alfa Antares. Ela relata ainda que não desejava se casar, preferiria continuar morando com a mãe; mas em decorrência da gravidez, casar era uma maneira de expiar o pecado. Estudos que tratam sobre a saúde mental de mulheres mostram que, na adolescência, as meninas sofrem discriminação devido a um controle de comportamento arraigado na sacralização da mulher. Em muitas ocasiões elas são

pressionadas e responsabilizadas pela preservação da moral, como aconteceu com a participante.

Enquanto a Estrela Alfa Antares sofreu com as rígidas regras sexuais, a Estrela Alfa Veiga as valoriza:

Aqueles tabus de antes, de namorar pegando na mão, já acabou faz tempo. Eu sou arcaica ainda, acho que por isso não tenho ninguém.

Para ela, a educação rígida e religiosa ainda é um valor. Ela concorda com a importância de padrões e regras sexuais para a sociedade. Contudo, ela admite que a sua atitude pouco flexível frente aos novos valores e práticas sociais pode estar influenciando a conquista de um novo parceiro. Diniz (1999) aponta que as mudanças que vem acontecendo nos papéis esperados para os sexos geram dilemas de identidade pessoal e de autoestima.

Ao longo da história, a fragmentação da mulher vem sendo utilizada como um dispositivo ideológico para controlar seu corpo (Perelberg, 1994). Imagens simbólicas extremas que enfatizaram ora sua sacralização, ora sua essência demoníaca tiraram delas a possibilidade de vivenciarem a sexualidade plenamente. Usar o corpo como instrumento de prazer não era permitido às esposas honestas; assim como, às meretrizes, a possibilidade de manter um vínculo baseado no amor era mínima. Até hoje, esses estereótipos ainda limitam as mulheres. Mas, como aponta a Estrela Alfa Veiga, o que é novidade é a atitude das mulheres em também categorizar os homens:

Eu também faço isso com homem: “esse não quero nem pra sair”, “esse quero pra ser amigo”. A gente acaba tendo os nossos preconceitos refletidos. Tem aquele cara que não vale nada, tu vai querer casar com ele? Não vai! A gente também faz isso. A gente cria os estereótipos de homem também. É do ser humano selecionar, escolher. Mas a gente não assume isso.

A independência conquistada por mulheres ultrapassou a questão financeira. Hoje, as mulheres são mais exigentes na busca por um parceiro sexual/afetivo. Embora seja uma conquista recente, o direito de escolher com quem vai se relacionar também é garantido a elas. Casamentos arranjados, virgindade e castidade não se constituem mais como exigência.

Alguns comportamentos antes tidos como “tradicionalmente masculinos”, como o sexo casual e relações temporárias são vistos de forma mais natural por elas e para elas.

Pesquisas que abordem novas práticas sexuais devem levar em conta diversas faixas etárias. A maior liberdade sexual é, em geral, atribuída às gerações mais jovens. Transformações nos padrões sexuais trazem ressonâncias diversas para homem e mulheres dos variados grupos sociais, raciais/étnicos e etários. Assim, as vivências sexuais de mulheres e homens na maturidade devem ser contempladas em futuros estudos.

5. Saúde

A saúde é social e multideterminada. Gozar de boa saúde significa ter qualidade de vida. Condições financeiras mais privilegiadas contribuem para que a vida de mulheres de classes sociais mais altas seja mais tranquila e, portanto, para que elas tenham níveis de saúde mais favoráveis. No aspecto físico, as trabalhadoras executivas autoavaliam sua saúde como satisfatória. Contudo, queixas sobre situações de estresse e preocupação, levam-nos a entrever a importância de uma maior atenção para a saúde mental desse grupo de trabalhadoras, assim como para as trabalhadoras dos demais grupos. As executivas apontaram a pressão no trabalho e as diferentes formas de violência como fatores decisivos para o adoecimento mental.

5.1. Pressão no trabalho

A Estrela Alfa Antares afirma que a carga horária de trabalho e as responsabilidades em função do cargo que ocupa interferem na vida pessoal e nos momentos de lazer.

O ruim de trabalhar fora é não ter tempo pra família. A gente chega cansada, estressada e ainda ter que dar atenção pros filhos é complicado. E, às vezes, isso também se estende pro fim de semana. Eu trabalho no horário comercial, mas quando preciso ir lá no sábado ou domingo, tira um pouco do fim de semana, do tempo que dedico a mim.

O trabalho no PIM adocece. A Estrela Alfa Veiga parece concordar com a Estrela Alfa Antares. Ela relatou que, enquanto era funcionária de uma fábrica de eletrodoméstico, apresentava sérios problemas de saúde:

Quando eu trabalhava numa indústria de eletrodomésticos tinha muita enxaqueca e desenvolvi um nódulo mamário por causa do estresse, do ritmo pesado. Hoje até isso [a saúde] mudou. Minha qualidade de vida melhorou muito depois que eu saí do Distrito.

Atualmente, a entrevistada é consultora em uma indústria química. O horário mais flexível e a liberdade em organizar o tempo para desempenhar suas atividades foram preponderantes para a melhoria da saúde e a qualidade de vida da Estrela Alfa Veiga.

Como apontado pela própria entrevistada, pressões no trabalho são mais ostensivas quando direcionadas para mulheres. A necessidade em conciliar as exigências familiares, e o desafio de cotidianamente provar a competência tornam a experiência de executivas mais pesada. Embora gozem de maiores vantagens, quando comparadas com os dois grupos de trabalhadoras, as executivas também compartilham muitos dilemas que podem ser deletérios para sua saúde física e mental.

5.2. Violência

Nossas adolescentes e jovens estão vulneráveis ao estupro e à violência sexual. Acontece com homens, mas com mulheres é pior (Estrela Alfa Antares).

Durante a infância, a entrevistada foi vítima de tentativa de estupro por um vizinho. Para ela, as meninas estão mais vulneráveis a atos de violência sexual que os meninos. Ela considera que, em consequência do episódio que vivenciou, sua iniciação sexual foi tardia:

Quando adolescente tive muitos namorados, eles queriam e eu não queria.

Embora, hoje ela avalie que sua vida sexual é satisfatória, a consequência que a tentativa de abuso lhe deixou foi o temor em relação à integridade dos/as filhos/as.

Baseada na sua própria experiência de vida, a participante parece correta. Estatísticas oficiais afirmam que entre maio de 2003 e maio de 2006, o serviço de Disque-Denúncia registrou: 17 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. Desses, 9

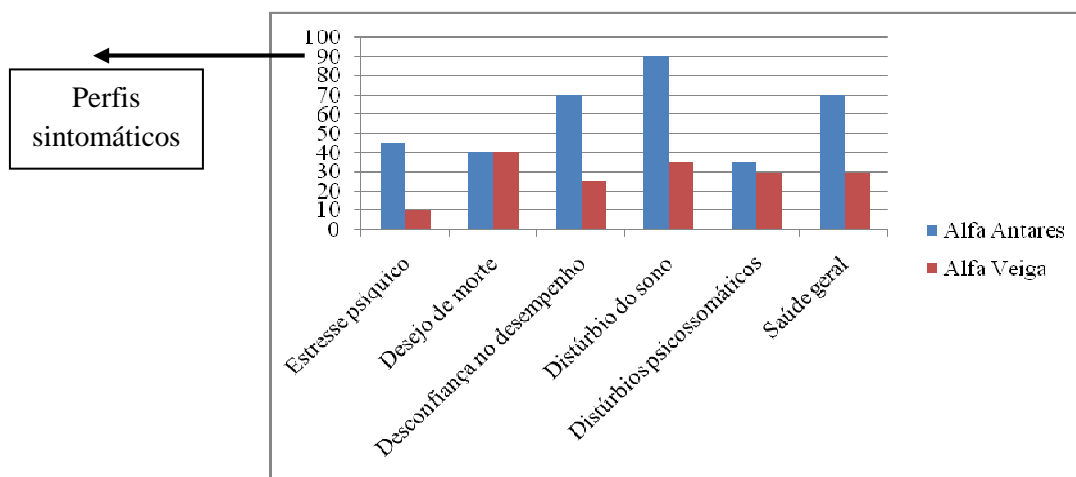
mil casos foram relacionados ao abuso e exploração sexual. Do total de denúncias, 62% das vítimas eram do sexo feminino; e 56,5% foram perpetradas contra crianças de 0 a 5 anos de idade (Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, 2006).

O ranking de denúncias sobre os casos de violência contra crianças e adolescentes – proporcional ao número de habitantes – coloca o Amazonas na segunda posição nacional (SEDH, 2006). Embora esse dado possa se constituir como um ponto positivo, uma vez que pode indicar que as denúncias estão vencendo o silêncio; deixa-nos entrever que crianças e adolescentes, no Amazonas, estão desprotegidos, e merecem maior atenção das políticas públicas de segurança e saúde.

5.3. Saúde Mental

Nos resultados do QSG, encontramos muitas diferenças na condição de vidas das duas executivas entrevistadas. Essas diferenças são percebidas quando comparamos as informações no que tange o retorno financeiro, o número de filhos/as, a participação e o apoio da família no desempenho das tarefas domésticas e o acesso a momentos de descanso e lazer. Concluimos que essas divergências refletiram diretamente no resultado do QSG das participantes.

Resultado QSG – Executivas



Levando em consideração que escores menores que 85 identificam perfis não sintomáticos, escores entre 85 a 90 apontam casos limítrofes, e escores iguais ou maiores que 90 atestam perfis sintomáticos e alta vulnerabilidade ao adoecimento psíquico; o resultado do QSG mostra claramente que a Estrela Alfa Veiga goza de melhor saúde e qualidade de vida que a Estrela Alfa Antares.

a) Estresse psíquico: Apesar de a Estrela Alfa Veiga apresentar um menor nível de estresse que a Estrela Alfa Antares – os escores de 10 e 45, respectivamente, colocam as duas executivas bem abaixo do nível de perfis sintomáticos.

b) Desejo de morte: Neste item que trata de vulnerabilidade ao adoecimento mental a partir de sentimentos de inutilidade e de falta de perspectiva, as duas participantes apresentaram a mesma pontuação – 40. Esse escore é bastante favorável, apontando que ambas levam a vida com otimismo.

c) Desconfiança no desempenho: Com o escore de 25, o QSG indica que a Estrela Alfa Veiga é mais segura do seu potencial que a Estrela Alfa Antares – com escore igual a 70. Contudo, ambas as executivas estão fora do grupo de vulnerabilidade ao adoecimento psíquico.

d) Distúrbios do sono: Esse foi o item que apresentou o escore mais preocupante. A pontuação 90 colocou a Estrela Alfa Antares no grupo de maior vulnerabilidade ao adoecimento em decorrência da má qualidade do sono. A Estrela Alfa Veiga, ao contrário, apresentou ótimo nível de qualidade do sono.

e) Distúrbios psicossomáticos: Ambas apresentaram níveis que as colocam longe da vulnerabilidade ao adoecimento mental.

f) Saúde Geral: Com bases nos itens anteriores, saúde geral dá uma avaliação global sobre a saúde mental e a qualidade de vida das respondentes. As duas entrevistadas não apresentaram níveis preocupantes. Contudo, a diferença na qualidade de vida entre as duas

fica bastante evidente. Como apontamos anteriormente, uma vida financeira mais confortável e a participação ativa da família de origem da Estrela Alfa Veiga nas tarefas cotidianas, dão à elas melhores e maiores oportunidades de lazer e de cuidados com a saúde.

6. Expectativas

As duas entrevistadas vivem um período bastante peculiar. Com filhos já saindo da adolescência, elas passam por uma fase nunca experienciada por gerações anteriores. Drásticas mudanças demográficas, como os baixos índices de natalidade e o aumento da expectativa de vida, transformaram a meia idade na mais longa fase de vida. Essa nova fase da vida, apesar de trazer novos dilemas, também pode fazer emergir planos e resgatar antigos desejos.

Ao falarem sobre os desafios que imaginam viver no futuro, as executivas apontam a senilidade dos pais e a saída dos filhos de casa como fatores geradores de ansiedade. Enquanto a saúde da mãe já idosa se constitui a maior preocupação da Estrela Alfa Antares: “Ultimamente minha maior preocupação é a saúde da minha mãe”. A Estrela Alfa Veiga inquieta-se com a solidão gerada pela saída do filho de casa para a universidade. A reconstrução de antigos papéis e o planejamento de novas metas são necessários para que esse momento não seja vivenciado com sentimentos de vazio e abandono; mas, ao contrário, seja um momento de avaliação e de novas possibilidades.

Para as executivas entrevistadas, os planos não são mais relacionados à vida profissional e acadêmica; mas à vida pessoal e afetiva. Nesse momento em que o papel materno é minimizado, e em que os gastos com a educação dos/as filhos/as já não são significativos, o desejo de resgatar uma vida conjugal com um parceiro, e o de ter momentos de lazer, como viagens e passeios foram ressaltados pelas entrevistadas como suas maiores prioridades.

4.4. Estrelas no firmamento: uma reflexão sobre a vida de trabalhadoras do PIM

“Amai para entendê-las: pois só quem ama pode ter ouvido
Capaz de ouvir e de entender estrelas”.
Olavo Bilac

Entendemos que as condições femininas, assim como as estrelas no firmamento, são múltiplas. O pertencimento e o acesso a classes sociais, raças/etnias, níveis de escolaridade, fases do ciclo vital e inserções profissionais distintas trazem dilemas únicos para cada uma das participantes da pesquisa. Contudo, as vozes das estrelas ouvidas também revelam experiências de vida e desafios compartilhados. A primeira etapa deste capítulo constituiu uma tentativa de dar visibilidade a cada grupo de mulheres participantes. A partir de agora, nosso desafio é refletir sobre congruências e divergências entre as experiências das trabalhadoras das linhas de produção, da administração e as executivas.

1. Vida de mulheres e condições femininas

Na voz das participantes dos três grupos, o significado de *ser mulher* se aproxima bastante. Sinônimos atribuídos a luta, batalha, força revelam o que as participantes pensam sobre a essência feminina, e nos dá importantes informações sobre as dificuldades e os desafios encontrados por elas, ao longo de suas vidas.

Apesar de algumas participantes terem ascendido de classe social – devido ao sucesso profissional, como é o caso das executivas, o passado delas se encontra em muitos pontos. Elas são caboclas, nascidas ou com descendências do interior do estado do Amazonas. Todas as participantes são provenientes de classes humildes e dividem um passado de poucos recursos e de muitas dificuldades. Por esse motivo, elas começaram a trabalhar muito cedo, com idades que variam de 11 a 15 anos de idade. Elas descreveram a infância e a adolescência como períodos de grande exigência e de muitas responsabilidades: com os estudos, mas principalmente, com as atividades domésticas e com o cuidado de irmãos/as mais novos/as.

Nos relacionamentos familiares, são as figuras femininas que têm mais peso na vida das participantes. Em geral, foram as mães e as avós as principais referências de vida dessas trabalhadoras. Apenas a Estrela Alfa Veiga se refere ao pai como uma importante influência na sua história de vida, descrevendo-o como bastante exigente. Houve poucas alusões às figuras masculinas nos históricos de vida das participantes. Nos poucos momentos em que apareceram, os pais são descritos como ausentes e pouco participativos. A voz das participantes é uníssona ao delegarem às mulheres, nos mais variados âmbitos – quer familiares, quer sociais – um lugar de destaque.

O matriarcado lendário das guerreiras amazônicas está nas entrelinhas dos discursos das trabalhadoras. Quando compararam mulheres e homens amazonenses, elas se reconheceram como detentoras de uma força e capacidade superior àquela encontrada nos homens. Coragem, resistência e sensibilidade são reconhecidas e valorizadas como características intrínsecas a elas. Para as participantes da pesquisa, essas vantagens colocam-nas na frente dos homens, principalmente, no mercado de trabalho. Contudo, apesar de se autovalorizarem, elas denunciam o ônus desse lugar “privilegiado”.

Os múltiplos papéis são relacionados ao dinamismo e à competência feminina em administrar várias atividades ao mesmo tempo. Contudo, principalmente no que concerne às atividades domésticas, as participantes almejam mudanças quanto ao lugar masculino na família. Elas anseiam que tanto os atuais, quanto os futuros maridos sejam mais sensíveis à sobrecarga de trabalho e de responsabilidades que mulheres estão expostas.

A identidade de gênero é marcada por discursos contraditórios. O cuidado e o zelo são mencionados como preocupações naturais de mulheres. Entretanto, as participantes são enfáticas ao afirmarem que, com exceção da maternidade, tudo o que as mulheres fazem, os homens podem fazer. Para elas, os deveres do âmbito privado ainda são assimétricos, porque desde a infância, as mulheres são mais exigidas – em responsabilidade e maturidade – do que

os homens.

Nos primeiro capítulo desta pesquisa, apresentamos algumas reflexões e estudos que apontam que as mulheres amazônicas gozam de maior autonomia social e sexual, quando comparadas às mulheres de outras regiões brasileiras. Algumas circunstâncias específicas contribuíram para a construção desse lugar: a) a influência indígena foi incisiva na formação de uma cultura cabocla na Amazônia, que se revela em padrões, costumes e regras sociais presentes no cotidiano hoje; b) o desenvolvimento econômico na Amazônia teve como característica a instabilidade, o que gerou períodos de boom e estagnação, levando e tirando daquela região imigrantes que, em geral, eram homens. Assim, tanto a ausência masculina, quanto a inexistência de famílias extensas, com valores arraigados no patriarcado, possibilitou grande autonomia feminina durante a colonização; c) o isolamento geográfico e as contingências daí advindas deram às mulheres a possibilidade de inserção precoce no espaço público, no mercado de trabalho e na educação; d) a tentativa da Igreja Católica em moralizar, de acordo com os dogmas cristãos, as comunidades amazônicas foi pouco efetiva. Na região, o sincretismo religioso entre os valores católicos e crenças indígenas são mais presentes; e, e) as políticas de povoamento da Amazônia não apenas legitimaram a sensualidade das mulheres nativas, mas utilizaram essa imagem para fins colonizadores e militares.

A autonomia e a liberdade concedida às mulheres são confirmadas na voz das trabalhadoras. Diferente do que se professava na cultura colonial, para elas, o casamento não é obrigatório. Ele se constitui como uma das possibilidades de vida – e não a única. Por outro lado, a maternidade é supervalorizada. Em alguns momentos, na voz das estrelas entrevistadas, gravidez e criação de filhos/as são desvinculadas de compromissos matrimoniais. A maternidade é vivida como um momento importante que é compartilhado, em geral, com as mães e as avós. Nos relatos individuais, as avós são sempre mencionadas como preponderantes na criação dos/as netos/as. Contrariamente ao modelo patriarcal, o lugar

de referência e de autoridade é concedido às mães e às avós.

As participantes da pesquisa trazem à discussão uma série de atos e gestos que revelam que as mulheres amazonenses gozam, em parte, da tão desejada liberdade sexual: casamentos consensuais; relacionamentos sexuais sem compromisso; a opção de iniciar e terminar um laço conjugal estável, a partir do desejo feminino; o uso do corpo para a realização de metas extrínsecas (p.ex. para obtenção de bens materiais, promoções, status, etc.); gestos e ações em que a sensualidade feminina é percebida, como o modo de se vestir, de se comunicar, e de tomar atitude frente ao sexo oposto.

As participantes revelam, entretanto, que tal liberdade sexual só foi alcançada parcialmente. Elas apontam que direitos sexuais igualitários é uma conquista a ser buscada. Seus comportamentos, independente de quais sejam, estão expostos a constantes julgamentos. Independente de que atitudes tomem em relação às suas escolhas e seu corpo, as mulheres estão sob os holofotes. Neste ponto, as participantes do grupo se posicionam de forma diferente: algumas não seguem os padrões sexuais esperados para as mulheres, sentindo-se livres para fazer escolhas pautadas nos próprios desejos; outras valorizam tabus e regras sociais e, consideram a reputação como um valor que deve ser mantido e repassado através da educação.

O que importa mencionar é que elas demonstram ter controle sobre o próprio corpo, usando-o de acordo com seus interesses individuais. No que tange à sexualidade, valorizar as individualidades e fugir de conceitos estereotipados e generalizantes é, pelo menos, uma atitude de respeito para com as mulheres amazonenses.

Os estereótipos seculares que tratam da permissividade sexual e da incapacidade intelectual e laboral dos povos amazônicos foram bastante mencionados. As participantes relataram situações em que foram vítimas do preconceito por serem mulheres, por serem amazonenses e por serem trabalhadoras do PIM.

O preconceito por ser mulher é mais intensamente vivido pelas trabalhadoras executivas. A inserção em espaços tradicionalmente masculinos desperta sentimentos e atitudes hostis por parte de chefes e colegas. A condição de “estranhas no ninho” leva-as à necessidade de provar cotidianamente que merecem o lugar que ocupam pela sua competência intelectual. Por outro lado, as trabalhadoras das linhas de produção e da administração relataram que as indústrias no PIM valorizam a mão-de-obra feminina, pois reconhecem a grande força de trabalho da mulher amazonense.

Paradoxalmente, as entrevistadas apontaram que a desvalorização da mão-de-obra nativa no PIM é uma realidade. Para elas, umas das possíveis explicações para essas práticas é que, até muito recentemente, não existia no Amazonas boas possibilidades de qualificação, fazendo com que muitas indústrias necessitassem arregimentar mão-de-obra qualificada em outras regiões do Brasil e do exterior. Contudo, as participantes afirmam que a maioria das situações em que ocorre a preferência na contratação por pessoas oriundas de outras localidades são pautadas na desvalorização e no desconhecimento da cultura e da realidade no Amazonas.

A terceira forma de preconceito se refere à suposta permissividade sexual das funcionárias do PIM. As trabalhadoras das linhas de produção e da administração apontam que essa imagem conferida às funcionárias – e principalmente às operárias – está amplamente presente no imaginário popular. A imagem de vulgares e infiéis são alguns dos estigmas carregados por elas. É importante mencionar que a categorização das formas de preconceito foi didática. Acreditamos que os vários dispositivos ideológicos – o sexismo e o etnocentrismo – se agrupam para expor mulheres amazonenses, em especial, as trabalhadoras do PIM a situações vexatórias. Esse tipo de violência cometido de forma menos perceptível e mais simbólica é definido neste trabalho como assédio moral. Ele deve ser considerado com seriedade, pois pode trazer graves consequências à vida pessoal e profissional das

participantes.

O assédio sexual esteve presente nos relatos das trabalhadoras da produção e da administração. Elas relataram com grande revolta as “propostas” sexuais que receberam, além das atitudes punitivas perpetradas por chefes e colegas, como retaliações e piadas pejorativas. Apenas a Estrela Eta chegou a denunciar o crime. Embora, amparadas legalmente, o medo de perder o emprego e a exposição às represálias fizeram com que elas silenciassem. Assim, independente dos cargos que ocupam, trabalhadoras do PIM estão cotidianamente expostas a atos violentos. As empresas precisam dar maior atenção aos casos de assédio moral e sexual no PIM, pois essas formas de violência podem comprometer a competência e, principalmente, a saúde física e mental das funcionárias.

A violência sexual foi relatada durante 2 das 4 entrevistas individuais. A Estrela Alfa Antares foi vítima de uma tentativa de abuso quando ainda era criança, e a Estrela Alfa Sirrah foi estuprada, aos 19 anos, pelo namorado. As duas relataram que os episódios lhe trouxeram graves consequências. Sintomas de estresse pós-traumático como depressão, medo e rejeição de contato sexual foram descritos pelas duas participantes. Além disso, a Estrela Alfa Antares diz ser superprotetora com os/as filhos/as temendo que o mesmo possa acontecer com eles/as.

Parafraçando velho jargão sobre maternidade, *ser mulher é padecer no paraíso*. Os vários dilemas e desafios apontados pelas participantes da pesquisa revelam a complexidade do significado de ser mulher no PIM. Algumas dificuldades são compartilhadas – os múltiplos papéis, os preconceitos, a exposição ao assédio moral, sexual e a longa jornada de trabalho – outras nem tanto. Em um mesmo cenário, as diferenças sociais, de inserção profissional e de qualificação assumem diferentes nuances, que também são atravessadas por questões relacionadas às fases de desenvolvimento pessoal e profissional das participantes. O paraíso compartilhado é que todas valorizam a autonomia, a independência financeira e o papel fundamental que desempenham na família, no trabalho e na sociedade.

Diferenças entre as participantes são claras quando elas relatam expectativas futuras: a) Para as funcionárias mais jovens, da área administrativa, a carreira profissional é a prioridade, e o casamento é adiado para um futuro distante; já as funcionárias casadas anseiam por uma vida equilibrada entre o profissional e o pessoal; b) Com os filhos adolescentes, as executivas já atingiram a meta profissional desejada, e suas expectativas são relacionadas à vida efetiva e a momentos de lazer, tão negligenciados no passado; e c) Apesar de terem idades próximas às das trabalhadoras executivas, o estudo ocupa um lugar primordial nas expectativas das trabalhadoras da produção. Contudo, diferente das primeiras, a escolarização não representa apenas uma ponte para ascensão profissional, mas uma possibilidade de se sentirem úteis e valorizadas. O estudo para elas é uma realização pessoal que ainda não puderam alcançar dadas as intensas dificuldades que vivenciaram ao longo da vida.

2. Trabalho

O significado de ter um trabalho remunerado, para as participantes da pesquisa, é bastante positivo. Para elas significa ter independência financeira, autonomia e a possibilidade de estar se qualificando e se superando. O trabalho também é uma oportunidade de conhecer outras pessoas, de ter reconhecimento e gratificação pela sobrecarga de obrigações e responsabilidade das mulheres.

Confirmando o que a literatura aponta, o trabalho do PIM é muito exigente. As trabalhadoras da produção, da administração e as executivas revelam sofrer muitas pressões. Cabe ressaltar, entretanto, que existem diferenças contundentes nas condições de trabalho para o três grupos de participantes.

As condições de trabalho das mulheres da produção são as piores. A cobrança é intensa e não corresponder a ela pode significar a perda do emprego. O trabalho é realizado em ambientes pouco adequados, dado o barulho e o cheiro forte dos componentes. As atividades

são em geral repetitivas, e requerem intenso desgaste físico e mental. A carga horária de 44 horas semanais já é bastante exigente. Contudo, em momentos de necessidade de aumento da produção, jornadas extras são impostas. Por esse motivo, as trabalhadoras da produção relataram sofrer de diferentes doenças ocupacionais que as levaram a estar na condição de readaptadas. Elas têm os piores salários, menos possibilidades de ascensão na carreira, pouco reconhecimento social e a saúde bastante comprometida.

As funcionárias da administração compartilham algumas das queixas encontradas no discurso das trabalhadoras da produção. A carga horária exaustiva é unanimidade. Elas lamentaram a falta de tempo, pois a enorme dedicação compromete um convívio familiar mais próximo. Apesar de tantas exigências, elas se mostraram satisfeitas e felizes com o trabalho que desempenham.

A prioridade para a vida profissional e para a qualificação aparece mais enfaticamente na voz das executivas. Elas também relataram desgaste físico e psíquico devido às responsabilidades relativas ao cargo que ocupam. Além disso, doenças relacionadas ao estresse foram mencionadas. Contudo, elas se sentem satisfeitas e realizadas na atual função, devido ao reconhecimento social e financeiro proporcionado pela carreira.

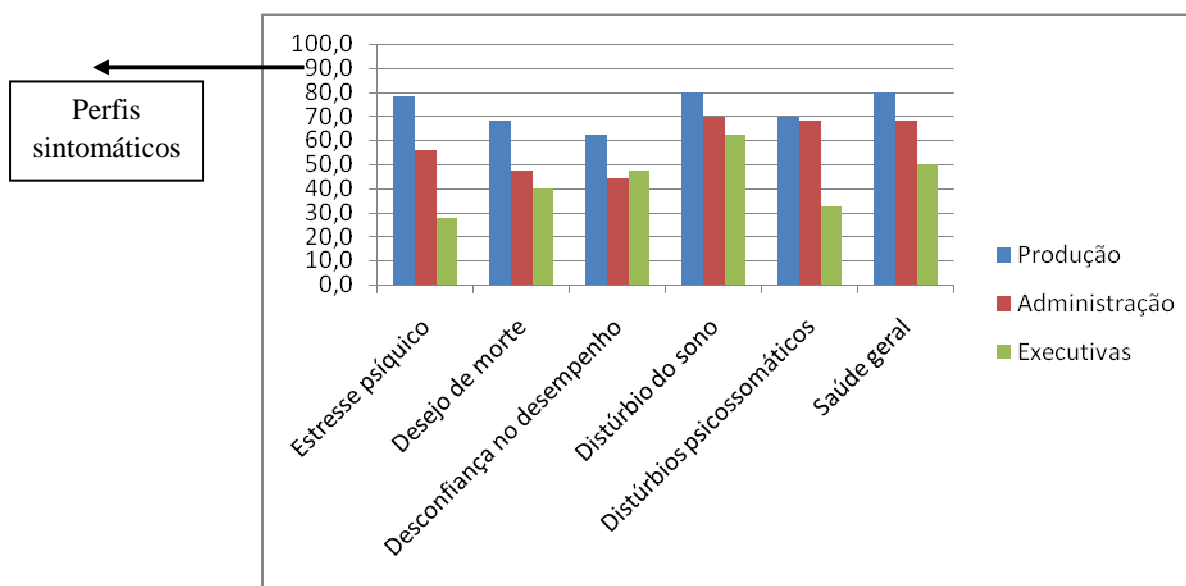
O significado do trabalho é compartilhado entre os dois grupos de trabalhadoras e as duas executivas. Contudo, as condições de trabalho entre elas são muito diferentes. Apesar de também partilharem muitos desafios no ambiente de trabalho, podemos concluir que: quanto menor o nível hierárquico, menor o salário, menor a valorização, e menor a possibilidade de ascensão a cargos mais privilegiados. Quanto menor o nível hierárquico também é menor a oportunidade de qualificação, e de acesso ao descanso, ao lazer e à cultura. Só uma coisa parece aumentar: a vulnerabilidade ao adoecimento físico e mental.

3. Saúde mental

Na primeira etapa deste trabalho, apresentamos as informações coletadas sobre a saúde das participantes. Doenças ocupacionais relacionadas à exaustiva carga horária de trabalho e o grande esforço foram apontadas. A falta de tempo para o cuidado com a saúde, além das poucas oportunidades de momentos de descanso e lazer foram fatores que influenciaram o surgimento de doenças. Nesta reflexão final enfatizaremos um dos mais importantes objetivos deste trabalho: a ressonância que a interação entre diferentes demandas e papéis tem na saúde mental das participantes da pesquisa. Antes de tratarmos sobre fatores de riscos para a saúde mental denunciados na voz das participantes, retomaremos os resultados do QSG.

Os resultados do QSG não podem ser analisados isoladamente sem um entendimento abrangente de suas respondentes. Não foi possível e nem foi a nossa intenção utilizar o QSG como um método quantitativo de comparação entre os grupos de trabalhadoras. Ele foi aplicado em contextos diferentes, em uma amostra pouco significativa para pesquisas quantitativas. Contudo, ele constituiu uma ferramenta valiosa e nos deu sinais da qualidade de vida e dos riscos em relação aos problemas de saúde geral e mental.

Resultados do QSG



As médias obtidas em cada grupo apesar de não apontarem a existência de perfis

sintomáticos ou casos limítrofes, são bastante significativas e devem ser analisadas com bastante atenção. O gráfico mostra de forma contundente as diferenças na qualidade de vida para cada grupo de trabalhadoras. As trabalhadoras da produção, em todos os itens, têm os escores mais elevados que as outras participantes, ou seja, elas estão mais vulneráveis aos transtornos mentais comuns (ou não-psicóticos). As trabalhadoras da administração têm pontuações intermediárias. Apenas no item de “desconfiança no desempenho” as executivas tiveram o escore mais elevado do que elas. O grau de vulnerabilidade das trabalhadoras da administração apresenta-se menor que os das trabalhadoras da produção e maior do que o grau de vulnerabilidade das executivas. Estas últimas apresentaram níveis mais favoráveis de saúde mental.

Encontramos uma coerência entre os resultados do QSG e a experiência relatada pelas mulheres nos grupos focais e nas entrevistas. A vulnerabilidade ao adoecimento é inversamente proporcional às condições de trabalho e à situação social das participantes. Alguns fatores como: o acesso a atendimentos médicos de qualidade; maiores oportunidades de descanso e lazer; condições melhores de trabalho, aliadas ao reconhecimento financeiro e social, podem justificar essas discrepâncias nos resultados do QSG.

Alguns fatores de risco que podem levar trabalhadoras do PIM a desordens mentais estavam presentes na voz das participantes da pesquisa. Dimensões das condições femininas refletem incisivamente na saúde mental de trabalhadoras. Apontamos a seguir os pontos cruciais revelados por elas como geradores de dilemas:

→Na família: 1) a educação rígida em termos morais, e a grande exigência quanto às atividades domésticas, já na infância, são importantes fatores de riscos que podem tornar a vivência familiar sofrida para meninas e adolescentes; 2) a pouca participação dos companheiros na divisão das obrigações com a casa e com os/as filhos/as tornam onerosa a experiência feminina, podendo refletir no adoecimento físico e psíquico; 3) a rotina de

múltiplas jornadas de trabalho faz com que o tempo livre seja utilizado para serviços domésticos, e não para o lazer, tão necessário para repor as energias para a garantia de uma vida saudável e prazerosa.

→ No trabalho: 1) as desvantagens salariais e as menores chances de ascensão a cargos mais valorizados para as mulheres são queixas presentes no discurso de todas as trabalhadoras. Essas situações podem tornar o ambiente de trabalho hostil e desmotivador, pois interferem na confiança, no desempenho, e na autoestima das trabalhadoras. 2) a carga horária de trabalho excessiva gera dilemas e culpa, pois obriga as funcionárias mães a passarem longos períodos longe dos maridos, da família e, principalmente, dos/as filhos/as – elas sofrem por não poderem acompanhar integralmente o crescimento de filhos/as pequenos/as. Tudo isso poder gerar adoecimento físico e psíquico e colocar em risco a saúde mental de trabalhadoras.

Os resultados do QSG evidenciaram que as trabalhadoras da linha de produção estão em situação de maior vulnerabilidade. Cabe mencionar, que o alto resultado dessas trabalhadoras no item “desconfiança no desempenho” pode ser reflexo do fato de que todas as participantes desse grupo estão na condição de readaptadas. Novos estudos utilizando o QSG em maior número de trabalhadoras da produção são indicados para que possamos conhecer melhor essa condição de vulnerabilidade.

→ Em relação ao corpo e à sexualidade: 1) o cuidado com corpo é considerado, principalmente, como uma atribuição feminina. A exigência de boa aparência para a contratação, somada aos rígidos padrões estéticos presentes na cultura contemporânea podem implicar em distorções na autoimagem e despertar sentimentos de autodesvalorização; 2) preconceitos atribuídos às mulheres, muitas vezes são revertidos em atos de violência, como no caso dos assédios sexual e moral. Atitudes como essas, são mencionadas com revolta e sofrimento, constituindo-se como um importante fator de risco para as mulheres entrevistadas;

3) atos de violência como o estupro também foram mencionados como fatores de risco para o adoecimento mental.

Levando em conta as histórias e os dilemas vividos pelas participantes desta pesquisa, podemos inferir que medidas de proteção e atenção à saúde de trabalhadoras devem ser prioridades nas políticas públicas de segurança e de saúde. Além disso, fica claro a necessidade de uma maior atenção e sensibilidade por partes das indústrias do PIM em relação às condições femininas e os desafios vividos pelas trabalhadoras. Medidas como essas são imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida das participantes, e para que o brilho dessas estrelas permaneça vivo e cintilante.

O objetivo deste estudo foi compreender o significado de ser mulher, questões relacionadas a interação gênero, trabalho, casamento, família e sexualidade e sua ressonância para a saúde mental em mulheres trabalhadoras do PIM, através das vozes das participantes. Nossa intenção foi dar visibilidade às condições femininas de um grupo particular de mulheres da Amazônia: as trabalhadoras do PIM. Especificidades nas dimensões da vida das participantes da pesquisa inquietaram-nos e merecem maior atenção. Estudos que levem em conta características do contexto cultural e regional devem ser realizados. Esperamos que esta pesquisa sirva de subsídio para futuros estudos sobre essas e outras dimensões da vida de mulheres no Amazonas.

**CAPÍTULO V: “PRODUZIDAS NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS”:
CONTRIBUIÇÕES À VISIBILIDADE DAS CONDIÇÕES FEMININAS NA
AMAZÔNIA**

“Sou brasileira, sou caboquinha da Pátria d’água,
Com muito orgulho e farinha”.
Lucinha Cabral

O paradigma da ciência neutra tem sido contestado. Progressivamente, a ideia de uma ciência perpassada por valores e desejos de seus/as pesquisadores/as tem sido disseminada. Estudiosas feministas contestaram a ciência positivista e androcêntrica e inauguraram uma nova maneira de fazer ciência: política e comprometida. Assim, compreender o significado de ser mulher para as trabalhadoras do PIM representou algo mais, além de ser o objetivo geral deste estudo. Tive a oportunidade de ter trabalhado no PIM. Isso me⁴ proporcionou um lugar privilegiado como pesquisadora para conhecer e divulgar aspectos das condições femininas daquele grupo de mulheres trabalhadoras.

As histórias contadas pelas participantes, também são parte da minha história. Alguns dilemas vividos por elas, também foram vividos por mim. Assim, as múltiplas respostas encontradas para a pergunta central: “qual o significado de ser mulher no PIM?” além de terem nos dado subsídios para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, também responderam – para mim – quem eu sou.

O fato das participantes deste estudo pertencerem a classes sociais, níveis educacionais e profissionais divergentes, poderia colocar entre elas um enorme precipício. Mas, ao contrário, os relatos, as histórias de vida, os sonhos revelaram nuances variadas de uma mesma aquarela. São operárias, universitárias e executivas, que apesar de terem contextos de vida tão distintos, falaram a partir de um ponto comum: são mulheres, caboclas, oriundas de

⁴ Para as considerações finais deste estudo, será utilizado a 1ª pessoa do singular – Eu. Optamos por essa mudança para dar visibilidade à experiência pessoal da autora deste trabalho.

classes humildes, que compartilham um passado de luta.

As Estrelas deste estudo reconhecem o brilho que cintilam. Elas têm lucidez sobre o seu papel primordial, consideram-se as maiores responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade em que estão inseridas e se sentem valorizadas por essa força. Essa autovalorização as tornam conscientes do seu lugar insubstituível na sociedade, na família e no trabalho.

O trabalho ocupa um lugar significativo na existência das participantes. Algumas vezes ele é confundido como a própria essência de ser mulher. Para elas, o trabalho remunerado significa mais que o “ganha-pão”; significa autonomia, independência e a compensação por um passado marcado por desafios e pela batalha. Por esse motivo, para as participantes, o significado de trabalhar no PIM é bastante contraditório. Elas valorizam o espaço concedido a elas, mas se queixam, principalmente, da carga horária exaustiva, das discrepâncias salariais em relação aos homens e do preconceito. A partir da voz das trabalhadoras, o trabalho no PIM é duro, e as empresas se mostram pouco sensíveis aos múltiplos papéis femininos e às boas práticas em relação à preservação da saúde de suas funcionárias.

O mito das amazonas permeia as relações familiares e sexuais. O papel das participantes na família é relatado por elas como fundamental. As figuras femininas são colocadas em lugar de destaque. As mães e as avós são concebidas como a principal fonte de apoio, mas também de autoridade. As opiniões obtidas sobre a relação com o corpo e com a sexualidade são divergentes. Algumas participantes valorizam a ideia de liberdade sexual gozada pelas amazonenses, enquanto outras apresentam uma postura mais conservadora. No entanto, o que elas mostram ter em comum é a autonomia para vivenciar a sua sexualidade de acordo com os próprios desejos e valores. De uma forma geral, enquanto a carreira profissional e a qualificação aparecem como prioridades para as participantes, o casamento é visto como uma possibilidade de vida – e não a única. A maternidade é supervalorizada e, em muitos discursos, ela aparece desvinculada do casamento. As relações familiares e os aspectos

peculiares sobre a vivência da sexualidade devem ser mais bem explorados em estudos futuros.

Variadas formas de violência apareceram na voz das mulheres como grandes obstáculos para o desenvolvimento de uma vida saudável. Uma tentativa e um estupro consumado foram relatados por duas participantes. O assédio sexual e o assédio moral constituíram as maiores queixas. “Propostas indecentes” ou “inocentes piadinhas” são sérias manifestações da violência. Os preconceitos dirigidos às participantes por serem mulheres, por serem amazonenses e por serem trabalhadoras do PIM ocuparam um tempo significativo dos grupos focais e das entrevistas individuais. Medidas de segurança a fim de proteger as mulheres de casos de violência – como o estupro – devem ser prioridade entre as políticas públicas. Mas e o que fazer com a violência simbólica que cotidianamente estamos expostas? As empresas do PIM devem se posicionar e criar estratégias para minimizar os casos de assédio sexual e moral. Ademais, os variados preconceitos também vitimizam as trabalhadoras e devem ser estudados, a fim de que sejam criadas soluções para a valorização das mulheres e, também, da cultura amazônica.

A saúde geral e mental é influenciada por muitos aspectos. O contexto de trabalho aparece como o maior responsável pelo adoecimento do corpo e da mente. As participantes da linha de produção passam horas em locais pouco confortáveis, submetidas a vários tipos de poluição, barulho e sofrem com cargas horárias exaustivas. Para as trabalhadoras da administração e as executivas o grande vilão é necessidade de provar continuamente a sua competência. Para todas elas a grande vilão é a falta de políticas e ações organizacionais voltadas para a conciliação família-trabalho. Somam-se a esse contexto de trabalho adverso outros fatores: histórias de vida carregadas de sofrimento e trabalho precoce; episódios de violência física e sexual; a interação entre os múltiplos papéis sem a devida gratificação e a falta de apoio, principalmente dos companheiros. Os resultados encontrados no QSG nos

deram sinais da condição de saúde mental e da qualidade de vida dessas trabalhadoras. Ele constituiu um instrumento importante para perceber as diferenças entre os grupos de mulheres e para constatar que a saúde mental deve estar entre as prioridades de saúde pública do município de Manaus, pois os projetos de atenção à mulher permanecem focados no atendimento materno/infantil e negligenciam as questões de saúde mental. A iniciativa privada também deve se responsabilizar pela saúde mental dos/as seus trabalhadores. Programas que levem em consideração a interação gênero-família-trabalho e saúde mental devem estar entre as prioridades na área de saúde ocupacional.

Apesar de enfrentarem desafios, as mulheres trabalhadoras participantes dessa pesquisa têm muitos sonhos. As diferentes expectativas são atravessadas pelas histórias de vida e pelo momento de cada uma no ciclo vital. Elas se consideram as maiores responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade de Manaus, e suas metas e expectativas constituem o combustível para seu desenvolvimento pessoal que se transformam em capital de trabalho e social. Empresas e sociedade devem trabalhar igualmente para que esses sonhos sejam concretizados e para que essas e outras mulheres continuem ativas nos variados papéis que desempenham: como pessoas, como trabalhadoras, como filhas, como esposas, como mães, como cidadãs, como guerreiras.

Conhecer e dar voz a um pequeno grupo de trabalhadoras do PIM foi uma forma de dar visibilidade à experiência de vida de pelo menos um grupo de mulheres amazônicas. Muitos estudos e pesquisas que tratam da condição feminina no Brasil ignoram as mulheres da região norte/amazônica – em fatos e números. A história dessa região e de suas mulheres permanece pouco retrata e cercada de preconceitos. As histórias das mulheres amazônicas também fazem parte da história do Brasil. E elas merecem atenção! Que esse trabalho sirva de mola propulsora para novas investigações e, sobretudo que se torne também uma estrela – ao projetar um foco de luz sobre uma realidade pouco conhecida.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adams, Cristina; Murrieta, Rui & Neves, Walter (2008). Introdução: as sociedades caboclas amazônicas - modernidade e invisibilidade. In: Adams, C.; Murrieta, R. & Neves, W. (Orgs.). *As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade* (pp. 15-28). São Paulo: Annablume.

Affonso, Almino (2000). A abolição antes da Lei Áurea. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo: 07/05/2000.

Araújo, André (2003). *Introdução à Sociologia da Amazônia*. 2ª Ed. Manaus: Edua/Gea/Valer.

Araújo, Emanuel (2008). A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: Priore, Mary Del & Bassanezi, Carla (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. 9ª Ed. São Paulo: Contextos.

Araújo, Tânia Maria; Pinho, Paloma de Sousa; Almeida, Maura Maria Guimarães (2003). Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. In: *Revista brasileira de saúde materno-infantil* (pp. 337-348). Recife: Vol. 5, n. 3.

Bandeira, Lourdes & Batista, Analía (2002). Preconceito e discriminação como expressões de violência. In: *Estudos feministas* (pp. 119-140). 1º semestre/2002.

Bandeira, Lourdes & Bittencourt, Fernanda (2005). Desafios da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas Brasileiras. In: T. Navarro-Swain & D. Doc. V. Muniz (Orgs.). *Mulheres em Ação: Práticas Discursivas, Práticas Políticas*. Santa Catarina: Editora Mulheres e Editora Pucminas.

Bandeira, Lourdes & Siqueira, Deis (1997). A perspectiva feminista no pensamento moderno e contemporâneo. In: *Sociedade e estado: feminismo e gênero* (263-284). Brasília: Vol. 12, n. 2.

Bandeira, Marina; Freitas, Lucas; Carvalho, João (2007). Avaliação de ocorrência de transtornos mentais comuns em usuários do Programa Saúde da Família. In: *Jornal brasileiro de psiquiatria* (pp. 41-46). Minas Gerais: Vol. 56, n. 1.

Barbosa, Ierecê (2007). *Chão de fábrica: Ser mulher operária no Pólo Industrial de Manaus*. Manaus: Ed. Valer.

Barbosa, Patrícia & Rocha-Coutinho, Maria Lúcia (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. In: *Revista de psicologia clínica* (pp.163-184). Rio de Janeiro: Vol. 19, n. 1.

Bassanezi, Carla (2008). In: Priore, Mary Del & Bassanezi, Carla (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. 9ª Ed. São Paulo: Contextos.

Bruschini, Cristina & Lombardi, Maria Rosa (1996). O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (pp. 483-515). Vol. 4. Caxambu: ABEP.

Cancela, Cristina Donza (2008). Destino cor-de-rosa, tensão e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920). In: *Cadernos Pagu*. (pp. 301-328). n. 30, Jan-Jun/2008.

Carlo, Juliana & Bulgacov, Yára Lúcia Mazziotti (2007). Noções de “trabalho feminino” no chão de fábrica de uma empresa líder no setor de eletrodomésticos. In: *Revista Psicologia: Organização e Trabalho* (pp. 107-130). Vol. 7, n. 1. Santa Catarina: UFSC, Jan-Jun/2007.

Carter, Betty; Mcgoldrick, Monica & Cols. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura de terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Carvalho, Luiz de Oliveira (2007). Amazônia emergente: as bases programáticas para um modelo de desenvolvimento sustentável. In: Bastos, E. & Pinto, R. (Orgs.). *Voices da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro* (pp. 51-111). Manaus: Edua.

CIEAM, Centro da Indústria do Estado do Amazonas (2008). Disponível em <http://portalamazonia.globo.com/> 1. Acesso realizado em maio/2008.

Costa, Ana Maria & Aquino, Estela Leão (2000). Saúde da Mulher na Reforma Sanitária Brasileira. In: Costa A. M.; Merchan-Hamann, E. & Tajer, D. (Orgs.). *Saúde, Equidade e Gênero: Um Desafio para as Políticas Públicas*. (pp.181-202). Brasília: Ed. UnB/Alames/Abrasco.

Costa, Heloísa Lara Campos (2000/2001). A respeito da lógica do poder: o controle sobre o trabalho feminino em duas empresas de Manaus. In: *Ciências humanas: revista da Universidade do Amazonas*. (pp. 1-33). Vol. 8, n. 1/2. Manaus: Universidade do Amazonas.

_____ (2000). *No limite do possível: As Mulheres e o Poder na Amazônia – 1840-1930*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação/Unicamp, Campinas.

Costa, Heloísa Lara Campo; Santana, José Maria de Castro; Moura, Edila Arnaud Ferreira; Ferreira, Eleonora Arnaud Pereira & Maia, Maria Lúcia Sá (1993). Políticas públicas, desigualdades sociais e crianças no Amazonas. In: *Série pobreza e meio ambiente na Amazônia* (pp. 15-46). n. 5. Belém: UNAMAZ, UFPA, FUA.

Couto-Oliveira, Verusca (2007). *Vida de Mulher: Gênero, Pobreza e Saúde Mental*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília.

Cruz, Maria Helena Santa (2005). *Trabalho, gênero e cidadania: tradição e modernidade*. Sergipe: UFS/Fundção Oviêdo Teixeira.

Debert, Guita Grinn (1999). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: FAPESP.

Dicionário Aurélio. Versão eletrônica in: www.dicionariodoaurelio.com.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo (2005). A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. *Estudos e Pesquisas*. Ano 2, n. 14.

Diniz, Gláucia Ribeiro Starling (2004). Mulher, Trabalho e Saúde Mental. In: G. Diniz; I.

Vasques-Menezes; M. Tavares; M. E. A. & W. Codo (Orgs). *O Trabalho Enlouquece? Um Encontro entre a Clínica e o Trabalho* (pp. 105-138). Petrópolis: Ed. Vozes.

_____ (2003). Gênero e Psicologia: Questões Teóricas e Práticas. *Revista Psicologia Brasil*, ano 1, n 2. Outubro, 2003.

_____ (1999). Condição Feminina – Fator de Risco para a Saúde Mental? In: Paz, M. das Graças T. da Paz & A. Tamayo, (Orgs). *Escola, Saúde e Trabalho: Estudos Psicológicos*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, pp. 181-197.

Engel, Magali (2008). Psiquiatria e feminilidade. In: Priore, Mary Del & Bassanezi, Carla (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. 9ª Ed. São Paulo: Contextos.

Ferés-Carneiro, Terezinha (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. In: *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre: Vol. 11, n. 2.

Ferreira, Maria Cristina (2004). *Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero*. In: Temas em Psicologia da SBP – Sociedade Brasileira de Psicologia (pp. 119-126). Vol. 12, n. 21.

Figueiredo, Luciano (2008). Mulheres nas Minas Gerais. In: Priore, Mary Del & Bassanezi, Carla (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. 9ª Ed. São Paulo: Contextos.

Fougeyrollas-Schwebel, Dominique; Lépinard, Éléonore & Varikas, Eleni (2006). O feminismo no plural: para pensar a diversidade constitutiva das mulheres. In: *Estudos feministas* (pp. 819-841). Florianópolis: Vol. 14, n. 3, Set-Dez/2006.

Freitas, Maria Ester de (2001). Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. In: *Revista de administração de empresas* (pp. 8-19). São Paulo: Vol. 41, n. 2.

Gatti, Bernardete Angelina (2005). *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Série pesquisa em educação*. Brasília: Liberlivros.

Giffin, Karen (2006). Produção do Conhecimento em um Mundo “Problemático” contribuições de um feminismo dialético e relacional. In: *Estudos Feministas* (pp. 635-653). Vol. 14, n. 3. Florianópolis: Set-dez/2006.

Gondim, Neide (1994). *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.

Guedes, Moema de Castro (2008). A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia de universidade como espaço masculino. In: *História, ciências, saúde – Manguinhos* (p.p. 117-132). Suplemento, Vol. 5. Rio de Janeiro.

Gúzman, Décio de Alencar (2008). Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX. In: Adams, C.; Murrieta, R. & Neves, W. (Orgs.). *As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade* (pp. 81-108). São Paulo: Annablume.

Harris, Mark (2008). Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: Adams, C.; Murrieta, R. & Neves, W. (Orgs.). *As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade* (pp. 81-108). São Paulo: Annablume.

Heilborn, Maria Luiza (2006). Entre as tramas da sexualidade brasileira. In: *Estudos Feministas* (pp. 43-59). Florianópolis: Vol. 14, n. 1, Jan-Abr/2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008). *Análises do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. In: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso realizado em: novembro/2008.

Kac, Gilberto; Silveira, Erika; Oliveira, Livia; Mari, Jair (2006). Fatores relacionados à prevalência de morbidades psiquiátricas menores em mulheres selecionadas em um centro de saúde no Rio de Janeiro, Brasil. In: *Caderno de saúde pública* (pp. 999-1006). Rio de Janeiro: Vol. 22, n. 5.

Louro, Guacira Lopes (2004). *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista*. 7ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes.

Loyola, Maria Andréa (2003). Sexualidade e medicina: a revolução do século XX. In: *Caderno de saúde pública* (pp. 875-899). Rio de Janeiro: Vol. 19, n. 4.

Machado, Lia Zanotta (2001). Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. In: *Interface – comunicação, saúde e educação* (pp. 11-26). Brasília: Vol. 4, n. 8.

_____ (2000). Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Departamento de Antropologia. *Série Antropologia*. Brasília, UnB. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie284empdf.pdf>. Acesso realizado em janeiro/2009.

Marques, Luciana Fernandes (2003). A saúde e o bem-estar espiritual em adultos porto-alegrenses. In: *Psicologia: ciência e profissão*. Brasília: Vol. 23, n. 2.

Minayo, Maria Cecília de Souza (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11 ed. São Paulo: Hucitec.

Minayo, Maria Cecília de Souza & Sanches, Odécio (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? In *Cadernos de Saúde pública* (pp. 242-250). Vol. 9, n. 3.

Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (2006). *Painel de indicadores do SUS: Saúde da mulher*. Vol. 1. Brasília: Ministério da Saúde.

Moura, Edila Arnaud Ferreira; Ferreira, Eleonora Arnaud Pereira; Maia, Maria Lúcia Sá; Costa, Heloísa Lara Costa & Santana, José Maria Castro (1993). Zona Franca de Manaus: os filhos da era eletrônica. In: *Série pobreza e meio ambiente na Amazônia* (pp. 15-46). n. 2. Belém: UNAMAZ, UFPA, FUA.

Narvaz, Marta Giudice & Koller, Sílvia (2006a). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. In: *Psicologia & Sociedade* (pp. 49-54). Vol. 18, n. 1 jan-abr/2006.

(2006b). Metodologias feministas e estudo de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. In: *Psicologia em estudo*. (pp. 647-654), Maringá: vol. 11, n. 3, set-dez/2006.

Negreiros, Teresa Creusa de Góes Monteiro & Féres-Carneiro, Terezinha (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. In: *Estudo e pesquisas em psicologia*. Ano 4, n. 1. Rio de Janeiro: UERJ.

Nogueira, Cláudia Mazzei (2004). *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas: Autores Associados.

Nugent, Stephen (2008). Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: Adams, C.; Murrieta, R. & Neves, W. (Orgs.). *As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade* (pp. 33-44). São Paulo: Annablume.

Okin, Susan Moller (2008). Gênero, o público e o privado. In: *Estudos Feministas* (pp. 305-332). Florianópolis: Vol. 16, n. 2, mai-ago/2008.

Oliveira, José Aldemir (2006). Tempo e espaço urbano na Amazônia no período da borracha. In: *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales* (pp. 1-8). Vol. 10, n. 218, ano 35. Espanha: Universidad de Barcelona.

Orum, Thomas (2001). The Women of the oper door: jews in the belle époque amazonian demimonde, 1890-1920. In: *An interdisciplinary journal of Jewish studies*. Ashland: Vol. 19, n. 3.

Osis, Maria José Duarte; Faúndes, Aníbal; Makuch, Maria Holanda; Mello, Maeve de Brito; Sousa, Maria Helena & Araújo, Maria José de Oliveira (2006). Atenção ao planejamento familiar no Brasil hoje: reflexão sobre os resultados de uma pesquisa. In: *Caderno de Saúde Pública* (pp. 2481-2490). Rio de Janeiro: Vol. 22, n. 11.

Pasquali, Luiz; Gouveia, Valdiney Veloso; Andriola, Wagner Bandeira; Miranda, Fábio Jesus & Ramos, André Luiz Moraes (1996). *QSG – Questionário de saúde geral de Goldberg*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Pedro, Joana Maria (2006). Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). In: *Revista Brasileira de História* (pp. 249-272). Vol. 26, n. 52.

_____ (2003). A experiência com contraceptivo no Brasil: uma questão de geração. In: *Revista Brasileira de História* (pp. 239-260). Vol. 23, n. 45.

Perelberg, Rosine Jozef & Miller, Ann C. (1994). *Os sexos e o poder nas famílias*. Rio de Janeiro: Imago.

Pérez, Rosario Román (2007). El sexismo en la psicología mexicana. In: *Caderno espaço feminino* (pp. 11-24). Vol. 17, n. 1, jan-jul/2007.

Possati, Izabel Cristina & Dias, Mardônio Rique (2002). Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o bem-estar psicológico. In: *Psicologia: reflexão e crítica* (pp. 293-300). Brasília: Vol. 15, n. 2.

Priore, Mary Del (2008). Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: Priore, Mary Del & Bassanezi, Carla (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. 9ª Ed. São Paulo: Contextos.

_____ (2000). *Corpo a corpo com a mulher: pequena história da transformação do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: SENAC.

Rago, Margareth (2008). Trabalho feminino e sexualidade. In: Priore, Mary Del & Bassanezi, Carla (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. 9ª Ed. São Paulo: Contextos.

_____ (2006). Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. In: *Revista Aulas*. São Paulo: n. 2, Out-Nov/2006.

Ramos, Jucelem Guimarães Belchior (2003). *A Representação Social da Mulher no Contexto da Relação Conjugal Violenta na Cidade de Manaus*. Recife: Bagaço.

Raymundo, Letícia de Oliveira (2006). O estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem

política pombalina: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Diretório dos Índios (1755-1757). In: *Informes de Pesquisa: Almanack Brasiliense* (pp. 124-134) n. 3.

Ribeiro, Arilda Inês Miranda (2007). Mulheres e educação no Brasil-Colônia: histórias entrecruzadas. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/index.html>. Acesso realizado em outubro/2008.

Ribeiro, Odenei de Souza (2007). Tradição: uma inserção entre o passado e o futuro. In: Bastos, E. & Pinto, R. (Orgs.). *Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro* (pp. 315-343). Manaus: Edua.

Samara, Eni de Mesquita (2002). O que mudou na família brasileira? In: *Psicologia USP*. São Paulo: Vol. 13, n. 2.

Santos, Fabiane Vinente (2007). Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus, 1895-1915. In: *História, ciências, saúde – Manguinhos* (pp. 73-93). Rio de Janeiro: Suplemento, Vol. 14, Dez/2007.

_____ (2005). “Brincos de ouro, saias de chita”: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em “Viagem ao Brasil”, 1865-1866. In: *História, ciências, saúde – Manguinhos* (pp. 11-32). Rio de Janeiro: Vol. 12, n. 1, Jan-Abr/2005.

Santos, Luiz Fernando de Souza (2007). Amazônia: das idéias de paraíso às idéias de ecossistema. In: Bastos, E. & Pinto, R. (Orgs.). *Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro* (pp. 377-417). Manaus: Edua.

Santos, Luciana da Silva (2008). *A (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade do feminino*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

Scavone, Lucila (2001). Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. In: *Interface – Comunicação, saúde e educação* (pp. 47-60). Brasília: Vol. 5, n. 8.

Scott, Joan (1995). Gênero – uma categoria útil de análise. *Educação e Realidade* (pp. 71-99)

n. 20.

Secretaria Especial de Direitos Humanos (2006). *Relatório do Disque-Denúncia nacional de abuso contra crianças e adolescentes*. In: <http://www.promenino.org.br>. Acesso realizado em janeiro/2009.

Silvan, Denison (2008). Protagonismo feminino no Amazonas. Fazendo gênero 8: corpo, violência e poder. *Anais de congresso*. Florianópolis.

Silveira, Sirlei (2004). A Amazônia de Euclides da Cunha: paraíso x inferno. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Anais de congresso*. Portugal: Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt>. Acesso realizado em janeiro/2009.

Smigay, Karin Ellen (2002). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. In: *Psicologia em Revista* (pp. 32-46). Belo Horizonte: Vol. 8, n. 11, jun/2002.

Souzas, Raquel & Alvarenga, Augusta Tereza (2007). Direitos sexuais, direitos reprodutivos: concepções de mulheres negras e brancas sobre liberdade. In: *Saúde e Sociedade* (pp. 125-132). São Paulo: Vol. 16, n. 2.

Spindel, Cheywa Rojza (1987). Formação de um novo proletariado: as operárias do Distrito Industrial de Manaus. In: *Revista brasileira de estudos de população* (pp. 1-38). São Paulo: Vol. 4, n. 2, Jul-Dez/87.

Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2009). *Indicadores do desempenho do Pólo Industrial de Manaus*. In: www.suframa.gov.br. Acesso realizado em abril/2009.

Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2006). *Relatório de Gestão – 2006*. In: www.suframa.gov.br. Acesso realizado em dezembro/2008.

Torres, Iraildes Caldas (2007). A visibilidade do trabalho das mulheres Ticunas da Amazônia. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis: Vol. 15, n. 2, maio-agosto/2007.

_____ (2005). *As novas amazônidas*. Manaus: Edua.

Vieira, Ivânia (2002). *O discurso operário e o espaço da fala da mulher*. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas.

Wagner, Adriana; Predebon, Juliana & Verza, Fabiana (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. In: *Psicologia: teoria e pesquisa* (pp. 181-186). Brasília: Vol. 21, n. 2.

Walsh, Froma (2004). *Resiliencia familiar: estrategias para su fortalecimiento*. Buenos Aires: Amorrortu.

World Health Organization / Organização Mundial da Saúde – WHO/OMS (2000). *Women and mental health*. In <http://www.who.int/features/qa/62/en/index.html>, acesso realizado em Abril/09.

Yannoulas, Silvia Cristina; Vallejos, Adriana Lucila & Lenarduzzi, Zulma Viviana (2000). Feminismo e academia. In: *Revista brasileira de estudos pedagógicos* (pp. 425-450). Brasília: Vol. 81, n. 199, set-dez/2000.

ANEXOS



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciências da Saúde
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/FS

PROCESSO DE ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Registro do Projeto no CEP: 007/2008

CAAE: 0006.0.012.000-08

Título do Projeto: “Trabalho, Família e Sexualidade: Dimensões da experiência de mulheres trabalhadoras do pólo industrial de Manaus”.


Pesquisador Responsável: Vivian Silva Lima

Data de Entrada: 28/02/2008

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos e do contexto técnico-científico, resolveu **APROVAR** o projeto 007/2008 com o título: “Trabalho, Família e Sexualidade: Dimensões da experiência de mulheres trabalhadoras do pólo industrial de Manaus”. Analisado na 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 11 de Março de 2008.

O pesquisador responsável fica, desde já, notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório semestral e relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (item VII.13 da Resolução 196/96).

Brasília, 12 de Março de 2008.


Prof. Volnei Garrafa
Coordenador do CEP-FS/UnB

Campus Universitário Darcy Ribeiro
Faculdade de Ciências da Saúde
Cep: 70.910-900

ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL

1. O que é ser mulher?
2. Como é a vida de mulheres em sua opinião?
3. Qual o papel da mulher na sociedade de Manaus?
4. O que significa ter um trabalho remunerado?
5. Como é trabalhar no Polo Industrial de Manaus?
6. Como é sua vida afetiva? Como vocês vivenciam questões relacionadas ao amor e à sexualidade?
7. O que é família? Como é a sua convivência dentro do ambiente familiar?
8. Quais as facilidades que você encontra para combinar vida familiar e trabalho?
9. Quais dificuldades que você encontra para combinar vida familiar e trabalho?
10. Que visão os homens têm de vocês?
11. Quais as suas expectativas para o futuro?

ROTEIRO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

1. Histórico de vida.
2. Questões relacionadas à vida afetiva.
3. Questões relacionadas à vivência da sexualidade, incluindo o início e a atualidade.
4. Como elas vêem os estereótipos em torno da sexualidade a elas atribuídos.
5. Questões relacionadas ao trabalho e o acúmulo de papéis.
6. Questões relacionadas ao trabalho e de como isso vem interferindo na saúde.
7. Questionar vantagens e desvantagens de um trabalho remunerado.
8. Questões relacionadas a planos, projetos, expectativas.

INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS

Indique sua resposta às questões abaixo marcando um “X” no local apropriado ou completando os espaços indicados. Marque somente um item para cada resposta, a não ser que seja instruído de outra maneira. Por favor, responda a todas as questões. Elas são fundamentais para o nosso estudo. Vale ressaltar que as informações fornecidas são confidenciais para uso exclusivo da pesquisa. Não é necessário se identificar.

1. Idade: _____
2. Profissão: _____ Cargo: _____
3. Grau de Escolaridade: _____
4. Estado Civil: () Solteira () Casada () União estável () Separada
() Divorciada () Viúva () Outro: _____
5. O companheiro possui alguma atividade remunerada? Qual? _____
7. Qual a sua renda pessoal? () Até R\$ 500,00 () De R\$501,00 a 1.000,00
() De R\$ 1.001,00 a 2.000,00 () Mais de R\$ 2.001,00
8. Quantas pessoas contribuem para a renda familiar? _____
9. Qual é a renda familiar? () Até R\$ 500,00 () De R\$501,00 a 1.000,00
() De R\$ 1.001,00 a 2.000,00 () De R\$ 2.001,00 a 3.000,00 () De R\$3.001,00 a 5.000,00
() Mais de R\$5.000,00
10. Possui Filhos? () Sim () Não
Caso possua, responda:
11. Quantos? _____
12. Idade(s): _____
13. Moram com você? _____
14. Arranjos para cuidar dos filhos:
() Cresceram e não moram mais em casa
() Moram em casa, mas não necessitam de cuidados
() Em casa com empregada
() Em casa com algum familiar
() Creche ou escola
() Outro _____
15. Você participa das atividades domésticas? () Todas () A maioria das tarefas ()
Aproximadamente a metade () Menos da Metade () Nenhuma
16. Você participa do cuidado dos filhos? () Sim () Não
Caso responda sim, de que forma? _____
17. Pessoas trabalham por vários motivos, por favor, enumere de 1 a 7 os itens a seguir, em
ordem de importância para você (nº 1 o mais importante, e o nº7 o menos importante).
() Necessidades financeiras
() Motivação interna
() Segurança na aposentadoria
() Acesso a benefícios materiais (plano de saúde, plano odontológico, cesta básica, outros)
() Importância para identidade pessoal
() Possibilidade de treinamento e plano de carreira
() Outro: _____

Agradecemos sua participação!

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A senhora está sendo convidada a participar da pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “Trabalho, família e sexualidade: dimensões da experiência de mulheres trabalhadoras do Pólo Industrial de Manaus”. O estudo será realizado pela pesquisadora Vívian Silva Lima, psicóloga clínica e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PsiCC), do Departamento de Psicologia Clínica, vinculado ao Instituto de Psicologia, da Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof^a. Gláucia Ribeiro Starling Diniz, PhD.

O objetivo da pesquisa é compreender o significado de ser mulher e suas implicações para a saúde mental, em mulheres trabalhadoras do Polo Industrial de Manaus – PIM. Para que isso seja possível, serão realizados três grupos focais, com cerca de 6 participantes em cada, e de cada grupo será convidada uma participante para uma entrevista em profundidade. As participantes do estudo serão mulheres nascidas no estado do Amazonas, de idade variável, funcionárias de fábricas do Distrito Industrial de Manaus. Nossa escolha se justifica por serem essas mulheres as mais vulneráveis a vivenciar conflitos provenientes do acúmulo de papéis e sobrecarga nos vários ambientes em que vivem: na vida íntima, no trabalho, na família. Estima-se que os encontros devam durar de 60 a 90 minutos, cada um. Após conclusão da mesma espera-se realizar encontros com as participantes para apresentar-lhes os resultados e esclarecer os mesmos.

Acredita-se que esta pesquisa não acarretará riscos nem benefícios diretos para as mulheres. No entanto, caso a(s) participante(s) ou as pesquisadoras julguem necessário, serão disponibilizados os serviços da clínica de psicologia da UFAM – Universidade Federal do Amazonas – para encaminhamento e acompanhamento dessa(s) participante(s). A participação também poderá ser anulada ou interrompida caso seja verificado algum risco.

A participante poderá interromper sua participação a qualquer momento, assim como retirar seu consentimento, se for de sua vontade. Após a coleta dos dados, as participantes serão convidadas para o encontro de devolução e apresentação dos resultados encontrados. A participante terá liberdade para entrar em contato com a pesquisadora a fim de obter qualquer tipo de explicação, pedir indicação e ajuda profissional caso julgue necessário e/ou para obter informações sobre o andamento da pesquisa.

Afirmamos o caráter confidencial e sigiloso de qualquer informação prestada por parte da participante na feitura desta pesquisa. E, ainda, que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é redigido em duas vias, uma para a guarda da(s) pesquisadora(s) e outra para a participante-colaboradora deste.

Eu, _____ declaro que aceito participar voluntariamente desta pesquisa. Afirmo ainda, que autorizo a utilização das informações prestadas por mim para este estudo.

Manaus, _____ de _____ de 2009.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora responsável

Pesquisadoras responsáveis pela pesquisa:

Vívian Silva Lima (Psicóloga CRP 01/11867 - Mestranda da UnB 08/55324)

Telefone: (61) 8158-4214 / e-mail: vivislima@hotmail.com

Gláucia Ribeiro Starling Diniz (Professora de psicologia da UnB - Orientadora)

Telefone: (61) 33072625 - Ramal 315 / e-mail: gdiniz@unb.br

End.: Departamento de Psicologia Clínica, ICC Sul, UnB.

Comitê de Ética em Pesquisa*:

Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde / UnB

Telefone: (61) 33073799 / e-mail: cepfs@unb.br

*Para consultas em relação à aprovação deste projeto de pesquisa.